

Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA
DE CARVALHO MOURA
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 16/07/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para Provimento em **Cartórios do TJ-MA**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 6 questões passíveis de recurso, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 22, 28, 46, 49, 63 e 91.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING de Cartórios do TJ-MA**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/9bcd5354-5b3d-4f2e-bc16-14fb6ee67e07>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/e458c99b-2ac9-46a0-8e00-bbdcaa9dff66>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Vocês também poderão acompanhar todos os eventos através deste link:

[Gabarito Extraoficial - Cartórios do TJMA \(estrategia.com\)](#)

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



PROVA COMENTADA – CARTÓRIOS DO TJ-MA

QUESTÃO 01. Perante o Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais competente, em 04/05/2022, com a finalidade de iniciar procedimento da habilitação de casamento, compareceram os seguintes nubentes: I – Mário e Ângela; II – Caio e Rose; e, Felício e III - Lucinda. Os homens não apresentam qualquer impedimento ou restrição relativa ao casamento ou ao regime de bens. Ângela é viúva desde 04/06/2021, tendo tido com o marido dois filhos, e apresentou ao oficial manifestação escrita de que seu falecido marido não tinha bens. Rose é menor, com 17 anos de idade, e conta com a autorização de seus pais para o casamento. Lucinda tem 68 anos de idade. Com exceção dos elementos fornecidos, que devem ser avaliados, os demais requisitos para a regular habilitação ao casamento estão presentes. Tendo em vista a situação fática relatada e as disposições contidas no Código Civil e no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, sobre o regime de bens em cada situação, assinale a afirmativa correta.

a) Os nubentes I, II e III podem escolher livremente o regime de bens.

b) Os nubentes I e III podem escolher livremente o regime de bens. Os nubentes II devem se submeter ao regime da separação obrigatória, pois, sendo a nubente menor, caso inexistisse autorização de seus pais, dependeria ela de suprimento judicial para casar.

c) Os nubentes I e III devem se casar sob o regime da separação obrigatória, pois em relação ao I existe causa suspensiva relativa ao casamento anterior com filhos comuns e não foi apresentado inventário negativo, sendo insuficiente a apresentação de mera declaração. Em relação aos nubentes III, submetem-se ao referido regime em razão da idade de nubente, superior a 65 anos. Os nubentes II podem escolher livremente o regime de bens.

d) Os nubentes I, II e III devem se casar sob o regime da separação obrigatória, pois em relação ao I existem causas suspensivas relativas ao casamento anterior com filhos comuns e não foi apresentado inventário negativo, sendo insuficiente a apresentação de mera declaração. Além disso, o estado de viuvez da nubente é inferior a um ano. Os nubentes II devem se submeter ao regime da separação obrigatória, pois, sendo a nubente menor, caso inexistisse autorização de seus pais, dependeria a ela de suprimento judicial para casar. Por fim, os nubentes III submetem-se ao referido regime em razão da idade da nubente, superior a 65 anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 1.641 do Código Civil, “é obrigatório o regime da separação de bens no casamento: I - das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento; II – da pessoa maior de 70 (setenta) anos; III - de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial”. Além disso, estabelece o art. 1.523 do Código Civil que “Não devem casar: I - o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros; II - a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal; III - o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal; IV - o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada,



enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas”. E, de acordo com o art. 333, §7º do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, “não será, também, exigido inventário negativo, suprindo-se a declaração de inexistência de bens, no patrimônio do cônjuge falecido, mediante manifestação escrita, feita pelo viúvo ou pela viúva nubente nos autos da habilitação de casamento”. Assim sendo, Ângela pode escolher livremente o regime de bens do casamento, pois é viúva e apresentou ao oficial manifestação escrita de que seu falecido marido não tinha bens, nos termos do art. 333, §7º do Código de Normas. Rose, sendo menor, depende de autorização dos pais para se casar, com a qual conta. Logo, pode escolher livremente o regime de bens do casamento, nos termos do art. 1.641, inc. III do Código Civil, *a contrario sensu*. Por fim, Lucinda também pode escolher livremente o regime de bens do casamento, pois tem 68 anos de idade, não ultrapassando a idade de 70 anos prevista no art. 1.641, inc. II do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 1.641 do Código Civil, “é obrigatório o regime da separação de bens no casamento: I - das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento; II – da pessoa maior de 70 (setenta) anos; III - de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial”. Além disso, estabelece o art. 1.523 do Código Civil que “Não devem casar: I - o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros; II - a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal; III - o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal; IV - o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas”. E, de acordo com o art. 333, §7º do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, “não será, também, exigido inventário negativo, suprindo-se a declaração de inexistência de bens, no patrimônio do cônjuge falecido, mediante manifestação escrita, feita pelo viúvo ou pela viúva nubente nos autos da habilitação de casamento”. Assim sendo, Ângela pode escolher livremente o regime de bens do casamento, pois é viúva e apresentou ao oficial manifestação escrita de que seu falecido marido não tinha bens, nos termos do art. 333, §7º do Código de Normas. Rose, sendo menor, depende de autorização dos pais para se casar, com a qual conta. Logo, pode escolher livremente o regime de bens do casamento, nos termos do art. 1.641, inc. III do Código Civil, *a contrario sensu*. Por fim, Lucinda também pode escolher livremente o regime de bens do casamento, pois tem 68 anos de idade, não ultrapassando a idade de 70 anos prevista no art. 1.641, inc. II do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 1.641 do Código Civil, “é obrigatório o regime da separação de bens no casamento: I - das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento; II – da pessoa maior de 70 (setenta) anos; III - de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial”. Além disso, estabelece o art. 1.523 do Código Civil que “Não devem casar: I - o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros; II - a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal; III - o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal; IV - o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas”. E, de acordo com o art. 333, §7º do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, “não será, também, exigido inventário negativo, suprindo-se a declaração de inexistência de bens, no patrimônio do cônjuge falecido, mediante manifestação escrita, feita pelo viúvo ou pela viúva nubente nos autos da habilitação de casamento”. Assim sendo, Ângela pode escolher livremente o regime de bens do



casamento, pois é viúva e apresentou ao oficial manifestação escrita de que seu falecido marido não tinha bens, nos termos do art. 333, §7º do Código de Normas. Rose, sendo menor, depende de autorização dos pais para se casar, com a qual conta. Logo, pode escolher livremente o regime de bens do casamento, nos termos do art. 1.641, inc. III do Código Civil, *a contrario sensu*. Por fim, Lucinda também pode escolher livremente o regime de bens do casamento, pois tem 68 anos de idade, não ultrapassando a idade de 70 anos prevista no art. 1.641, inc. II do Código Civil.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 1.641 do Código Civil, “é obrigatório o regime da separação de bens no casamento: I - das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento; II – da pessoa maior de 70 (setenta) anos; III - de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial”. Além disso, estabelece o art. 1.523 do Código Civil que “Não devem casar: I - o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros; II - a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal; III - o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal; IV - o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas”. E, de acordo com o art. 333, §7º do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, “não será, também, exigido inventário negativo, suprimindo-se a declaração de inexistência de bens, no patrimônio do cônjuge falecido, mediante manifestação escrita, feita pelo viúvo ou pela viúva nubente nos autos da habilitação de casamento”. Assim sendo, Ângela pode escolher livremente o regime de bens do casamento, pois é viúva e apresentou ao oficial manifestação escrita de que seu falecido marido não tinha bens, nos termos do art. 333, §7º do Código de Normas. Rose, sendo menor, depende de autorização dos pais para se casar, com a qual conta. Logo, pode escolher livremente o regime de bens do casamento, nos termos do art. 1.641, inc. III do Código Civil, *a contrario sensu*. Por fim, Lucinda também pode escolher livremente o regime de bens do casamento, pois tem 68 anos de idade, não ultrapassando a idade de 70 anos prevista no art. 1.641, inc. II do Código Civil.

QUESTÃO 02. Foram apresentados a registro junto ao Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas os atos constitutivos das seguintes pessoas jurídicas: I - sindicato; II - filial de sociedade com sede na área de circunscrição de outro serviço; e, III - partido político. Considerando a situação fática mencionada e as disposições contidas no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, assinale a alternativa correta.

a) Para o registro do sindicato, o controle da unidade sindical e da base territorial não será feito pelo oficial registrador. O registro de filial é autônomo e independe de prévia averbação à margem do registro original. O registro de partido político é sempre realizado no Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente, no Distrito Federal.

b) Para o registro do sindicato, é necessário que o oficial verifique o controle da unidade sindical e da base territorial. Para o registro de filial, com sede em nova serventia, é necessário que tenha sido previamente averbada à margem do registro original. O registro de partido político é sempre realizado no Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente, no Distrito Federal.

c) Para o registro do sindicato, é necessário que o oficial verifique o controle da unidade sindical e da base territorial. O registro de filial é autônomo e independe de prévia averbação à margem do registro original. Para o registro de partido político, é necessário verificar se cuida de órgãos de direção nacional, estadual,



distrital e municipal, pois o registro deve ser realizado no cartório do registro civil de pessoas jurídicas da circunscrição do respectivo diretório partidário.

d) Para o registro do sindicato, o controle da unidade sindical e da base territorial não será feito pelo oficial registrador. Para o registro de filial, com sede em nova serventia é necessário que tenha sido previamente averbada à margem do registro original. Para o registro de partido político, é necessário verificar se cuida de órgãos de direção nacional, estadual, distrital e municipal, pois o registro deve ser realizado no cartório do registro civil de pessoas jurídicas da circunscrição do respectivo diretório partidário.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra D**.

De acordo com o art. 476, VIII, do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (Provimento nº 16/2022), “no registro de atos constitutivos e estatutos de sociedades sindicais, o controle da unidade sindical e da base territorial não será feito pelo oficial registrador” (incorretas, portanto, as letras B e C).

Quanto ao registro de filial, dispõe o inciso VI do mesmo artigo ser “vedado o registro de filial com sede em nova serventia sem que tenha sido previamente averbada à margem do registro original” (incorretas as letras A e C). Imprescindível, portanto, para o registro pretendido que tenha havido a prévia averbação à margem do original.

Por fim, para o registro de partido político, deve-se observar o disposto no art. 485, que atribui a competência ao cartório de registro civil de pessoas jurídicas da circunscrição do respectivo diretório partidário. In verbis: “Art. 485. Os registros de atas e demais documentos de órgãos de direção nacional, estadual, distrital e municipal devem ser realizados no cartório do registro civil de pessoas jurídicas da circunscrição do respectivo diretório partidário”.

QUESTÃO 03. Considere-se todos os dias citados adiante como integrantes do mês de março de 2023. No dia 13, segunda-feira, foi apresentado a protesto no tabelionato da Comarca X uma nota promissória. A intimação foi regularmente cumprida no dia 15. No dia 16, em razão da falta de energia, os bancos locais reduziram em duas horas o atendimento ao público. Por fim, no dia 17, em razão de incêndio no quarteirão em que está situada, a loja credora permaneceu fechada durante todo o dia. Diante da situação fática relatada, pressupondo que todos os dias do mês referido, salvo os sábados e domingos, são úteis e considerando as disposições da Lei nº 9.492/1997 (Lei dos Serviços de Protesto de Títulos e outros documentos da dívida), o prazo para pagamento ou protesto vence no dia:

- a) 16.
- b) 17.
- c) 20.
- d) 21.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à assertiva B.



A alternativa B está correta. No dia 13, segunda-feira, foi apresentado o título (no caso, o protocolo deve ser considerado no dia da apresentação, de imediato, pois não há qualquer justificativa para que a protocolização não seja imediata). Na contagem do prazo, exclui-se o dia do apontamento (dia do protocolo) e inclui-se o do vencimento (art. 750, §3º do Provimento nº 16/2022). Ademais, sabe-se que o prazo para lavrar e registrar o protesto será de três dias úteis (art. 755, I, do Provimento nº 16/2022), e não será considerado útil o dia em que o expediente bancário para o público não obedeça ao horário normal (não conta o dia 16). Dia 15, quarta-feira, a intimação foi concluída. No dia 16, quinta-feira, os bancos não funcionaram. Assim, serão considerados os três dias úteis os dias 14, 15 e 17, sendo o gabarito a letra B. Vejamos a redação dos dispositivos mencionados do Provimento nº 16/2022 “Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão. Art. 750 § 3º Não sendo possível a protocolização imediata, desde que justificadamente, serão os títulos protocolizados no prazo máximo de 24 horas a contar de sua entrega pelo apresentante, sendo, em qualquer hipótese, irregular o lançamento no Livro de Protocolo depois de expedida a intimação. Art. 755. O protesto será lavrado e registrado: I - dentro de três dias úteis, contados da protocolização; II- no primeiro dia útil subsequente; III - quando a intimação for efetivada no último dia do prazo ou além dele.”

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à assertiva B.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à assertiva B.

QUESTÃO 04. Foram apresentados a certo tabelionato de protesto três documentos de dívida, todos inscritos ou formalizados regularmente; analise-os:

I. Certidão da Dívida Ativa da União.

II. Certidão da Dívida Ativa de Autarquia Municipal do município X.

III. Decisão do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

Diante da situação fática exposta, considerando fato de que no município X inexistente lei municipal prevendo o protesto das Certidões da Dívida Ativa e, ainda, o disposto na Lei nº 9.492/1997 (Lei dos Serviços de Protesto de Títulos e outros documentos da dívida), no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão e no posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

a) Os três documentos apresentados podem ser objetos de protesto, por expressa previsão legal ou normativa.

b) Apenas podem ser objetos de protesto os documentos "I" e "II", pois inexistente amparo legal ou normativo para o protesto de decisões dos tribunais de contas.

c) Apenas pode ser objeto de protesto o documento "III", pois julgando Ação Direta de Inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade do protesto das Certidões de Dívida Ativa.

d) Apenas pode ser objeto de protesto o documento "I", pois inexistente amparo legal ou normativo para o protesto das Certidões de Dívida Ativa de Autarquia do município X ou de decisões dos tribunais de contas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.



A alternativa A está correta, eis que os três documentos apresentados podem ser objetos de protesto, por expressa previsão legal, nos termos do art. 1º, parágrafo único da Lei nº 9.492/1997, nos seguintes termos: “Art. 1º Parágrafo único. Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas” e do art. 732, caput e parágrafo único do Provimento nº 16/2022 “Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão”, que conta com a seguinte redação: “Art. 732. Os tabeliães de protesto do Estado do Maranhão poderão receber, para protesto, as certidões de dívida ativa dos créditos tributários e não-tributários da Fazenda Pública, desde que inscritas na conformidade do art. 202 do Código Tributário Nacional, e as decisões do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado de que resultem imputação de débito ou multa, nos termos do § 3º do art. 71 da Constituição da República Federativa do Brasil, e do § 3º do art. 51 da Constituição do Estado do Maranhão. Parágrafo único. O protesto de certidões de dívida ativa e de decisões dos Tribunais de Contas será realizado no Tabelionato de Protesto do domicílio do devedor”.

A alternativa B está incorreta, pois o protesto de certidões de dívida ativa e de decisões dos Tribunais de Contas será realizado no Tabelionato de Protesto do domicílio do devedor, nos termos do Provimento nº 16/2022 “Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão” Art. 732. Os tabeliães de protesto do Estado do Maranhão poderão receber, para protesto, as certidões de dívida ativa dos créditos tributários e não-tributários da Fazenda Pública, desde que inscritas na conformidade do art. 202 do Código Tributário Nacional, e as decisões do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado de que resultem imputação de débito ou multa, nos termos do § 3º do art. 71 da Constituição da República Federativa do Brasil, e do § 3º do art. 51 da Constituição do Estado do Maranhão. Parágrafo único. O protesto de certidões de dívida ativa e de decisões dos Tribunais de Contas será realizado no Tabelionato de Protesto do domicílio do devedor.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário, o STF considerou constitucional o protesto da Certidão de Dívida Ativa: “O protesto das Certidões de Dívida Ativa constitui mecanismo constitucional e legítimo, por não restringir de forma desproporcional quaisquer direitos fundamentais garantidos aos contribuintes e, assim, não constituir sanção política.” (STF, ADI 5135 / DF)

A alternativa D está incorreta, pois existe amparo legal ou normativo para o protesto das Certidões de Dívida Ativa de Autarquia do município X (Lei nº 9.492/1997, Art. 1º parágrafo único) ou de decisões dos tribunais de contas (Provimento nº 16/2022 “Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão” Art. 732, parágrafo único).

QUESTÃO 05. Em seus incisos I e II dispõe o Art. 6º da Lei nº 8.935/1994 (Lei dos Cartórios): “Aos notários compete: I - formalizar juridicamente a vontade das partes; II - intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo”. Dos dispositivos mencionados, é possível extrair princípios do direito notarial. Assinale a afirmativa em que se encontra corretamente citado e enunciado um dos princípios contidos no texto transcrito.

a) Princípio da rogação, segundo o qual o tabelião apenas pode praticar todo e qualquer ato inserido em sua atribuição mediante provocação das partes.

b) Princípio da publicidade, segundo o qual o tabelião, ao proceder na forma exposta nos dispositivos transcritos, sempre torna público o ato praticado.



c) Princípio da unicidade, segundo o qual o tabelião, ao proceder na forma exposta nos dispositivos transcritos, deve iniciar e finalizar o ato notarial no mesmo dia.

d) Princípio da cautelaridade, segundo o qual o tabelião, ao proceder na forma exposta nos dispositivos transcritos, além de assegurar a concretização da vontade das partes, atua para que o ato praticado não seja eivado de vícios que possam invalidá-lo, prevenindo litígios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O princípio da rogação estabelece que o Tabelião somente age por provocação das partes. Os incs. I e II do art. 6º da Lei nº 8.935/1994 não tratam da iniciativa exclusiva do interessado para a prática do ato notarial.

A alternativa B está incorreta. O princípio da publicidade estabelece que todos os atos e fatos, objeto do registro, são, em regra, públicos. Os incs. I e II do art. 6º da Lei nº 8.935/1994 não tratam da publicidade dos atos notariais.

A alternativa C está incorreta. Pelo princípio da unicidade, o ato notarial deve ser elaborado sem qualquer interrupção ou solução de continuidade, impossibilitando o acréscimo de disposições após sua assinatura e encerramento. Os incs. I e II do art. 6º da Lei nº 8.935/1994 não tratam da confecção do ato notarial.

A alternativa D está correta. Pelo princípio da cautelaridade, a atividade registral opera na esfera da realização voluntária do direito, zelando o Tabelião pela higidez dos atos praticados, evitando vícios que possam invalidá-lo e prevenindo litígios. Os notários atuam na esfera extrajudicial, em que os atos são frutos do consenso e voluntariedade das partes; portanto, formalizam “juridicamente a vontade das partes” (inc. I). Além disso, são responsáveis pela concretização de atos sem vícios e ou irregularidades, para evitar futuros litígios, intervindo “nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo” (inc. II).

QUESTÃO 06. Um dos oficiais do Registro de Imóveis da Comarca X comprou um imóvel na mesma Comarca e na mesma zona em que atua. Almejando o registro do ato, apresentou a respectiva escritura pública ao mesmo Serviço de Registro em que exerce a delegação, que tem atribuição para a prática do ato registral. Sobre a Ordem dos Serviços nos Registros Públicos, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.015/1973 (Lei dos Registros Públicos) e no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, assinale a afirmativa correta.

a) Diante do impedimento do oficial, o ato registral cabível deve ser praticado por seu substituto legal.

b) Não há qualquer impedimento a que o próprio oficial adquirente pratique o ato cabível, tendo em vista que está sempre adstrito ao cumprimento do princípio da legalidade.

c) Diante do impedimento do oficial, o título deverá ser encaminhado a qualquer oficial de outro serviço da mesma natureza existente na Comarca, ou, na falta deste, de Comarca contígua.

d) O impedimento do oficial deve ser relatado ao juiz competente, para que designe qualquer oficial de outro serviço da mesma natureza existente na Comarca, ou, na falta deste, de Comarca contígua.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.



A alternativa A está correta. Nos termos do art. 15 da Lei nº 6.015/1973, “quando o interessado no registro for o oficial encarregado de fazê-lo ou algum parente seu, em grau que determine impedimento, o ato incumbe ao substituto legal do oficial”. Além disso, segundo o art. 155, inc. II do no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, “são atribuições dos substitutos: II – substituírem o titular nas férias, faltas e impedimentos”. Portanto, diante do impedimento do oficial, o ato registral cabível deve ser praticado por seu substituto legal.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 15 da Lei nº 6.015/1973, “quando o interessado no registro for o oficial encarregado de fazê-lo ou algum parente seu, em grau que determine impedimento, o ato incumbe ao substituto legal do oficial”. Além disso, segundo o art. 155, inc. II do no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, “são atribuições dos substitutos: II – substituírem o titular nas férias, faltas e impedimentos”. Portanto, diante do impedimento do oficial, o ato registral cabível deve ser praticado por seu substituto legal.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 15 da Lei nº 6.015/1973, “quando o interessado no registro for o oficial encarregado de fazê-lo ou algum parente seu, em grau que determine impedimento, o ato incumbe ao substituto legal do oficial”. Além disso, segundo o art. 155, inc. II do no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, “são atribuições dos substitutos: II – substituírem o titular nas férias, faltas e impedimentos”. Portanto, diante do impedimento do oficial, o ato registral cabível deve ser praticado por seu substituto legal.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 15 da Lei nº 6.015/1973, “quando o interessado no registro for o oficial encarregado de fazê-lo ou algum parente seu, em grau que determine impedimento, o ato incumbe ao substituto legal do oficial”. Além disso, segundo o art. 155, inc. II do no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, “são atribuições dos substitutos: II – substituírem o titular nas férias, faltas e impedimentos”. Portanto, diante do impedimento do oficial, o ato registral cabível deve ser praticado por seu substituto legal.

QUESTÃO 07. Rodolfo é viúvo de Catarina, irmã de Sônia e de Francisca, esta última divorciada de Theodoro. Todas as mulheres são filhas de Mariana. Rodolfo e Sônia, que pretendem se casar, assim como Theodoro e Mariana, apresentam ao oficial competente pedidos para habilitação ao casamento. Transcorre em branco o prazo legal para manifestações, mas, na véspera dos casamentos, um conhecido da família das irmãs apresenta impugnação a ambas, fundada em impedimentos matrimoniais. Observado o procedimento legal, é ouvido o Ministério Público, Considerando a situação fática narrada e as disposições contidas no Código Civil, no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão e na Lei de Registros Públicos, assinale a afirmativa correta.

a) As habilitações com a impugnação devem ser submetidas ao juiz de Direito da Vara da Família, que, considerando não haver impedimento, acolhe a requerida por Rodolfo e Sônia. Por outro lado, em razão da existência de impedimento, nega a pleiteada por Theodoro e Mariana.

b) As habilitações com a impugnação devem ser submetidas ao juiz de Direito da Vara da Família, que deve deferir os pleitos de Rodolfo e Sônia e de Theodoro e Mariana, não conhecendo da impugnação, em razão da ilegitimidade do impugnante e da intempestividade da oposição.

c) As habilitações com a impugnação devem ser submetidas ao juiz competente para fiscalização dos serviços notariais e registrais, que deve deferir os pleitos de Rodolfo e Sônia e de Theodoro e Mariana, não conhecendo da impugnação, em razão da ilegitimidade do impugnante e da intempestividade da oposição.



d) As habilitações com a impugnação devem ser submetidas ao juiz competente para fiscalização dos serviços notariais e registrais, que, em razão de não haver impedimento, deve acolher a habilitação de Rodolfo e Sônia. Por outro lado, em razão da existência de impedimento, deve negar a habilitação a Theodoro e Mariana.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 340, §4º do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, “se o Ministério Público, o oficial, ou terceiro, impugnar o pedido ou a documentação, o oficial encaminhará os autos ao juiz da vara de família para decisão”. Logo, as habilitações com a impugnação devem ser submetidas ao juiz de Direito da Vara da Família.

Nos termos do art. 1.521, inc. II do Código Civil, “não podem casar: II – os afins, em linha reta”. Rodolfo, ex-cunhado de Sônia (pois é viúvo de Catarina, irmã de Sônia), pode com ela se casar, porque não existe impedimento matrimonial entre colaterais, sejam consanguíneos ou por afinidade. Já Theodoro e Mariana não podem se casar por haver impedimento matrimonial na linha reta por afinidade (sogra e ex-genro), mesmo dissolvido o vínculo (casamento ou companheirismo) que originou a afinidade. Vale dizer, o vínculo de parentesco por afinidade não se extingue. _

Assim sendo, havendo impedimento matrimonial em relação a Theodoro e Mariana, o juiz será obrigado a declará-lo, como determina o art. 1.522, parágrafo único do Código Civil: “Art. 1.522. Os impedimentos podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa capaz. Parágrafo único. Se o juiz, ou o oficial de registro, tiver conhecimento da existência de algum impedimento, será obrigado a declará-lo”.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 340, §4º do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, “se o Ministério Público, o oficial, ou terceiro, impugnar o pedido ou a documentação, o oficial encaminhará os autos ao juiz da vara de família para decisão”. Logo, as habilitações com a impugnação devem ser submetidas ao juiz de Direito da Vara da Família.

Nos termos do art. 1.521, inc. II do Código Civil, “não podem casar: II – os afins, em linha reta”. Rodolfo, ex-cunhado de Sônia (pois é viúvo de Catarina, irmã de Sônia), pode com ela se casar, porque não existe impedimento matrimonial entre colaterais, sejam consanguíneos ou por afinidade. Já Theodoro e Mariana não podem se casar por haver impedimento matrimonial na linha reta por afinidade (sogra e ex-genro), mesmo dissolvido o vínculo (casamento ou companheirismo) que originou a afinidade. Vale dizer, o vínculo de parentesco por afinidade não se extingue.

Assim sendo, havendo impedimento matrimonial em relação a Theodoro e Mariana, o juiz será obrigado a declará-lo, como determina o art. 1.522, parágrafo único do Código Civil: “Art. 1.522. Os impedimentos podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa capaz. Parágrafo único. Se o juiz, ou o oficial de registro, tiver conhecimento da existência de algum impedimento, será obrigado a declará-lo”. _

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 340, §4º do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, “se o Ministério Público, o oficial, ou terceiro, impugnar o pedido ou a documentação, o oficial encaminhará os autos ao juiz da vara de família para decisão”. Logo, as habilitações com a impugnação devem ser submetidas ao juiz de Direito da Vara da Família.

Nos termos do art. 1.521, inc. II do Código Civil, “não podem casar: II – os afins, em linha reta”. Rodolfo, ex-cunhado de Sônia (pois é viúvo de Catarina, irmã de Sônia), pode com ela se casar, porque não existe



impedimento matrimonial entre colaterais, sejam consanguíneos ou por afinidade. Já Theodoro e Mariana não podem se casar por haver impedimento matrimonial na linha reta por afinidade (sogra e ex-genro), mesmo dissolvido o vínculo (casamento ou companheirismo) que originou a afinidade. Vale dizer, o vínculo de parentesco por afinidade não se extingue. _

Assim sendo, havendo impedimento matrimonial em relação a Theodoro e Mariana, o juiz será obrigado a declará-lo, como determina o art. 1.522, parágrafo único do Código Civil: “Art. 1.522. Os impedimentos podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa capaz. Parágrafo único. Se o juiz, ou o oficial de registro, tiver conhecimento da existência de algum impedimento, será obrigado a declará-lo”.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 340, §4º do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, “se o Ministério Público, o oficial, ou terceiro, impugnar o pedido ou a documentação, o oficial encaminhará os autos ao juiz da vara de família para decisão”. Logo, as habilitações com a impugnação devem ser submetidas ao juiz de Direito da Vara da Família.

Nos termos do art. 1.521, inc. II do Código Civil, “não podem casar: II – os afins, em linha reta”. Rodolfo, ex-cunhado de Sônia (pois é viúvo de Catarina, irmã de Sônia), pode com ela se casar, porque não existe impedimento matrimonial entre colaterais, sejam consanguíneos ou por afinidade. Já Theodoro e Mariana não podem se casar por haver impedimento matrimonial na linha reta por afinidade (sogra e ex-genro), mesmo dissolvido o vínculo (casamento ou companheirismo) que originou a afinidade. Vale dizer, o vínculo de parentesco por afinidade não se extingue. _

Assim sendo, havendo impedimento matrimonial em relação a Theodoro e Mariana, o juiz será obrigado a declará-lo, como determina o art. 1.522, parágrafo único do Código Civil: “Art. 1.522. Os impedimentos podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa capaz. Parágrafo único. Se o juiz, ou o oficial de registro, tiver conhecimento da existência de algum impedimento, será obrigado a declará-lo”.

QUESTÃO 08. Considere que as pessoas a seguir indicadas submeteram-se a concurso de outorga de delegações de notas e registros do Estado do Maranhão, pelo critério de provimento. João é brasileiro, tendo como nível de escolaridade o segundo grau completo, e até a data da primeira publicação do edital de concurso de provas e títulos para outorga de delegações de notas e registros completou dez anos de exercício em atividade notarial. Elke é alemã, naturalizada brasileira, bacharel em direito, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil. Antônio é brasileiro, bacharel em Direito, sem inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e sem qualquer experiência ou atuação em serviço notarial ou registral. Júlio é tabelião no Estado da Bahia, tendo ingressado na atividade notarial um ano antes da data da primeira publicação do edital. Os candidatos citados preenchem os demais requisitos que não se relacionam com os elementos fornecidos em relação a cada um deles, para obtenção da outorga de delegação no concurso mencionado. Diante da situação fática anteriormente relatada, considerando as disposições da Lei nº 8.935/1994 (Lei dos Cartórios), assinale a afirmativa correta.

- a) Apenas Júlio não pode receber a outorga da delegação.
- b) Apenas Elke e Júlio não podem receber a outorga da delegação.
- c) Apenas João e Antônio não podem receber outorga da delegação.
- d) Todos podem receber a delegação, pois atendem aos requisitos exigidos.

Comentários



A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o §2º do art. 15 da Lei nº 8.935/1994, “Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro”. O enunciado não menciona se Júlio é, ou não, bacharel em direito. Se o for, Júlio poderá receber a outorga da delegação, nos termos do art. 14, inc. V da Lei nº 8.935/1994. Se não o for, não poderá receber a outorga da delegação, por não cumprir com o requisito de dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro, previsto no §2º do art. 15.

A alternativa B está incorreta. Elke cumpre os requisitos do art. 14, incs. II e V, na medida em que é brasileira naturalizada e bacharel em direito. A nacionalidade brasileira exigida pelo inc. II do art. 14 engloba os brasileiros natos ou naturalizados, portanto, Elke pode receber a outorga da delegação. De acordo com o §2º do art. 15 da Lei nº 8.935/1994, “Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro”. O enunciado não menciona se Júlio é, ou não, bacharel em direito. Se o for, Júlio poderá receber a outorga da delegação, nos termos do art. 14, inc. V da Lei nº 8.935/1994. Se não o for, não poderá receber a outorga da delegação, por não cumprir com o requisito de dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro, previsto no §2º do art. 15.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o §2º do art. 15 da Lei nº 8.935/1994, “Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro”. João possui o segundo grau completo e, até a data da primeira publicação do edital de concurso de provas e títulos para outorga de delegações de notas e registros completou dez anos de exercício em atividade notarial. Logo, João poderá receber a outorga da delegação. Antônio é bacharel em direito, portanto, a teor do art. 14, inc. V da Lei nº 8.935/1994, poderá receber a outorga da delegação, preenchidos os demais requisitos previstos em lei.

A alternativa D está correta. De acordo com o §2º do art. 15 da Lei nº 8.935/1994, “Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro”.

João possui o segundo grau completo e, até a data da primeira publicação do edital de concurso de provas e títulos para outorga de delegações de notas e registros completou dez anos de exercício em atividade notarial. Logo, João poderá receber a outorga da delegação.

Elke cumpre os requisitos do art. 14, incs. II e V, na medida em que é brasileira naturalizada e bacharel em direito. A nacionalidade brasileira exigida pelo inc. II do art. 14 engloba os brasileiros natos ou naturalizados, portanto, Elke pode receber a outorga da delegação.

Antônio é bacharel em direito, portanto, a teor do art. 14, inc. V da Lei nº 8.935/1994, poderá receber a outorga da delegação, preenchidos os demais requisitos previstos em lei.

O enunciado não menciona se Júlio é, ou não, bacharel em direito. Se o for, Júlio poderá receber a outorga da delegação, nos termos do art. 14, inc. V da Lei nº 8.935/1994. Se não o for, não poderá receber a outorga da delegação, por não cumprir com o requisito de dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro, previsto no §2º do art. 15.



QUESTÃO 09. Madalena realizou parto de trigêmeos. Assim, nasceu sua filha Lúcia, que faleceu aos dois meses de idade, sem registro de nascimento, em município diverso daquele em que nasceu. Também nasceu seu filho Geraldo, que chegou a respirar, mas morreu dois minutos depois, ainda na maternidade onde nascera, sem que houvesse tempo para o registro de seu nascimento e, por fim, foi extraído feto morto durante os trabalhos de parto, antes de respirar. Apenas no dia seguinte ao óbito de Lúcia, Madalena procurou regularizar a situação fática relatada e as disposições contidas na Lei nº 6.015/1973 e no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, assinale a alternativa que contém o procedimento correto e, necessariamente, adotada pelo (s) oficial (is), quanto às atribuições e à escrituração no Registro Civil de Pessoas Naturais.

a) Quanto a Lúcia, primeiro foi registrado seu nascimento no livro “A” e, em seguida, seu óbito no livro “C”, podendo ambos os registros serem feitos pelo ofício competente para o registro de óbito, independentemente do lugar do nascimento. Quanto a Geraldo e ao feto extraído já sem vida, o registro do ocorrido foi feito apenas no livro “C Auxiliar”.

b) Quanto a Lúcia e Geraldo, primeiro foram registrados seus nascimentos no livro “A” e, em seguida, seus óbitos no livro “C”, podendo ambos serem feitos pelo ofício competente para o registro de óbito, independentemente do lugar do nascimento. Quanto ao feto que morreu durante os trabalhos de parto, o registro do ocorrido será feito apenas no livro “C Auxiliar”.

c) Quanto a Lúcia e Geraldo, primeiro foram registrados seus nascimentos no livro “A”, necessariamente no ofício competente para o registro de nascimento e, em seguida, seus óbitos no livro “C”, no ofício competente para o registro de óbito. Quanto ao feto que morreu durante os trabalhos de parto, o registro do ocorrido foi feito apenas no livro “C Auxiliar”.

d) Quanto a Lúcia e Geraldo, primeiro foram registrados seus nascimentos no livro “A” e, em seguida, seus óbitos no livro “C”, podendo ambos os registros serem feitos pelo ofício competente para o registro de óbito, independentemente do lugar do nascimento. Quanto ao feto que morreu durante os trabalhos de parto, primeiro foi registrado seu nascimento no livro “A” e, em seguida, seu óbito no livro “C Auxiliar”, podendo ambos os registros serem feitos pelo ofício competente para o registro de óbito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 53, §§1º e 2º da Lei nº 6.015/1973, “no caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito. § 1º No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro "C Auxiliar", com os elementos que couberem. § 2º No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, serão feitos os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas”.

Como Lúcia e Geraldo nasceram vivos, deverão ser feitos os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, a teor do art. 53, §2º da Lei nº 6.015/1973. O registro de nascimento deverá ser feito no Livro “A”, de acordo com o art. 33, inc. I desta lei, e o registro de óbito deverá ser feito no Livro “C”, nos termos do art. 33, inc. IV da mesma lei.

Nos termos do art. 77 da mesma lei, “nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento ou do lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte”.



Portanto, os registros de Lúcia e Geraldo poderão ser feitos pelo ofício competente para o registro de óbito, independentemente do lugar do nascimento.

Tendo sido extraído feto morto durante os trabalhos de parto, antes de respirar, o registro do ocorrido deverá ser feito no Livro "C Auxiliar", destinado ao registro de natimortos, nos termos do art. 33, inc. V da Lei nº 6.015/1973.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 53, §§1º e 2º da Lei nº 6.015/1973, "no caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito. § 1º No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro "C Auxiliar", com os elementos que couberem. § 2º No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, serão feitos os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas".

Como Lúcia e Geraldo nasceram vivos, deverão ser feitos os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, a teor do art. 53, §2º da Lei nº 6.015/1973. O registro de nascimento deverá ser feito no Livro "A", de acordo com o art. 33, inc. I desta lei, e o registro de óbito deverá ser feito no Livro "C", nos termos do art. 33, inc. IV da mesma lei.

Nos termos do art. 77 da mesma lei, "nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento ou do lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte". Portanto, os registros de Lúcia e Geraldo poderão ser feitos pelo ofício competente para o registro de óbito, independentemente do lugar do nascimento.

Tendo sido extraído feto morto durante os trabalhos de parto, antes de respirar, o registro do ocorrido deverá ser feito no Livro "C Auxiliar", destinado ao registro de natimortos, nos termos do art. 33, inc. V da Lei nº 6.015/1973.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 53, §§1º e 2º da Lei nº 6.015/1973, "no caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito. § 1º No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro "C Auxiliar", com os elementos que couberem. § 2º No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, serão feitos os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas".

Como Lúcia e Geraldo nasceram vivos, deverão ser feitos os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, a teor do art. 53, §2º da Lei nº 6.015/1973. O registro de nascimento deverá ser feito no Livro "A", de acordo com o art. 33, inc. I desta lei, e o registro de óbito deverá ser feito no Livro "C", nos termos do art. 33, inc. IV da mesma lei.

Nos termos do art. 77 da mesma lei, "nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento ou do lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte". Portanto, os registros de Lúcia e Geraldo poderão ser feitos pelo ofício competente para o registro de óbito, independentemente do lugar do nascimento.

Tendo sido extraído feto morto durante os trabalhos de parto, antes de respirar, o registro do ocorrido deverá ser feito no Livro "C Auxiliar", destinado ao registro de natimortos, nos termos do art. 33, inc. V da Lei nº 6.015/1973.



A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 53, §§1º e 2º da Lei nº 6.015/1973, “no caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito. § 1º No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro "C Auxiliar", com os elementos que couberem. § 2º No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, serão feitos os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas”.

Como Lúcia e Geraldo nasceram vivos, deverão ser feitos os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, a teor do art. 53, §2º da Lei nº 6.015/1973. O registro de nascimento deverá ser feito no Livro “A”, de acordo com o art. 33, inc. I desta lei, e o registro de óbito deverá ser feito no Livro “C”, nos termos do art. 33, inc. IV da mesma lei.

Nos termos do art. 77 da mesma lei, “nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento ou do lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte”. Portanto, os registros de Lúcia e Geraldo poderão ser feitos pelo ofício competente para o registro de óbito, independentemente do lugar do nascimento.

Tendo sido extraído feto morto durante os trabalhos de parto, antes de respirar, o registro do ocorrido deverá ser feito no Livro “C Auxiliar”, destinado ao registro de natimortos, nos termos do art. 33, inc. V da Lei nº 6.015/1973.

QUESTÃO 10. Rosa reside no município de X, distante 35 quilômetros do município Y, onde nasceu seu filho, em 02/02/2022, sendo ambos os municípios situados no Brasil. No dia 25/02/2022, apenas Rosa comparece ao Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais do município X e declara o nascimento mencionado apresentando certidão (emitida após o nascimento) de casamento com Antônio, celebrado em 20/09/2021. Apresentou, também, Declaração de Nascido Vivo em que não consta o nome do pai indicado, mencionando-se “Otávio” como prenome do recém-nascido. Perante o oficial do referido serviço, a mãe requer o registro de nascimento do filho, indicando como pai seu marido Antônio, cujos dados fornece e escolhendo “Diego” como prenome da criança. Tendo em vista os fatos relatados e as disposições contidas no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão assinale a alternativa que indica apenas providências corretas adotadas pelo oficial, já tendo sido estabelecida a maternidade e indicados os sobrenomes nos termos da lei.

a) O oficial nega o registro de nascimento.

b) O oficial lavra o registro, constando no assento Otávio como nome do registrando e de Antônio como seu pai.

c) O oficial lavra o registro, constando no assento Diego como nome do registrando e de Antônio como seu pai.

d) O oficial lavra o registro de nascimento, constando no assento Diego como nome do registrando. Nada constará no assento quanto à alegada paternidade, lavrando-se Termo de Alegação de Paternidade, uma via da qual será remetida ao juiz da Vara de Família, via distribuidor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.



A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 54, §1º da Lei nº 6.015/1973, “não constituem motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do Registrador Civil das Pessoas Naturais: III - divergência parcial ou total entre o nome do recém-nascido constante da declaração e o escolhido em manifestação perante o registrador no momento do registro de nascimento, prevalecendo este último”. Assim sendo, ainda que tenha constado, na Declaração de Nascido Vivo, “Otávio” como prenome do recém-nascido, o oficial deverá lavrar o registro de nascimento constando no assento “Diego” como nome do registrando, apresentado pela mãe perante o oficial do serviço, que deverá prevalecer, nos termos do dispositivo supracitado.

Dispõe o art. 312, inc. II e §2º do Código de Normas que: “§1º Não constituem motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do registrador do ofício do registro civil de pessoas naturais: II - omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai. §2º O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo não constitui prova ou presunção da paternidade, somente podendo ser lançado no registro de nascimento quando verificado nos termos da legislação civil vigente”. Por outro lado, o art. 1.597, inc. I do Código Civil estabelece que “Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos: I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal”.

Além disso, a teor do art. 321, §§1º, 2º e 3º do Código de Normas: Art. 321. Em registro de nascimento apenas com maternidade estabelecida, o oficial indagará à mãe sobre a paternidade da criança, esclarecendo-a quanto à voluntariedade, seriedade e fins da declaração que se destina à averiguação de sua procedência, na forma disposta na Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992. § 1º Nada constará no assento de nascimento quanto à alegação de paternidade. § 2º Será lavrado Termo de Alegação de Paternidade, em que constem prenome, nome, profissão, identidade e residência do suposto pai, fazendo referência ao nome da criança, em duas vias, com as assinaturas da mãe e do oficial. § 3º O próprio oficial remeterá uma via ao juiz da Vara da Família, via distribuidor e outra será arquivada na serventia, em livro de folhas soltas e em ordem cronológica”.

Como o nome do pai não constava da Declaração de Nascido Vivo e a mãe indicou seu marido, Antônio, como o pai da criança perante o oficial do serviço, nada constará no assento de nascimento quanto à alegação de paternidade (art. 321, §1º), devendo ser lavrado Termo de Alegação de Paternidade (art. 321, §2º), uma via da qual será remetida ao juiz da Vara de Família, via distribuidor (art. 321, §3º).

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 54, §1º da Lei nº 6.015/1973, “não constituem motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do Registrador Civil das Pessoas Naturais: III - divergência parcial ou total entre o nome do recém-nascido constante da declaração e o escolhido em manifestação perante o registrador no momento do registro de nascimento, prevalecendo este último”. Assim sendo, ainda que tenha constado, na Declaração de Nascido Vivo, “Otávio” como prenome do recém-nascido, o oficial deverá lavrar o registro de nascimento constando no assento “Diego” como nome do registrando, apresentado pela mãe perante o oficial do serviço, que deverá prevalecer, nos termos do dispositivo supracitado.

Dispõe o art. 312, inc. II e §2º do Código de Normas que: “§1º Não constituem motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do registrador do ofício do registro civil de pessoas naturais: II - omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai. §2º O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo não constitui prova ou presunção da paternidade, somente podendo ser lançado no registro de nascimento quando verificado nos termos da legislação civil vigente”. Por outro lado, o art. 1.597, inc. I do Código Civil estabelece que “Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos: I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal”.



Além disso, a teor do art. 321, §§1º, 2º e 3º do Código de Normas: Art. 321. Em registro de nascimento apenas com maternidade estabelecida, o oficial indagará à mãe sobre a paternidade da criança, esclarecendo-a quanto à voluntariedade, seriedade e fins da declaração que se destina à averiguação de sua procedência, na forma disposta na Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992. § 1º Nada constará no assento de nascimento quanto à alegação de paternidade. § 2º Será lavrado Termo de Alegação de Paternidade, em que constem prenome, nome, profissão, identidade e residência do suposto pai, fazendo referência ao nome da criança, em duas vias, com as assinaturas da mãe e do oficial. § 3º O próprio oficial remeterá uma via ao juiz da Vara da Família, via distribuidor e outra será arquivada na serventia, em livro de folhas soltas e em ordem cronológica”.

Como o nome do pai não constava da Declaração de Nascido Vivo e a mãe indicou seu marido, Antônio, como o pai da criança perante o oficial do serviço, nada constará no assento de nascimento quanto à alegação de paternidade (art. 321, §1º), devendo ser lavrado Termo de Alegação de Paternidade (art. 321, §2º), uma via da qual será remetida ao juiz da Vara de Família, via distribuidor (art. 321, §3º).

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 54, §1º da Lei nº 6.015/1973, “não constituem motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do Registrador Civil das Pessoas Naturais: III - divergência parcial ou total entre o nome do recém-nascido constante da declaração e o escolhido em manifestação perante o registrador no momento do registro de nascimento, prevalecendo este último”. Assim sendo, ainda que tenha constado, na Declaração de Nascido Vivo, “Otávio” como prenome do recém-nascido, o oficial deverá lavrar o registro de nascimento constando no assento “Diego” como nome do registrando, apresentado pela mãe perante o oficial do serviço, que deverá prevalecer, nos termos do dispositivo supracitado.

Dispõe o art. 312, inc. II e §2º do Código de Normas que: “§1º Não constituem motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do registrador do ofício do registro civil de pessoas naturais: II - omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai. §2º O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo não constitui prova ou presunção da paternidade, somente podendo ser lançado no registro de nascimento quando verificado nos termos da legislação civil vigente”. Por outro lado, o art. 1.597, inc. I do Código Civil estabelece que “Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos: I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal”.

Além disso, a teor do art. 321, §§1º, 2º e 3º do Código de Normas: Art. 321. Em registro de nascimento apenas com maternidade estabelecida, o oficial indagará à mãe sobre a paternidade da criança, esclarecendo-a quanto à voluntariedade, seriedade e fins da declaração que se destina à averiguação de sua procedência, na forma disposta na Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992. § 1º Nada constará no assento de nascimento quanto à alegação de paternidade. § 2º Será lavrado Termo de Alegação de Paternidade, em que constem prenome, nome, profissão, identidade e residência do suposto pai, fazendo referência ao nome da criança, em duas vias, com as assinaturas da mãe e do oficial. § 3º O próprio oficial remeterá uma via ao juiz da Vara da Família, via distribuidor e outra será arquivada na serventia, em livro de folhas soltas e em ordem cronológica”.

Como o nome do pai não constava da Declaração de Nascido Vivo e a mãe indicou seu marido, Antônio, como o pai da criança perante o oficial do serviço, nada constará no assento de nascimento quanto à alegação de paternidade (art. 321, §1º), devendo ser lavrado Termo de Alegação de Paternidade (art. 321, §2º), uma via da qual será remetida ao juiz da Vara de Família, via distribuidor (art. 321, §3º).

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 54, §1º da Lei nº 6.015/1973, “não constituem motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do Registrador Civil das Pessoas Naturais: III - divergência parcial ou total entre o nome do recém-nascido constante da



declaração e o escolhido em manifestação perante o registrador no momento do registro de nascimento, prevalecendo este último”. Assim sendo, ainda que tenha constado, na Declaração de Nascido Vivo, “Otávio” como prenome do recém-nascido, o oficial deverá lavrar o registro de nascimento constando no assento “Diego” como nome do registrando, apresentado pela mãe perante o oficial do serviço, que deverá prevalecer, nos termos do dispositivo supracitado.

Dispõe o art. 312, inc. II e §2º do Código de Normas que: “§1º Não constituem motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do registrador do ofício do registro civil de pessoas naturais: II - omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai. §2º O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo não constitui prova ou presunção da paternidade, somente podendo ser lançado no registro de nascimento quando verificado nos termos da legislação civil vigente”. Por outro lado, o art. 1.597, inc. I do Código Civil estabelece que “Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos: I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal”.

Além disso, a teor do art. 321, §§1º, 2º e 3º do Código de Normas: Art. 321. Em registro de nascimento apenas com maternidade estabelecida, o oficial indagará à mãe sobre a paternidade da criança, esclarecendo-a quanto à voluntariedade, seriedade e fins da declaração que se destina à averiguação de sua procedência, na forma disposta na Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992. § 1º Nada constará no assento de nascimento quanto à alegação de paternidade. § 2º Será lavrado Termo de Alegação de Paternidade, em que constem prenome, nome, profissão, identidade e residência do suposto pai, fazendo referência ao nome da criança, em duas vias, com as assinaturas da mãe e do oficial. § 3º O próprio oficial remeterá uma via ao juiz da Vara da Família, via distribuidor e outra será arquivada na serventia, em livro de folhas soltas e em ordem cronológica”.

Como o nome do pai não constava da Declaração de Nascido Vivo e a mãe indicou seu marido, Antônio, como o pai da criança perante o oficial do serviço, nada constará no assento de nascimento quanto à alegação de paternidade (art. 321, §1º), devendo ser lavrado Termo de Alegação de Paternidade (art. 321, §2º), uma via da qual será remetida ao juiz da Vara de Família, via distribuidor (art. 321, §3º). Vale destacar que não cabe aplicação da presunção da paternidade prevista no artigo 1.597, inciso I do Código Civil, tendo em vista haver 135 dias entre o casamento e o nascimento do registrado.

QUESTÃO 11. Dispõe o Art. 236 da Constituição Federal: “Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”. Sobre a delegação mencionada e sobre aspectos de seu exercício, considerando as disposições da Lei nº 8.935/1994 (Lei dos Cartórios) e do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, além do posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em exame, assinale a afirmativa correta.

a) Embora notários e registradores sejam ocupantes de cargo público efetivo, não se sujeitam à aposentadoria compulsória por idade, como decidiu o Supremo Tribunal Federal.

b) Nos termos da Lei nº 8.935/1994 (Lei dos Cartórios), pelos prejuízos que seus escreventes causarem a terceiros, sujeitam-se à responsabilidade civil objetiva. Sua responsabilidade, contudo, será subjetiva pelos danos que causarem pessoalmente.

c) Tendo em vista que, como dispõe o artigo transcrito, é o Poder Público quem delega o serviço notarial e registral, os atos de delegação respectivos são expedidos pelo governador do Estado. A investidura e a posse dar-se-ão perante o Corregedor-Geral de Justiça.



d) Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal, o Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de Improbidade Administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O STF já decidiu que “não se aplica a aposentadoria compulsória prevista no art. 40, § 1º, II, da CF aos titulares de serventias judiciais não estatizadas, desde que não sejam ocupantes de cargo público efetivo e não recebam remuneração proveniente dos cofres públicos” (RE 647.827). Assim, a regra da aposentadoria compulsória depende da situação jurídica em que se encontre o titular da serventia: a) se titular de serventia judicial oficializada e ocupar cargo público, com remuneração exclusiva dos cofres públicos, deve observar a regra da aposentadoria compulsória; mas, b) se titular de serventia não estatizada com parte da remuneração por custas e emolumentos e parte oriunda dos cofres públicos, aplica-se a aposentadoria compulsória; e c) se titular de serventia não estatizada, com remuneração exclusiva por custas e emolumentos, incogitável aposentadoria compulsória.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 22 da Lei nº 8.935/1994, “os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso”. Deste modo, a responsabilidade dos escreventes é subjetiva.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 135 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, os serviços notariais e de registro são “exercidos em caráter privado e por delegação do Poder Público, através do **Tribunal de Justiça**”. A teor do art. 138-A, §1º do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, “dar-se-ão a investidura e a posse na delegação, perante o corregedor-geral da Justiça, no prazo de trinta dias, após a publicação do ato de delegação no Diário da Justiça Eletrônico”.

A alternativa D está correta. De acordo com o Tema 777 de Repercussão Geral, “O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa”.

QUESTÃO 12. No Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca Y, é requerido o registro da sociedade simples pura com apenas três sócios, sendo dois residentes e domiciliados na Comarca X e outro, na Comarca Y. A sociedade, constituída dois meses antes da apresentação do citado requerimento, tem sua sede e único estabelecimento na Comarca Z. O contrato apresentado indica denominação que não se mostra idêntica à de qualquer outra pessoa jurídica já registrada nos cartórios competentes das Comarcas mencionadas, havendo apenas semelhança com a denominação de outra pessoa jurídica já registrada nos mesmos. Considerando a situação fática mencionada e as disposições no Código Civil e no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, no tocante à qualificação registral, a qualificação será negativa apenas pelos seguintes motivos:

a) Tem atribuição para o registro o Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca X e o requerimento foi apresentado depois de decorrido o prazo legal para o registro.

b) A semelhança de denominação noticiada impede o registro se puder ocasionar dúvida aos usuários do serviço e o requerimento foi apresentado depois de decorrido o prazo legal para o registro.



c) Tem atribuição para o registro o Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca Z e a semelhança de denominação noticiada impede o registro, se puder ocasionar dúvida aos usuários do serviço.

d) Tem atribuição para o registro o Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca Z e a semelhança de denominação noticiada impede o registro, se puder ocasionar dúvida aos usuários do serviço; o requerimento foi apresentado depois de decorrido o prazo legal para o registro.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra D**.

A atribuição para o registro civil de pessoas jurídicas é do local da sede da sociedade, nos termos do art. 998 do CC (“Art. 998. Nos trinta dias subseqüentes à sua constituição, a sociedade deverá requerer a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede”).

Assim, na situação narrada, é irrelevante o local de residência dos sócios. Como a sociedade simples pura tem sua sede e único estabelecimento na Comarca Z, a atribuição para o registro dos atos constitutivos é do Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca Z.

O Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Maranhão veda, em seu art. 471, § 1º, “o registro de pessoas jurídicas com nome empresarial ou denominação idêntica ou semelhante a outra já existente, que possa ocasionar dúvida aos usuários do serviço”. Referida normativa confere concretude ao princípio da novidade ou da originalidade, insculpido no art. 1.163 do CC, que preconiza que “o nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro”.

No caso narrado, a despeito de a denominação não se mostrar idêntica à de qualquer outra pessoa jurídica já registrada nos cartórios competentes das Comarcas mencionadas, a existência de semelhança com a denominação de outra pessoa jurídica já registrada nos mesmos pode ser circunstância apta a obstar o registro se puder ocasionar dúvidas aos usuários do serviço.

O registro, ademais, deveria ter sido realizado nos 30 (trinta) dias subseqüentes à sua constituição, conforme preconiza o art. 998 do CC, acima transcrito. De acordo com o enunciado, entretanto, o registro da sociedade simples somente foi requerido dois meses após a sua constituição, extrapolando, portanto, o prazo legal.

QUESTÃO 13. Alberto comparece a um tabelionato de notas instalado em Comarca situada no interior do Estado e, no balcão, solicita verbalmente o apostilamento em diploma de conclusão de curso registrado no Brasil. O tabelião informa que não praticará o ato pelos seguintes motivos:

I. não está cadastrado e não presta serviço de apostilamento;

II. ainda que prestasse esse serviço, não atenderia ao solicitado sem que fosse apresentado requerimento escrito;

III. por fim, alega o tabelião que o documento apresentado é particular e não comporta apostilamento.

Considerando a situação anterior exposta e a regulamentação do Conselho Nacional de Justiça sobre o tema, em relação aos motivos evocados pelo tabelião, está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I, apenas.

c) II, apenas.



d) I e II, apenas.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está correto. Como regra, serão obrigatórios o cadastramento e a prestação do serviço de apostilamento por todos os serviços de notas e de registro das capitais dos Estados e do Distrito Federal (art. 3º do Provimento nº 62 de 2017 do CNJ). A teor do § 1º do mencionado dispositivo, “os serviços de notas e de registro da capital dos Estados e do Distrito Federal que expuserem motivos justificados às corregedorias-gerais de justiça locais poderão ser dispensados da prestação dos serviços de apostilamento, devendo o ato de dispensa ser comunicado formalmente à Corregedoria Nacional de Justiça”. Assim, é possível a recusa ao apostilamento pelo tabelião se, fundamentadamente, houver sido dispensado da prestação deste serviço pela Corregedoria-Geral de Justiça.

O item II está incorreto, pois é permitido o requerimento de apostilamento verbal, nos termos do art. 9º do Provimento nº 62 de 14/11/2017 do CNJ, a seguir transcrito: “a apostila será emitida mediante solicitação do portador do documento, sendo dispensado requerimento escrito. As autoridades apostilantes darão recibo de protocolo no momento do requerimento, estipulando prazo para entrega, que não poderá ultrapassar 5 (cinco) dias”.

O item III está incorreto. É permitido o apostilamento de diploma de conclusão de curso registrado no Brasil, eis que equiparado a documento público por força do parágrafo único do art. 1º do Provimento nº 62 de 14/11/2017 do CNJ (“Equiparam-se a documento público produzido no território nacional os históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos registrados no Brasil”).

QUESTÃO 14. Em 20/04/2023, Ludovico da Silva, com vinte anos de idade, compareceu ao Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais e, sem declinar qualquer motivo, requereu a alteração de seu prenome para Marcos. Na mesma data, compareceu, também, Carmem de Oliveira, nascida aos 10/10/2004, que, no mês fevereiro de 2023, obtivera a alteração imotivada de seu prenome o mesmo serviço registral e, demonstrando-se arrependida, agora requer ao oficial que restabeleça seu nome anterior, desconstituindo a referida alteração. Com exceção dos elementos fornecidos, que devem ser objeto de análise, foram atendidos os demais requisitos exigidos para o deferimento dos requerimentos apresentados. Pressupondo que o Serviço Registral mencionado tem atribuição territorial para a prática dos atos, se cabíveis, diante da situação fática relatada, tendo em vista as disposições contidas na Lei nº 6.015/1973, assinale a afirmativa correta quanto ao cabimento do acolhimento pelo oficial dos requerimentos feitos.

a) O oficial averbará a alteração requerida por Ludovico, pois foram cumpridos os requisitos legais exigidos, e negará a requerida por Carmem, por exigir sentença judicial.

b) O oficial negará as alterações requeridas por Ludovico e Carmem, pois ambas dependem de sentença judicial, ainda que a segunda atenda ao requisito temporal exigido.

c) O oficial averbará as alterações requeridas por Ludovico e Carmem, como requeridas, independentemente de sentença judicial, tendo sido cumprido o requisito temporal exigido.

d) O oficial averbará a alteração requerida por Carmem, que cumpriu o requisito temporal exigido, e negará a requerida por Ludovico, que foi formulada a destempo, sendo que ambas independem de decisão judicial.



Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 56, §1º da Lei nº 6.015/1973, “a alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, e sua desconstituição dependerá de sentença judicial”. Deste modo, Ludovico poderá requerer a alteração de seu prenome, mas Carmem não poderá requerer o restabelecimento de seu nome anterior, que dependerá de sentença judicial.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 56, §1º da Lei nº 6.015/1973, “a alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, e sua desconstituição dependerá de sentença judicial”. Deste modo, Ludovico poderá requerer a alteração de seu prenome, mas Carmem não poderá requerer o restabelecimento de seu nome anterior, que dependerá de sentença judicial.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 56, §1º da Lei nº 6.015/1973, “a alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, e sua desconstituição dependerá de sentença judicial”. Deste modo, Ludovico poderá requerer a alteração de seu prenome, mas Carmem não poderá requerer o restabelecimento de seu nome anterior, que dependerá de sentença judicial.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 56, §1º da Lei nº 6.015/1973, “a alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, e sua desconstituição dependerá de sentença judicial”. Deste modo, Ludovico poderá requerer a alteração de seu prenome, mas Carmem não poderá requerer o restabelecimento de seu nome anterior, que dependerá de sentença judicial.

QUESTÃO 15. Determinado oficial de Registro de Imóveis pratica ato que, em tese, configura falta disciplinar passível de perda de delegação. É instaurado processo administrativo pelo juiz competente para fiscalizar o serviço extrajudicial e processar os feitos disciplinares. Presentes os requisitos legais, é suspenso preventivamente o oficial e, sendo conveniente para o serviço, é designado interventor para responder pela serventia, passando ele a receber, desde logo, a metade da renda líquida obtida pela mesma. Ao final do procedimento, o referido Magistrado impõe ao imputado a pena de perda de delegação. Contra essa decisão, o oficial interpõe recurso para julgamento pelo presidente do tribunal de justiça, a quem, com essa finalidade, são encaminhados os autos. Considerando a situação fática anteriormente narrada e as disposições do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, assinale a afirmativa correta quanto aos eventuais vícios existentes no procedimento adotado.

a) Inexiste qualquer vício a macular o procedimento.

b) Há vício apenas no recebimento pelo interventor da metade da renda líquida destinada à serventia e na imposição da pena de perda da delegação pelo juiz.

c) O único vício existente consiste na interposição de recurso para julgamento pelo presidente do tribunal de justiça e no encaminhamento dos autos à referida autoridade.

d) Há vício no recebimento pelo interventor da metade da renda líquida destinada à serventia e na imposição da pena de perda da delegação pelo juiz. Da mesma forma, há vício na interposição de recurso para julgamento pelo presidente do tribunal de justiça e no encaminhamento dos autos à referida autoridade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.



A alternativa A está incorreta. Quanto ao recebimento de metade da renda líquida da serventia, dispõe o art. 150, §3º do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão que: “Art. 150. Nos casos de suspensão preventiva ou punitiva, responderá pela serventia o substituto do serviço notarial ou de registro. §3º Excluídos a remuneração do interventor e os encargos com a manutenção dos serviços, metade da renda líquida das serventias será entregue ao titular afastado, e a outra metade será depositada em caderneta de poupança”. Do mesmo modo, o art. 36, §2º da Lei nº 8.935/1994 estabelece que “§2º Durante o período de afastamento, o titular perceberá metade da renda líquida da serventia; outra metade será depositada em conta bancária especial, com correção monetária”. Portanto, não há vício no recebimento de metade da renda líquida da serventia.

Não há vício quanto à pena de perda da delegação, pois o art. 35, inc. II da Lei nº 8.935/1994 estabelece que “a perda da delegação dependerá: II - de decisão decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente, assegurado amplo direito de defesa”. Tendo em vista que o processo administrativo foi instaurado pelo juízo competente, cabe a ele impor a pena de perda da delegação.

Contudo, há vício no que concerne à interposição de recurso para julgamento pelo presidente do tribunal de justiça. De acordo com o art. 151 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, “o procedimento de ação disciplinar para verificação do cumprimento dos deveres e para eventual imposição das penalidades previstas na Lei 8.935/94 obedecerá às regras estabelecidas para o processo administrativo disciplinar dos servidores do Poder Judiciário e às do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, no que não conflitar com o disposto no Capítulo VI do Título II da Lei 8.935/94”.

E, nos termos do art. 133 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado: “Art. 133. Das penalidades impostas pelos juízes caberá recurso para o corregedor-geral da Justiça, e das impostas por este, ou pelo presidente do Tribunal, caberá recurso ao Plenário do Tribunal de Justiça”. Assim sendo, há vício no recurso interposto pelo oficial, que não deveria ter sido endereçado ao presidente do Tribunal de Justiça.

A alternativa B está incorreta. Quanto ao recebimento de metade da renda líquida da serventia, dispõe o art. 150, §3º do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão que: “Art. 150. Nos casos de suspensão preventiva ou punitiva, responderá pela serventia o substituto do serviço notarial ou de registro. §3º Excluídos a remuneração do interventor e os encargos com a manutenção dos serviços, metade da renda líquida das serventias será entregue ao titular afastado, e a outra metade será depositada em caderneta de poupança”. Do mesmo modo, o art. 36, §2º da Lei nº 8.935/1994 estabelece que “§2º Durante o período de afastamento, o titular perceberá metade da renda líquida da serventia; outra metade será depositada em conta bancária especial, com correção monetária”. Portanto, não há vício no recebimento de metade da renda líquida da serventia.

Não há vício quanto à pena de perda da delegação, pois o art. 35, inc. II da Lei nº 8.935/1994 estabelece que “a perda da delegação dependerá: II - de decisão decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente, assegurado amplo direito de defesa”. Tendo em vista que o processo administrativo foi instaurado pelo juízo competente, cabe a ele impor a pena de perda da delegação.

Contudo, há vício no que concerne à interposição de recurso para julgamento pelo presidente do tribunal de justiça. De acordo com o art. 151 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, “o procedimento de ação disciplinar para verificação do cumprimento dos deveres e para eventual imposição das penalidades previstas na Lei 8.935/94 obedecerá às regras estabelecidas para o processo administrativo disciplinar dos servidores do Poder Judiciário e às do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, no que não conflitar com o disposto no Capítulo VI do Título II da Lei 8.935/94”.



E, nos termos do art. 133 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado: “Art. 133. Das penalidades impostas pelos juízes caberá recurso para o corregedor-geral da Justiça, e das impostas por este, ou pelo presidente do Tribunal, caberá recurso ao Plenário do Tribunal de Justiça”. Assim sendo, há vício no recurso interposto pelo oficial, que não deveria ter sido endereçado ao presidente do Tribunal de Justiça.

A alternativa C está correta. Quanto ao recebimento de metade da renda líquida da serventia, dispõe o art. 150, §3º do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão que: “Art. 150. Nos casos de suspensão preventiva ou punitiva, responderá pela serventia o substituto do serviço notarial ou de registro. §3º Excluídos a remuneração do interventor e os encargos com a manutenção dos serviços, metade da renda líquida das serventias será entregue ao titular afastado, e a outra metade será depositada em caderneta de poupança”. Do mesmo modo, o art. 36, §2º da Lei nº 8.935/1994 estabelece que “§2º Durante o período de afastamento, o titular perceberá metade da renda líquida da serventia; outra metade será depositada em conta bancária especial, com correção monetária”. Portanto, não há vício no recebimento de metade da renda líquida da serventia.

Não há vício quanto à pena de perda da delegação, pois o art. 35, inc. II da Lei nº 8.935/1994 estabelece que “a perda da delegação dependerá: II - de decisão decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente, assegurado amplo direito de defesa”. Tendo em vista que o processo administrativo foi instaurado pelo juízo competente, cabe a ele impor a pena de perda da delegação.

Contudo, há vício no que concerne à interposição de recurso para julgamento pelo presidente do tribunal de justiça. De acordo com o art. 151 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, “o procedimento de ação disciplinar para verificação do cumprimento dos deveres e para eventual imposição das penalidades previstas na Lei 8.935/94 obedecerá às regras estabelecidas para o processo administrativo disciplinar dos servidores do Poder Judiciário e às do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, no que não conflitar com o disposto no Capítulo VI do Título II da Lei 8.935/94”.

E, nos termos do art. 133 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado: “Art. 133. Das penalidades impostas pelos juízes caberá recurso para o corregedor-geral da Justiça, e das impostas por este, ou pelo presidente do Tribunal, caberá recurso ao Plenário do Tribunal de Justiça”. Assim sendo, há vício no recurso interposto pelo oficial, que não deveria ter sido endereçado ao presidente do Tribunal de Justiça.

A alternativa D está incorreta. Quanto ao recebimento de metade da renda líquida da serventia, dispõe o art. 150, §3º do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão que: “Art. 150. Nos casos de suspensão preventiva ou punitiva, responderá pela serventia o substituto do serviço notarial ou de registro. §3º Excluídos a remuneração do interventor e os encargos com a manutenção dos serviços, metade da renda líquida das serventias será entregue ao titular afastado, e a outra metade será depositada em caderneta de poupança”. Do mesmo modo, o art. 36, §2º da Lei nº 8.935/1994 estabelece que “§2º Durante o período de afastamento, o titular perceberá metade da renda líquida da serventia; outra metade será depositada em conta bancária especial, com correção monetária”. Portanto, não há vício no recebimento de metade da renda líquida da serventia.

Não há vício quanto à pena de perda da delegação, pois o art. 35, inc. II da Lei nº 8.935/1994 estabelece que “a perda da delegação dependerá: II - de decisão decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente, assegurado amplo direito de defesa”. Tendo em vista que o processo administrativo foi instaurado pelo juízo competente, cabe a ele impor a pena de perda da delegação.

Contudo, há vício no que concerne à interposição de recurso para julgamento pelo presidente do tribunal de justiça. De acordo com o art. 151 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, “o procedimento de ação disciplinar para verificação do cumprimento dos deveres e para eventual imposição



das penalidades previstas na Lei 8.935/94 obedecerá às regras estabelecidas para o processo administrativo disciplinar dos servidores do Poder Judiciário e às do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado, no que não conflitar com o disposto no Capítulo VI do Título II da Lei 8.935/94”.

E, nos termos do art. 133 do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado: “Art. 133. Das penalidades impostas pelos juizes caberá recurso para o corregedor-geral da Justiça, e das impostas por este, ou pelo presidente do Tribunal, caberá recurso ao Plenário do Tribunal de Justiça”. Assim sendo, há vício no recurso interposto pelo oficial, que não deveria ter sido endereçado ao presidente do Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 16. Karen, Alexandre e Stela nasceram em países estrangeiros e são filhos de mães brasileiras. Não residem ou residiram no Brasil. A mãe de Karen é funcionária do Consulado Brasileiro, tendo sido ela registrada junto à autoridade competente do país em que nasceu. Seu pai é estrangeiro. Os pais de Alexandra e Stela, ambos brasileiros, bem como as mães, são comerciantes no país em que se deu o nascimento referido, tendo sido o assento de nascimento de Alexandre lavrado no Consulado Brasileiro e o de Stela junto à autoridade competente do país em que nasceu. Tendo em vista a situação fática relatada e as disposições contidas na Constituição Federal e no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, assinale a afirmativa correta.

a) Karen e Alexandre são brasileiros natos e podem requerer o traslado de seus assentos de nascimento ao Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais competente, a ser feito no livro “E”.

b) Karen, Alexandre e Stela são brasileiros natos e podem requerer o traslado de seus assentos de nascimento aos Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais competente, a ser feito no livro “E”.

c) Karen e Alexandre são brasileiros natos e podem requerer o traslado de seus assentos de nascimento aos Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais competente. O de Karen será feito no livro “A” e o de Alexandre no livro “E”.

d) Karen, Alexandre e Stela são brasileiros natos e podem requerer o traslado de seus assentos de nascimento aos Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais competente. Os de Karen e Alexandre será feito no livro “A” e o de Stela no livro “E”.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 12, inc. I da Constituição Federal: Art. 12. São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira”. Neste contexto, Karen enquadra-se na alínea “b” supramencionada; Alexandre e Stela enquadram-se na alínea “c” supramencionada, logo, todos são brasileiros natos.

Nos termos do art. 383 do Código de Normas: “O traslado de assentos de nascimento, óbito ou casamento de brasileiros lavrados em país estrangeiro, a que se refere o art. 32 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, c/c a Resolução 155, de 16 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, será feito diretamente na Serventia da 1ª Zona do Registro Civil de Pessoas Naturais das comarcas do Estado, no Livro “E”, independentemente de intervenção judicial”.



Deste modo, Karen, Alexandre e Stela poderão requerer o traslado de seus assentos de nascimento aos Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais competente, a ser feito no livro “E”.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 12, inc. I da Constituição Federal: Art. 12. São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira”. Neste contexto, Karen enquadra-se na alínea “b” supramencionada; Alexandre e Stela enquadram-se na alínea “c” supramencionada, logo, todos são brasileiros natos.

Nos termos do art. 383 do Código de Normas: “O traslado de assentos de nascimento, óbito ou casamento de brasileiros lavrados em país estrangeiro, a que se refere o art. 32 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, c/c a Resolução 155, de 16 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, será feito diretamente na Serventia da 1ª Zona do Registro Civil de Pessoas Naturais das comarcas do Estado, no Livro “E”, independentemente de intervenção judicial”.

Deste modo, Karen, Alexandre e Stela poderão requerer o traslado de seus assentos de nascimento aos Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais competente, a ser feito no livro “E”.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 12, inc. I da Constituição Federal: Art. 12. São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira”. Neste contexto, Karen enquadra-se na alínea “b” supramencionada; Alexandre e Stela enquadram-se na alínea “c” supramencionada, logo, todos são brasileiros natos.

Nos termos do art. 383 do Código de Normas: “O traslado de assentos de nascimento, óbito ou casamento de brasileiros lavrados em país estrangeiro, a que se refere o art. 32 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, c/c a Resolução 155, de 16 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, será feito diretamente na Serventia da 1ª Zona do Registro Civil de Pessoas Naturais das comarcas do Estado, no Livro “E”, independentemente de intervenção judicial”.

Deste modo, Karen, Alexandre e Stela poderão requerer o traslado de seus assentos de nascimento aos Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais competente, a ser feito no livro “E”.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 12, inc. I da Constituição Federal: Art. 12. São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira”. Neste contexto, Karen enquadra-se na alínea “b” supramencionada; Alexandre e Stela enquadram-se na alínea “c” supramencionada, logo, todos são brasileiros natos.

Nos termos do art. 383 do Código de Normas: “O traslado de assentos de nascimento, óbito ou casamento de brasileiros lavrados em país estrangeiro, a que se refere o art. 32 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, c/c a Resolução 155, de 16 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, será feito diretamente



na Serventia da 1ª Zona do Registro Civil de Pessoas Naturais das comarcas do Estado, no Livro “E”, independentemente de intervenção judicial”.

Deste modo, Karen, Alexandre e Stela poderão requerer o traslado de seus assentos de nascimento aos Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais competente, a ser feito no livro “E”.

QUESTÃO 17. Os atos notariais eletrônicos, uma realidade em nosso país, foram regulamentados pelo Provimento nº 100/2020 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça. Sobre o tema, assinale a alternativa que está em acordo com o referido provimento.

a) Impede ao tabelião de notas a lavratura de atos notariais híbridos.

b) Atende ao princípio da territorialidade para a prática dos atos notariais.

c) Permite que as partes comparecentes ao ato possam assiná-lo, eletronicamente, utilizando qualquer plataforma de assinatura, eis que expressamente autorizado pelo Provimento 100/CNJ, de 2020.

d) O Sistema de Atos Notariais Eletrônicos e-Notariado é mantido pelo Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal, CNB-CF, contando, nos casos definidos no seu regulamento, com Ônus ou despesas para o Conselho Nacional de Justiça e demais órgãos ou entidades do Poder Público.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 30 do Provimento nº 100/2020 do CNJ autoriza, expressamente, a realização de ato notarial híbrido. Assim dispõe: “Art. 30. Fica autorizada a realização de ato notarial híbrido, com uma das partes assinando fisicamente o ato notarial e a outra, a distância, nos termos desse provimento”.

A alternativa B está correta. O art. 6º do Provimento nº 100/2020 do CNJ consagra o princípio da territorialidade nos seguintes termos: “a competência para a prática dos atos regulados neste Provimento é absoluta e observará a circunscrição territorial em que o tabelião recebeu sua delegação, nos termos do art. 9º da Lei n. 8.935/1994”.

A alternativa C está incorreta, pois as partes comparecentes devem assinar o ato eletrônico exclusivamente através da plataforma do e-Notariado. É o que dispõe o art. 3º, III, do Provimento em comento: “Art. 3º. São requisitos da prática do ato notarial eletrônico: III - assinatura digital pelas partes, exclusivamente através do e-Notariado”.

A alternativa D está incorreta, pois não haverá ônus ou despesas para o Conselho Nacional de Justiça e demais órgãos ou entidades do Poder Público. É o que preconiza o art. 8º do Provimento nº 100/2020 do CNJ: “Art. 8º. O Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, e-Notariado, será implementado e mantido pelo Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal, CNB-CF, sem ônus ou despesas para o Conselho Nacional de Justiça e demais órgãos ou entidades do Poder Público”.

QUESTÃO 18. A mudança de gênero das pessoas que não se reconhecem naquele de seu registro pode ser realizada extrajudicialmente. Para a concretização deste direito fundamental, devidamente regulamento pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça pelo Provimento nº 73/2018, é correto se afirmar que:

a) Somente pode ser requerida pelas pessoas maiores de dezoito anos completos.



b) Em sendo o requerente casado, pode ser realizada a averbação do novo prenome no assento de casamento, independente do consentimento do cônjuge, conforme previsto em Provimento do CNJ.

c) O procedimento somente poderá ser lavrado no ofício de registro civil onde o requerente foi registrado, vez que a verificação documental compete ao registrador civil de pessoas naturais detentor do assento.

d) A mudança de gênero deve ser feita após a cirurgia de designação sexual ou tratamento hormonal, eis que sua demonstração deve ser feita ao registrador civil de pessoas naturais, conforme expresso no Provimento do CNJ.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 2º do Provimento nº 73/2018 do CNJ, “Toda pessoa maior de 18 anos completos habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao ofício do RCPN a alteração e a averbação do prenome e do gênero, a fim de adequá-los à identidade autopercebida”.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do caput do art. 8º, §3º do Provimento nº 73/2018 do CNJ, “A subsequente averbação da alteração do prenome e do gênero no registro de casamento dependerá da anuência do cônjuge”.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 3º do Provimento nº 73/2018 do CNJ, “a averbação do prenome, do gênero ou de ambos poderá ser realizada diretamente no ofício do RCPN onde o assento foi lavrado”. No entanto, a teor do parágrafo único deste dispositivo legal, “o pedido poderá ser formulado em ofício do RCPN diverso do que lavrou o assento; nesse caso, deverá o registrador encaminhar o procedimento ao oficial competente, às expensas da pessoa requerente, para a averbação pela Central de Informações do Registro Civil (CRC)”.

A alternativa D está incorreta. Segundo o art. 4º, §1º do Provimento nº 73/2018 do CNJ, “O atendimento do pedido apresentado ao registrador independe de prévia autorização judicial ou da comprovação de realização de cirurgia de redesignação sexual e/ou de tratamento hormonal ou patologizante, assim como de apresentação de laudo médico ou psicológico”.

QUESTÃO 19. No que tange à Cédula e Produto Rural (CPR), Lei Federal nº 8.929/1994, é correto aduzir que:

a) As garantias cedulares poderão, a critério das partes, ser constituídas somente instrumento particular, independentemente do seu valor ou do valor do título garantido.

b) Os bens vinculados à CPR serão penhorados ou sequestrados por outras dívidas do emitente ou do terceiro prestador da garantia real, cumprindo a qualquer deles denunciar a existência da cédula às autoridades incumbidas da diligência, ou a quem a determinou, sob pena de responderem pelos prejuízos resultantes de sua omissão.

c) A validade e eficácia da CPR dependem de registro em cartório, que fica dispensado, mas as garantias reais a ela vinculadas ficam sujeitas, para valer contra terceiros, à averbação no cartório de registro de imóveis em que estiverem localizados os bens dados em garantia, devendo ser efetuada no prazo de três dias úteis, contado da apresentação do título ou certidão de inteiro teor, sob pena de responsabilidade funcional do oficial encarregado de promover os atos necessários.

d) A alienação fiduciária de produtos agropecuários e de seus subprodutos poderá recair sobre bens presentes ou futuros, fungíveis ou infungíveis, consumíveis ou não, cuja titularidade pertença ao



fiduciante, devedor ou terceiro garantidor, e sujeita-se às disposições previstas no Código Civil, e na legislação especial a respeito do penhor, do penhor rural e do penhor agrícola e mercantil e às disposições sobre a alienação fiduciária de bens infungíveis, em tudo o que não for contrário ao disposto na Lei nº 8.929/1994.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, em virtude da expressão “somente instrumento particular”, nos termos da Lei 8.929/1994. “Art. 5º A CPR admite a constituição de quaisquer dos tipos de garantia previstos na legislação, devendo ser observado o disposto nas normas que as disciplinam, salvo na hipótese de conflito, quando prevalecerá esta Lei. (...) § 2º As garantias cedulares poderão, a critério das partes, ser constituídas por instrumento público ou particular, independentemente do seu valor ou do valor do título garantido”.

A alternativa B está incorreta, nos termos da Lei 8.929/1994. Art. 18. “Os bens vinculados à CPR não serão penhorados ou sequestrados por outras dívidas do emitente ou do terceiro prestador da garantia real, cumprindo a qualquer deles denunciar a existência da cédula às autoridades incumbidas da diligência, ou a quem a determinou, sob pena de responderem pelos prejuízos resultantes de sua omissão”.

A alternativa C está incorreta, nos termos da Lei 8.929/1994. “Art. 12. (...) § 2º A validade e eficácia da CPR não dependem de registro em cartório, que fica dispensado, mas as garantias reais a ela vinculadas ficam sujeitas, para valer contra terceiros, à averbação no cartório de registro de imóveis em que estiverem localizados os bens dados em garantia, devendo ser efetuada no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da apresentação do título ou certidão de inteiro teor, sob pena de responsabilidade funcional do oficial encarregado de promover os atos necessários”.

A alternativa D está correta, nos termos da Lei 8.929/1994. Art. 8. (...) “§ 1º A alienação fiduciária de produtos agropecuários e de seus subprodutos poderá recair sobre bens presentes ou futuros, fungíveis ou infungíveis, consumíveis ou não, cuja titularidade pertença ao fiduciante, devedor ou terceiro garantidor, e sujeita-se às disposições previstas na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e na legislação especial a respeito do penhor, do penhor rural e do penhor agrícola e mercantil e às disposições sobre a alienação fiduciária de bens infungíveis, em tudo o que não for contrário ao disposto nesta Lei”.

QUESTÃO 20. Considerando que a Lei nº 10.931/2004 dispõe sobre o Patrimônio de Afetação de Incorporações Imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, analise as afirmativas a seguir.

I. É prescindível a averbação da emissão de CCI com garantia real quando houver prenotação ou registro de qualquer outro ônus real sobre os direitos imobiliários respectivos, inclusive penhora ou averbação de qualquer mandado ou ação judicial.

II. A garantia da cédula de crédito bancário poderá ser fidejussória ou real, neste último caso constituída por bem patrimonial de qualquer espécie, disponível e alienável, móvel ou imóvel, material ou imaterial, presente ou futuro, fungível ou infungível, consumível ou não, cuja titularidade pertença ao próprio emitente ou a terceiro garantidor da obrigação principal.

III. O resgate da dívida representada pela CCI prova-se com a declaração de quitação, emitida pelo credor, ou, na falta desta, por outros meios admitidos em direito.



IV. A validade e a eficácia da cédula de crédito bancário não dependem de registro, mas as garantias reais, por ela constituídas, ficam sujeitas, para valer contra terceiros, aos registros ou averbações previstas na legislação aplicável, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II, III e IV
- b) I e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O item I está incorreto, de acordo com a Lei 10.931/2004. “Art. 25. É vedada a averbação da emissão de CCI com garantia real quando houver prenotação ou registro de qualquer outro ônus real sobre os direitos imobiliários respectivos, inclusive penhora ou averbação de qualquer mandado ou ação judicial”.

O item II está correto, de acordo com a Lei 10.931/2004. “Art. 31. A garantia da Cédula de Crédito Bancário poderá ser fidejussória ou real, neste último caso constituída por bem patrimonial de qualquer espécie, disponível e alienável, móvel ou imóvel, material ou imaterial, presente ou futuro, fungível ou infungível, consumível ou não, cuja titularidade pertença ao próprio emitente ou a terceiro garantidor da obrigação principal”.

O item III está correto, de acordo com a Lei 10.931/2004. “Art. 24. O resgate da dívida representada pela CCI prova-se com a declaração de quitação, emitida pelo credor, ou, na falta desta, por outros meios admitidos em direito”.

O item IV está correto, de acordo com a Lei 10.931/2004. “Art. 42. A validade e eficácia da Cédula de Crédito Bancário não dependem de registro, mas as garantias reais, por ela constituídas, ficam sujeitas, para valer contra terceiros, aos registros ou averbações previstos na legislação aplicável, com as alterações introduzidas por esta Lei”.

QUESTÃO 21. De acordo com a Lei nº 6.015/1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, “Do Nascimento”, podemos afirmar corretamente que:

- a) O oficial de registro civil comunicará o registro de nascimento ao Ministério da Economia e ao INSS pelo Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc) ou por outro meio que venha a substituí-lo.
- b) A naturalidade poderá ser do município em que ocorreu o nascimento ou do município de residência do pai do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento.
- c) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de trinta dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.
- d) O oficial de registro civil de pessoas naturais do município poderá, mediante convênio e desde que não prejudique o regular funcionamento da serventia, instalar unidade interligada somente em



estabelecimento público de saúde para recepção e remessa de dados, lavratura do registro de nascimento e emissão da respectiva certidão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 75, parágrafo único da Lei nº 6.015/1973: “O oficial de registro civil comunicará o registro ao Ministério da Economia e ao INSS pelo Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc) ou por outro meio que venha a substituí-lo”.

A alternativa B está incorreta. Segundo o art. 54, §4º da Lei nº 6.015/1973, “A naturalidade poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento”.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 50, caput da Lei nº 6.015/1973: “Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório”.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 54, §5º da Lei nº 6.015/1973 “O oficial de registro civil de pessoas naturais do Município poderá, mediante convênio e desde que não prejudique o regular funcionamento da serventia, instalar unidade interligada em estabelecimento público ou privado de saúde para recepção e remessa de dados, lavratura do registro de nascimento e emissão da respectiva certidão”.

QUESTÃO 22. Analise as afirmativas a seguir levando em consideração a Lei nº 6.015/1973, que dispõe sobre Registros Públicos, além de outras providências e assinale a correta.

a) Sem prejuízo da via jurisdicional, a adjudicação compulsória de imóvel objeto de promessa de venda ou de cessão poderá ser efetivada extrajudicialmente no serviço de registro de imóveis da situação do imóvel.

b) Quando dois ou mais imóveis contíguos pertencentes a dois ou mais proprietários, constarem de matrículas autônomas, pode ele requerer a fusão administrativa destas em uma só, de novo número, encerrando-se as primitivas.

c) Os tabeliães, escrivães e juízes farão com que, nas escrituras e nos autos judiciais, as partes indiquem, com precisão, os característicos, as confrontações e as localizações dos imóveis, mencionando os nomes dos confrontantes e, ainda, quando se tratar só de terreno, se esse fica do lado par ou do lado ímpar do logradouro, em que quadra e a que distância métrica da edificação ou da esquina mais próxima, dispensando, para tanto, certidão de inteiro teor do registro imobiliário.

d) Após o registro do parcelamento do solo, na modalidade loteamento ou na modalidade desmembramento, e da incorporação imobiliária, de condomínio edilício ou de condomínio de lotes, até que tenha sido registrada a conclusão das obras de infraestrutura ou da construção, as averbações e os registros relativos à pessoa do loteador ou do incorporador ou referentes a quaisquer direitos reais, inclusive de garantias, cessões ou demais negócios jurídicos que envolvam o empreendimento e suas unidades, bem como o próprio registro da conclusão do empreendimento, serão realizados na matrícula de origem do imóvel a ele destinado e replicados, sem custo adicional, em cada uma das matrículas recipiendárias dos lotes ou das unidades autônomas eventualmente abertas.

Comentários



A alternativa correta é a **letra A**. Entretanto, o **item D** também pode ser considerado correto.

A alternativa A está correta, conforme previsto na Lei 6.015/1973. “Art. 216-B. Sem prejuízo da via jurisdicional, a adjudicação compulsória de imóvel objeto de promessa de venda ou de cessão poderá ser efetivada extrajudicialmente no serviço de registro de imóveis da situação do imóvel, nos termos deste artigo”.

A alternativa B está incorreta, em virtude da expressão “pertencentes a dois ou mais proprietários”, de acordo com a Lei 6.015/1973. “Art. 234 - Quando dois ou mais imóveis contíguos pertencentes ao mesmo proprietário, constarem de matrículas autônomas, pode ele requerer a fusão destas em uma só, de novo número, encerrando-se as primitivas”.

A alternativa C está incorreta, em virtude da expressão “dispensando, para tanto, certidão”. A questão fundamenta-se na Lei 6.015/1973. “Art. 225 - Os tabeliães, escrivães e juizes farão com que, nas escrituras e nos autos judiciais, as partes indiquem, com precisão, os característicos, as confrontações e as localizações dos imóveis, mencionando os nomes dos confrontantes e, ainda, quando se tratar só de terreno, se esse fica do lado par ou do lado ímpar do logradouro, em que quadra e a que distância métrica da edificação ou da esquina mais próxima, exigindo dos interessados certidão do registro imobiliário”.

A alternativa D, que deve ser considerada incorreta pela banca examinadora, em virtude da expressão “registrada a conclusão das obras”. Entretanto, também pode ser considerada correta, pois “registro” em sentido amplo abrange “averbação”. A questão fundamenta-se na Lei 6.015/1973. “Art. 237-A. Após o registro do parcelamento do solo, na modalidade loteamento ou na modalidade desmembramento, e da incorporação imobiliária, de condomínio edilício ou de condomínio de lotes, até que tenha sido averbada a conclusão das obras de infraestrutura ou da construção, as averbações e os registros relativos à pessoa do loteador ou do incorporador ou referentes a quaisquer direitos reais, inclusive de garantias, cessões ou demais negócios jurídicos que envolvam o empreendimento e suas unidades, bem como a própria averbação da conclusão do empreendimento, serão realizados na matrícula de origem do imóvel a ele destinado e replicados, sem custo adicional, em cada uma das matrículas recipiendárias dos lotes ou das unidades autônomas eventualmente abertas. (Redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022)”

QUESTÃO 23. No que se refere a Lei nº 4.591/1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações, pode-se afirmar corretamente que:

- a) O condomínio por meação de parede, soalhos e tetos das unidades isoladas regular-se-á pelo disposto na Lei nº 6.766/1979, no que lhe for aplicável.**
- b) Considera-se constituído o patrimônio de afetação mediante registro, a qualquer tempo, no Registro de Imóveis, de termo firmado pelo incorporador e, quando for o caso, também, pelos titulares de direitos reais de aquisição sobre o terreno.**
- c) Os efeitos da decretação da falência ou da insolvência civil do incorporador não atingem os patrimônios de afetação constituídos, não integrando a massa concursal o terreno, as acessões e demais bens, direitos creditórios, obrigações e encargos objeto da incorporação.**
- d) O direito à guarda de veículos nas garagens ou locais a isso destinados nas edificações ou conjuntos de edificações será tratado como objeto de propriedade exclusiva, com ressalva das restrições que ao mesmo sejam impostas por instrumentos contratuais adequados, e sempre serão vinculadas à unidade habitacional a que corresponder.**

Comentários



A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos da Lei 4.591/1964 “Art. 5º O condomínio por meação de parede, soalhos, e tetos das unidades isoladas, regular-se-á pelo disposto no Código Civil, no que lhe fôr aplicável”.

A alternativa B está incorreta, em virtude da palavra “registro”, eis que o correto seria “averbação”, nos termos da Lei 4.591/1964. “Art. 31-B. Considera-se constituído o patrimônio de afetação mediante averbação, a qualquer tempo, no Registro de Imóveis, de termo firmado pelo incorporador e, quando for o caso, também pelos titulares de direitos reais de aquisição sobre o terreno”.

A alternativa C está incorreta, nos termos da Lei 4.591/1964 “Art. 31-F. Os efeitos da decretação da falência ou da insolvência civil do incorporador não atingem os patrimônios de afetação constituídos, não integrando a massa concursal o terreno, as acessões e demais bens, direitos creditórios, obrigações e encargos objeto da incorporação.

A alternativa D está incorreta, em virtude da expressão “sempre serão vinculadas”, de acordo com a Lei 4.591/1964, Art. 2. (...) “§ 1º O direito à guarda de veículos nas garagens ou locais a isso destinados nas edificações ou conjuntos de edificações será tratado como objeto de propriedade exclusiva, com ressalva das restrições que ao mesmo sejam impostas por instrumentos contratuais adequados, e será vinculada à unidade habitacional a que corresponder, no caso de não lhe ser atribuída fração ideal específica de terreno”.

QUESTÃO 24. Sobre o Registro Civil de Pessoa Jurídica de acordo com o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Maranhão, assinale afirmativa correta.

a) Além dos livros referenciados na Lei nº 6.015/1973, os escritórios de registro civil das pessoas jurídicas utilizarão o Livro de Protocolo, com trezentas folhas, para apontamento de todos os títulos apresentados a registro ou averbação e para exame e cálculo.

b) Para a integralização de imóveis ao capital social de pessoa jurídica com fins lucrativos, devem ser exigidos e arquivados os seguintes documentos: certidão de matrícula atualizada; certidão negativa de ônus do imóvel e anuência do cônjuge, se for o caso.

c) A transcrição dos livros A e B poderá ser realizada em fichas, para cada pessoa jurídica, escrituradas fisicamente ou eletronicamente, sendo, neste último caso, cada lançamento associado às imagens dos documentos gravados digitalmente ou em microfilme, disponíveis para impressão apenas no formato PDF/A.

d) Os oficiais de registro civil das pessoas jurídicas adotarão boas práticas procedimentais e aquelas determinadas pela Corregedoria-Geral da Justiça e pelas Varas Judiciais da Sede da Comarca, observando os princípios da continuidade, da anterioridade e compatibilidade, necessários à segurança jurídica dos atos que alterem ou afetem as pessoas jurídicas.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. De fato, além dos livros referenciados na Lei 6.015/73, os escritórios de registro civil das pessoas jurídicas utilizarão o Livro de Protocolo, com 300 (trezentas) folhas, nos moldes do art. 472 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Maranhão. O erro contudo, está na parte final da alternativa. No livro de protocolo serão realizados apontamentos de todos os títulos apresentados a registro ou averbação. Não se destinam, todavia, ao “exame e cálculo”, como mencionado pela assertiva.



A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do art. 480, § 1º, do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Maranhão, o qual preconiza que “para a integralização de imóveis ao capital social de pessoa jurídica com fins lucrativos, devem ser exigidos e arquivados os seguintes documentos: I - Certidão de Matrícula atualizada; II - Certidão Negativa de ônus do imóvel; III - anuência do cônjuge, se for o caso”.

A alternativa C está incorreta, pois não há vinculação à impressão apenas no formato PDF/A. O Provimento 16/2022 não estabelece formato para impressão. Preconiza o art. 475 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Maranhão que “a transcrição dos Livros A e B poderá ser realizada em fichas, para cada pessoa jurídica, escrituradas fisicamente ou eletronicamente, sendo, neste último caso, cada lançamento associado às imagens dos documentos gravados digitalmente ou em microfilme, disponíveis para impressão”.

A alternativa D está incorreta, eis que incluídas as “Varas Judiciais da Sede da Comarca”, em dissonância com o estabelecido no art. 469 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Maranhão, a seguir transcrito: “Art. 469. Os oficiais de registro civil das pessoas jurídicas adotarão boas práticas procedimentais e aquelas determinadas pela Corregedoria Geral da Justiça, observando os princípios da continuidade, da anterioridade e compatibilidade, necessários à segurança jurídica dos atos que alterem ou afetem as pessoas jurídicas”.

QUESTÃO 25. A Lei nº 14.382/2022 apresenta inúmeras alterações na Lei de Registros Públicos, principalmente no que tange ao nome. Assinale a afirmativa correta de acordo com a Lei de Registros Públicos.

a) O oficial de registro civil não registrará prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, observado que, quando aos genitores não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso à decisão do juiz competente, independentemente da cobrança de quaisquer emolumentos.

b) Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial de registro lançará adiante do prenome escolhido ao menos dois sobrenomes de um dos genitores, na ordem que julgar mais conveniente para evitar homônimas. O oficial de registro orientará os pais acerca da conveniência de acresce sobrenomes, a fim de se evitar prejuízos à pessoa em razão da homonímia.

c) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos prenome e o sobrenome, observado que ao prenome serão acrescidos os sobrenomes dos genitores ou de seus ascendentes, em qualquer ordem e, na hipótese de acréscimo de sobrenome de ascendente que não conste das certidões apresentadas, deverão ser apresentadas todas as certidões da linha ascendente.

d) Em até quinze dias úteis após o registro, qualquer dos genitores poderá apresentar, perante o registro civil onde foi lavrado o assento de nascimento, oposição fundamentada ao prenome e sobrenomes indicados pelos declarantes, observado que, se houver manifestação consensual dos genitores, será realizado o procedimento de retificação administrativa do registro, mas, se não houver consenso, a oposição será encaminhada ao juiz competente para decisão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 55, §1º da Lei nº 6.015/1973: “O oficial de registro civil não registrará prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, observado que, quando os genitores não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso à decisão do juiz competente, independentemente da cobrança de quaisquer emolumentos”.



A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 55, §2º da Lei nº 6.015/1973: “Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial de registro lançará adiante do prenome escolhido ao menos um sobrenome de cada um dos genitores, na ordem que julgar mais conveniente para evitar homonímias”.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 55, caput da Lei nº 6.015/1973: “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, observado que ao prenome serão acrescidos os sobrenomes dos genitores ou de seus ascendentes, em qualquer ordem e, na hipótese de acréscimo de sobrenome de ascendente que não conste das certidões apresentadas, deverão ser apresentadas as certidões necessárias para comprovar a linha ascendente”.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 55, §4º da Lei nº 6.015/1973: “Em até 15 (quinze) dias após o registro, qualquer dos genitores poderá apresentar, perante o registro civil onde foi lavrado o assento de nascimento, oposição fundamentada ao prenome e sobrenomes indicados pelo declarante, observado que, se houver manifestação consensual dos genitores, será realizado o procedimento de retificação administrativa do registro, mas, se não houver consenso, a oposição será encaminhada ao juiz competente para decisão”.

QUESTÃO 26. Sobre a Lei nº 13.445/2017, que instituiu a Lei de Imigração, assinale a afirmativa correta.

a) O registro consiste na identificação civil do imigrante por dados biográficos e biométricos, e é obrigatório apenas a todo imigrante detentor de visto temporário.

b) A política migratória brasileira rege-se pelos princípios da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; repúdio e prevenção à homofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; não criminalização; migração; promoção de entrada regular e de regularização documental; dentre outros.

c) Enquanto não for expedida identificação civil, o documento comprobatório de que o imigrante a solicitou à autoridade competente, será suficiente para se identificar perante diversos órgãos públicos, devendo aguardar o documento de identificação civil para declarar a paternidade no registro de nascimento no Cartório de Registro Civil.

d) Os documentos de viagem do migrante e do visitante são passaporte; *laissez-passer*; autorização de retorno; salvo-conduto; carteira de identidade civil ou documento estrangeiro equivalente, quando admitidos em tratado; certificado de membro de tripulação de transporte aéreo; outros que vierem a ser reconhecidos pelo Estado brasileiro em regulamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 19, caput da Lei nº 13.445/2017: “O registro consiste na identificação civil por dados biográficos e biométricos, e é obrigatório a todo imigrante detentor de visto temporário ou de autorização de residência”.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 3º e incisos da Lei nº 13.445/2017, o repúdio e prevenção à homofobia não é um princípio da política migratória, mas sim, o repúdio à xenofobia, como determina o inc. II deste dispositivo legal.

A alternativa C está incorreta. Segundo o art. 19, §3º da Lei nº 13.445/2017, “enquanto não for expedida identificação civil, o documento comprobatório de que o imigrante a solicitou à autoridade competente garantirá ao titular o acesso aos direitos disciplinados nesta Lei”.



A alternativa D está correta. A teor do art. 5º da Lei nº 13.445/2017: “Art. 5º São documentos de viagem: I - passaporte; II - laissez-passer; III - autorização de retorno; IV - salvo-conduto; V - carteira de identidade de marítimo; VI - carteira de matrícula consular; VII - documento de identidade civil ou documento estrangeiro equivalente, quando admitidos em tratado; VIII - certificado de membro de tripulação de transporte aéreo; e IX - outros que vierem a ser reconhecidos pelo Estado brasileiro em regulamento.

QUESTÃO 27. No que tange ao bloqueio do registro, o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Maranhão assim disciplina:

a) O cancelamento será averbado mediante determinação judicial, não podendo ser feito em virtude de sentença ainda sujeita a recurso.

b) O registro, enquanto não cancelado, poderá produzir todos os seus efeitos legais, desde que o oficial da serventia informe o juiz corregedor permanente sobre a prática de qualquer ato no registro.

c) Bloqueado o registro parcialmente, o oficial de registro não poderá praticar mais nenhum ato ou expedir nenhuma certidão, salvo prévia manifestação do promotor de justiça da Vara de Registros Públicos.

d) Se o juiz entender que a superveniência de novos atos ou a expedição de certidão causará danos de difícil reparação, poderá determinar, após oitiva do Ministério Público, o bloqueio integral ou parcial do registro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 436 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, “o cancelamento será averbado mediante determinação judicial, não podendo ser feito em virtude de sentença ainda sujeita a recurso”.

A alternativa B está incorreta. Segundo o art. 435 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, “O registro, enquanto não cancelado, produz todos os seus efeitos legais”.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 434 e parágrafo único do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, “Se o juiz entender que a superveniência de novos atos ou a expedição de certidão causará danos de difícil reparação, poderá determinar de ofício, a qualquer momento, ainda que sem a oitiva das partes, o bloqueio integral ou parcial do registro. Parágrafo único. Bloqueado o registro, o oficial de registro não poderá mais praticar nenhum ato ou expedir nenhuma certidão, salvo autorização judicial”.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 434 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, “Se o juiz entender que a superveniência de novos atos ou a expedição de certidão causará danos de difícil reparação, poderá determinar de ofício, a qualquer momento, ainda que sem a oitiva das partes, o bloqueio integral ou parcial do registro”.

QUESTÃO 28. Sobre as sentenças de liberação do regime tutelar prevista no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Maranhão, é correto afirmar que:

a) Aplicam-se à inscrição do ato, no que couber, as disposições relativas à inscrição de sentença de liberação do regime tutelar.



b) O registro de liberação do regime tutelar conterà a data do registro, nome, idade, filiação, naturalidade e residência do índio, a determinação judicial, a data da sentença, o trânsito em julgado e o nome e vara do juiz que a proferiu.

c) Será inscrito no livro E – da 1ª Zona Extrajudicial de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca de domicílio das partes, o ato do órgão administrativo, homologado judicialmente em 1ª instância, que reconhecer ao índio a condição de integrado ou semi-integrado.

d) As sentenças de liberação do regime tutelar e investidura na plenitude da capacidade civil de índios não integrados à comunhão nacional serão inscritas no livro E – da 1ª Zona Extrajudicial de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca em que se encontra localizada a aldeia de origem de sua etnia.

Comentários

As alternativas corretas são as **letras A e B. Questão passível de anulação.**

A alternativa A está correta. De acordo com o parágrafo único do caput do art. 411 do Código de Normas: “Será inscrito no Livro “E” - da 1ª Zona Extrajudicial de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca de domicílio das partes, ainda, o ato do órgão de assistência, homologado judicialmente, que reconhecer ao índio, mediante declaração formal, a condição de integrado, cessando toda restrição à capacidade. Parágrafo único. Aplicam-se à inscrição do ato, no que couber, as disposições relativas à inscrição de sentença de liberação do regime tutelar”.

A alternativa B está correta. Segundo o art. 410 do Código de Normas: “O registro de liberação do regime tutelar conterà: I - a data do registro; II - nome, idade, filiação, naturalidade e residência do índio; III - a determinação judicial; IV - a data da sentença, nome e vara do Juiz que a proferiu”. Portanto, não é necessário o trânsito em julgado da sentença.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do caput do art. 411 do Código de Normas: “Art. 411. Será inscrito no Livro “E” - da 1ª Zona Extrajudicial de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca de domicílio das partes, ainda, o ato do órgão de assistência, homologado judicialmente, que reconhecer ao índio, mediante declaração formal, a condição de integrado, cessando toda restrição à capacidade”.

A alternativa D está incorreta. A teor do art. 409 do Código de Normas: “Art. 409. As sentenças de liberação do regime tutelar e investidura na plenitude da capacidade civil de índios não integrados à comunhão nacional serão inscritas no Livro “E” - da 1ª Zona Extrajudicial de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca de seu domicílio, na forma do art.9º, Parágrafo único, da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio)”.

QUESTÃO 29. “Eu existo. Eu mereço o meu registro.” Com esse mote, o Poder Judiciário do Maranhão deu início, na manhã desta segunda-feira, 8, no Fórum de São Luís, à “Semana Nacional do Registro Civil” - de 8 a 12 de maio - com a campanha “Registre-se!”, e ações voltadas a garantir a Certidão de Nascimento entre a população menos favorecida. (Disponível em: <https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/510012/judiciario-abre-semana-nacional-do-registro-civil-no-maranhao>. Acesso em: 05/2023.)

Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala. Arrastaram-se para lá, devagar, Sinhá Vitória com o filho mais novo escanchado no quarto e o baú de folha na cabeça,



Fabiano sombrio, cambaio, o aió a tiracolo, a cuia pendurada numa correia presa ao cinturão, a espingarda de pederneira no ombro. O menino mais velho e a cachorra Baleia iam atrás. Os juazeiros aproximaram-se, recuaram, sumiram-se. O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão. (Graciliano Ramos, *Vidas Secas*. Record.)

A realidade concernente à questão da invisibilidade social para aqueles privados de direitos de cidadania é um processo sobre o qual há discussões e ações atuais e reais em andamento. Sobre o tema referido anteriormente, o texto do modernista Graciliano Ramos:

a) Retrata-o com certo eufemismo, já que o tema principal do romance é a seca no semiárido, não havendo formação de uma identidade dos personagens.

b) Expressa-o por meio de uma linguagem que retrata a regionalidade do sertão nordestino, ênfase dada por influência da negação das convenções e tradições literárias, caracterizando-o como uma produção literária da primeira geração modernista.

c) Apresenta-o como marcador da miséria social, cenário presente em algumas das principais obras da segunda fase do Modernismo no Brasil em que o contexto brasileiro passava por intensas transformações em consequência da situação interna do país e também do cenário mundial.

d) Indica-o como uma questão tratada como polêmica pela geração modernista de 30, em que o romance social discutia questões de uma identidade verdadeiramente nacional em decorrência da situação de conflito vivida pelo país, assim como ocorria por ocasião da produção literária do século XVIII quando o Brasil tornou-se independente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Não se fala em eufemismo, pois a obra “*Vidas Secas*” traz a realidade da desigualdade social, sem nenhum tipo de suavização da linguagem empregada. Ainda, o tema principal é o drama de uma família vítima da miséria, no contexto do semiárido. Por fim, no livro há, sim, a formação da identidade dos personagens, tais como Fabiano, a cadela Baleia, e outros.

A alternativa B está incorreta. A referida produção literária é da segunda geração modernista, presente a partir da década de 30.

A alternativa C está correta. *Vidas Secas* é uma das principais obras da segunda fase do modernismo no Brasil, retratando questões como o regionalismo e a identidade social. Era um período de grandes transformações no Brasil, com a vigência da chamada “Era Vargas”, a qual foi marcada por intensas agitações políticas (Golpe de Estado, Ditadura, Estado Novo), e caracterizada pela industrialização, urbanização, avanço da legislação trabalhistas, entre outros.

A alternativa D está incorreta. O Brasil tornou-se independente no ano de 1822; portanto, século XIX, e não século XVIII.

QUESTÃO 30. Considere os argumentos a seguir.

I. “Se você está realizando a prova do concurso, então você é candidato. Você é candidato. Logo, você está realizando a prova do concurso.”

II. “Se você está realizando a prova do concurso, então você é candidato. Você está realizando a prova do concurso. Logo, você é candidato.”



Com base nos argumentos I e II, para a lógica matemática, marque a afirmativa correta sobre argumentos válidos e inválidos.

- a) O argumento I é inválido.
- b) O argumento II é inválido.
- c) Os argumentos I e II são válidos.
- d) Os argumentos I e II são inválidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Na expressão “Se você está realizando a prova do concurso, então você é candidato”, percebe-se que temos 2 conjuntos. O conjunto daqueles que estão realizando a prova do concurso, e o conjunto daqueles que são candidatos. Veja que o primeiro está contido no segundo, ou seja: Todos que realizam a prova são candidatos; mas nem todos que são candidatos obrigatoriamente estão realizando a prova. Portanto, a expressão “Você é candidato. Logo, você está realizando a prova do concurso” é inválida, pois não se pode afirmar que, se alguém é candidato, isto necessariamente implicará em estar realizando a prova do concurso. Portanto, o argumento I é inválido.

Conforme premissa já estabelecida acima na análise do argumento I, todos que realizam a prova são candidatos. Portanto, se alguém está realizando a prova do concurso, isto necessariamente implicará dizer que se é candidato. Utilizando-se, pois, da mesma lógica, o argumento II é válido.

QUESTÃO 31. O Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078/1990) descreve as práticas abusivas vedadas ao fornecedor de produtos e serviços. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não poderá condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.**
- II. Poderá fornecer serviço, enviar ou entregar ao consumidor produto após sua prévia solicitação.**
- III. Poderá executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor.**
- IV. Poderá elevar, sem justa causa, o preço de produtos ou serviços.**

Está correto o que se afirma em

- a) I, II, III e IV.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O item I está correto, nos termos do art. 39, I, do CDC: “É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;”.



O item II está correto, nos termos do art. 39, III, do CDC: “É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: III - enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;”.

O item III está incorreto, nos termos do art. 39, VI, do CDC: “É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: VI - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;”.

O item IV está incorreto, nos termos do art. 39, X, do CDC: “É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: X - elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços;”.

QUESTÃO 32. Maria Helena, residente na cidade de Colina-MA, após consultar sites na internet, adquiriu e pagou por vários pares de sapato de uma loja virtual. Seis dias após receber os produtos em seu domicílio, apesar da excelente qualidade das mercadorias, desistiu da compra. Quanto ao direito de arrependimento, é correto afirmar que Maria Helena tem direito a desistir da aquisição dos calçados, bem como direito

a) ao recebimento integral do valor pago, sem atualização monetária.

b) ao recebimento integral do valor pago, devidamente atualizado monetariamente.

c) após retenção de multa contratual prevista no contrato de compra e venda, ao recebimento de até 90% do valor pago, devidamente atualizado monetariamente.

d) após retenção de multa contratual prevista no contrato de compra e venda, ao recebimento de até 90% do valor pago, sem qualquer atualização monetária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 49, *caput* e parágrafo único, do CDC: “O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio. Parágrafo único. Se o consumidor exercer o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.”.

As alternativas A, C e D estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa B.

QUESTÃO 33. José, então com 40 anos de idade, casou-se com Maria, então com 35 anos de idade, pelo regime da comunhão parcial de bens, em 20/05/1985. Tiveram três filhos - Judas, Tiago e Pedro, todos nascidos em 01/05/1988. Em 01/06/2008, Judas casou-se com Sílvia, pelo regime da comunhão universal de bens, tendo falecido em 01/09/2022, sem deixar bens. Desta união nasceu, em 02/07/2007, Helena e Lívia. Tiago e Pedro não se casaram e não tiveram filhos. José faleceu em 01/05/2023. Não deixou testamento ou dívidas. Quando do seu falecimento possuía uma casa, na cidade de Macapá-AP, avaliada em R\$ 40.000,00 (adquirida por compra e venda em 1979) e um apartamento na cidade de Belo Horizonte-MG, avaliado em R\$ 180.000,00 (adquirido por compra e venda em 1993). Todos os herdeiros aceitaram a herança. Em razão do falecimento de José, o valor do quinhão a que terá direito Helena (antes do pagamento de impostos) refere-se a:



a) R\$ 10.000,00.

b) R\$ 20.000,00.

c) R\$ 40.000,00.

d) R\$ 73.333,33.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 1.829, I, do art. 1.832 e do art. 1.835, todos do CC/02: “A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;”; “Em concorrência com os descendentes (art. 1.829, inciso I) caberá ao cônjuge quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à quarta parte da herança, se for ascendente dos herdeiros com que concorrer.”; e “Na linha descendente, os filhos sucedem por cabeça, e os outros descendentes, por cabeça ou por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau.”.

As alternativas B, C e D estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

QUESTÃO 34. João, viúvo, é proprietário de um apartamento localizado no bairro Ipanema-RJ, e resolveu instituir em 2018, por escritura pública, usufruto vitalício do referido bem imóvel em favor de suas duas filhas, Isaura e Isadora. A escritura pública está devidamente averbada junto à matrícula do imóvel. Desde então, as filhas residem no apartamento. Porém, Isaura faleceu em maio de 2023. Neste caso, em relação à extinção do usufruto em decorrência do falecimento de Isaura, é correto afirmar que

a) caberá exclusivamente a Isadora o exercício integral do usufruto do imóvel.

b) consolida-se ao nu-proprietário (João) a plena propriedade da parte ideal que pertencia a Isaura.

c) transmite-se automaticamente aos herdeiros de Isaura o exercício de sua parte no usufruto do imóvel.

d) existindo disposição expressa no testamento de Isaura, é possível a transmissão até mesmo a terceiros de sua parte no usufruto do imóvel.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 1.411 do CC/02: “Constituído o usufruto em favor de duas ou mais pessoas, extinguir-se-á a parte em relação a cada uma das que falecerem, salvo se, por estipulação expressa, o quinhão desses couber ao sobrevivente”.

As alternativas A, C e D estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa B.

QUESTÃO 35. Em 01/12/1975, Sílvio, então com 21 anos de idade, casou-se com Alice, então com 22 anos de idade, pelo regime legal então vigente (comunhão universal). Em 2001, venderam pelo valor de R\$ 300.000,00, um apartamento que Sílvio recebera de doação de sua avó paterna, no ano de 1971. No ano seguinte (2002), adquiriram um novo apartamento pelo valor de R\$ 1.000.000,00 nas seguintes condições: R\$ 300.000,00 (pagos como sinal -utilizando-se dos recursos provenientes da alienação do imóvel que



ocorreu em 2001), R\$ 400.000,00 (com recursos provenientes das economias do casal) e financiaram o saldo devedor (R\$ 300.000,00) junto a uma instituição bancária. Apenas Alice, com recursos provenientes de sua atividade profissional, efetuou o pagamento das parcelas do financiamento. Resolveram se divorciar em 2023 e vender o imóvel por R\$ 1.000.000,00. Não possuem outros bens nem dívidas. Os cônjuges, Sílvio e Alice, terão direito na partilha -após a venda do imóvel, respectivamente, o valor de:

- a) R\$ 500.000,00 e R\$ 500.000,00.
- b) R\$ 650.000,00 e R\$ 350.000,00.
- c) R\$ 300.000,00 e R\$ 700.000,00.
- d) R\$ 200.000,00 e R\$ 800.000,00.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 1.667 do CC/02: “O regime de comunhão universal importa a comunicação de todos os bens presentes e futuros dos cônjuges e suas dívidas passivas, com as exceções do artigo seguinte.”. É irrelevante que apenas Alice, com recursos provenientes de sua atividade profissional, tenha efetuado o pagamento das parcelas do financiamento, em razão do regime ser de comunhão universal.

As alternativas B, C e D estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

QUESTÃO 36. Luciano e Cristina, ambos maiores, pretendem, em agosto de 2023, se casar pelo regime de participação final nos aquestos. Para a celebração do pacto antenupcial, já que ambos são empresários, pensaram em estabelecer uma cláusula na qual poderiam, livremente, dispor de quaisquer bens adquiridos na constância do casamento, independente da anuência expressa do outro. Quanto ao citado pacto antenupcial a ser celebrado por Luciano e Cristina, é correto afirmar que:

- a) seus termos têm efeitos *erga omnes* a partir da lavratura da respectiva escritura pública.
- b) apenas os bens imóveis, desde que particulares, poderão ser objeto da livre disposição na forma pactuada.
- c) somente terá eficácia se realizado por escritura pública lavrada até noventa dias antes da celebração do casamento.
- d) apenas os bens imóveis, desde que adquiridos na constância do casamento, poderão ser objeto da livre disposição na forma pactuada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 1.657 do CC/02: “As convenções antenupciais não terão efeito perante terceiros senão depois de registradas, em livro especial, pelo oficial do Registro de Imóveis do domicílio dos cônjuges.”.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 1.656 do CC/02: “No pacto antenupcial, que adotar o regime de participação final nos aquestos, poder-se-á convencionar a livre disposição dos bens imóveis, desde que particulares.”.



A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 1.653 do CC/02: “É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento.”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 1.656 do CC/02: “No pacto antenupcial, que adotar o regime de participação final nos aqüestos, poder-se-á convencionar a livre disposição dos bens imóveis, desde que particulares.”

QUESTÃO 37. Maria adquiriu um veículo e realizou um contrato de alienação fiduciária com o banco credor. Após alguns meses, ela atrasou duas parcelas do financiamento. Neste caso, é correto afirmar que

- a) Maria pode continuar utilizando o veículo normalmente, mesmo após o atraso no pagamento das parcelas.**
- b) o banco credor pode reaver o bem sem a necessidade de autorização judicial, bastando apenas notificar Maria.**
- c) Maria tem o direito de devolver o bem ao banco e encerrar o contrato de financiamento, sem qualquer tipo de ônus.**
- d) o banco credor não pode reaver o bem sem a autorização judicial, devendo ingressar com uma ação de busca e apreensão.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 3º do Decreto-Lei 911/1969: “O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2º do art. 2º, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário.”.

As alternativas A, B e C estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa D.

QUESTÃO 38. João comprou um carro e financiou o valor com uma instituição financeira. O contrato previa que o veículo seria dado em garantia ao banco através da alienação fiduciária. João, no entanto, atrasou algumas parcelas e não quitou a dívida. Nesta situação, a instituição financeira deverá:

- a) Renegociar a dívida com João e permitir que ele continue a utilizar o veículo como garantia.**
- b) Leiloar o carro imediatamente para quitar a dívida de João, sem precisar de autorização judicial.**
- c) Tomar o carro de volta sem aviso prévio, uma vez que a propriedade do bem já pertence ao banco.**
- d) Ajuizar uma ação de busca e apreensão do veículo, mas terá que notificar o devedor antes de tomar posse do bem.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 3º do Decreto-Lei nº 911/1969 e da Súmula nº 72 do STJ: “O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2º do art. 2º, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado



fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário.”; e “A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.”.

As alternativas A, B e C estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa D.

QUESTÃO 39. José comprou um veículo por meio de financiamento e ofereceu como garantia uma alienação fiduciária em favor da instituição financeira. Depois de algumas parcelas pagas, José não conseguiu mais arcar com o financiamento e o veículo foi retomado pela instituição financeira. De acordo com o Decreto-Lei nº 911/1969, assinale a afirmativa correta.

a) A instituição financeira pode reter o veículo retomado até que o devedor pague integralmente a dívida remanescente.

b) Após a retomada do veículo, a instituição financeira deve notificar o devedor para pagar a dívida remanescente em quinze dias, sob pena de venda do veículo em leilão público.

c) Na sentença que decretar a improcedência da ação de busca e apreensão, o juiz condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa, em favor do devedor fiduciante, equivalente a quarenta por cento do valor originalmente financiado, devidamente atualizado, caso o bem já tenha sido alienado.

d) A instituição financeira pode vender o veículo em leilão público, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. art. 3º, §1º e §2º, do Decreto-Lei nº 911/1969: “§1º Cinco dias após executada a liminar mencionada no caput, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. § 2º No prazo do § 1º, o devedor fiduciante poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus.”.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa A.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. art. 3º, §6º, do Decreto-Lei nº 911/1969: “§ 6º Na sentença que decretar a improcedência da ação de busca e apreensão, o juiz condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa, em favor do devedor fiduciante, equivalente a cinquenta por cento do valor originalmente financiado, devidamente atualizado, caso o bem já tenha sido alienado.”.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 2º do Decreto-Lei nº 911/1969: “No caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas.”.



QUESTÃO 40. As afirmativas a seguir tratam da proteção dos interesses difusos e coletivos do idoso, dos órgãos e entidades que atuam nesta proteção, das possibilidades de proposição de ações judiciais e das determinações possíveis em sentenças proferidas com relação às proteções referidas. Sobre a proteção judicial dos interesses difusos e coletivos do idoso, de acordo com a Lei nº 10.741/2003, analise as afirmativas a seguir.

I. As referidas ações serão propostas no foro do domicílio da pessoa idosa, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores.

II. Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado deverá assumir a titularidade ativa.

III. As multas previstas no Estatuto da Pessoa Idosa não recolhidas até quinze dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas por meio de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados em caso de inércia daquele.

IV. Transitada em julgado a sentença que impuser condenação ao Poder Público, o juiz determinará a remessa de peças à autoridade competente, para apuração da responsabilidade civil e administrativa do agente a que se atribua a ação ou omissão.

Está correto o que se afirma apenas em

a) IV.

b) I e III.

c) II e III.

d) I, II e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O item I está correto, nos termos do art. 80 da Lei nº 10.741: “As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do domicílio da pessoa idosa, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.”.

O item II está correto, nos termos do art. 81, § 2º, da Lei nº 10.741: “§ 2º Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado deverá assumir a titularidade ativa.”.

O item III está incorreto, nos termos do art. 84, parágrafo único, da Lei nº 10.741: “As multas não recolhidas até 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas por meio de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados em caso de inércia daquele.”.

O item IV está correto, nos termos do art. 86 da Lei nº 10.741: “Transitada em julgado a sentença que impuser condenação ao Poder Público, o juiz determinará a remessa de peças à autoridade competente, para apuração da responsabilidade civil e administrativa do agente a que se atribua a ação ou omissão.”.

QUESTÃO 41. A desapropriação é um processo legal em que o Poder Público retira a propriedade de um particular, para fins de utilidade pública ou interesse social, mediante justa indenização. Trata-se de uma



prerrogativa do Estado prevista na legislação, com o objetivo de viabilizar a execução de obras, projetos ou políticas que sejam considerados de interesse coletivo. Em relação à desapropriação, assinale a afirmativa correta.

a) Efetuada a manutenção da posse, fica assegurado ao expropriado o levantamento de oitenta por cento da quantia depositada para obtenção da medida possessória.

b) Em áreas de latifúndio, o Poder Público tomará as medidas necessárias à organização de unidades econômicas adequadas, desapropriando, aglutinando e redistribuindo as áreas.

c) A União deverá desapropriar, por interesse social, bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, precedido o ato, em qualquer caso, de autorização legislativa.

d) Os bens desapropriados por sentença definitiva, uma vez incorporados ao patrimônio público, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação julgada procedente resolver-se-á em perdas e danos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 19, § 2º, c, do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504): “efetuada a imissão de posse, fica assegurado ao expropriado o levantamento de oitenta por cento da quantia depositada para obtenção da medida possessória.”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 21 do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504): “Em áreas de minifúndio, o Poder Público tomará as medidas necessárias à organização de unidades econômicas adequadas, desapropriando, aglutinando e redistribuindo as áreas.”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 22, parágrafo único, do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504): “A União poderá desapropriar, por interesse social, bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, precedido o ato, em qualquer caso, de autorização legislativa.”.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 23 do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504): “Os bens desapropriados por sentença definitiva, uma vez incorporados ao patrimônio público, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.”.

QUESTÃO 42. O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), nos termos da Lei nº 11.977/2009, tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais. Com base nestas informações, analise as afirmativas a seguir.

I. Os contratos e registros efetivados no âmbito do PMCMV serão formalizados, preferencialmente, em nome da mulher.

II. Nas hipóteses de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, na constância do casamento ou da união estável, com subvenções oriundas de recursos do orçamento geral da União, do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicável, excetuados os casos que envolvam recursos do FGTS.



III. Não é permitida a pactuação de capitalização de juros com periodicidade mensal nas operações de empréstimos ou financiamentos realizados pelas entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

IV. O valor presente do fluxo futuro das prestações, compostas de amortização do principal e juros, geradas pelas operações de empréstimos ou financiamento, deve ser calculado com a utilização da taxa de juros pactuada no contrato, podendo resultar em valor diferente ao do empréstimo ou do financiamento concedido. Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I e II, apenas.

c) II e III, apenas.

d) III e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está correto, nos termos do art. 35 da Lei nº 11.977: “Os contratos e registros efetivados no âmbito do PMCMV serão formalizados, preferencialmente, em nome da mulher.”.

O item II está correto, nos termos do art. 35-A da Lei nº 11.977: “Nas hipóteses de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, na constância do casamento ou da união estável, com subvenções oriundas de recursos do orçamento geral da União, do FAR e do FDS, será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicável, excetuados os casos que envolvam recursos do FGTS.”.

O item III está incorreto, nos termos do art. 15-A da Lei nº 4.380: “É permitida a pactuação de capitalização de juros com periodicidade mensal nas operações realizadas pelas entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH.”.

O item IV está incorreto, nos termos do art.15-B, § 1º, da Lei nº 4.380: “Art. 15-B. Nas operações de empréstimo ou financiamento realizadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro da Habitação que prevejam pagamentos por meio de prestações periódicas, os sistemas de amortização do saldo devedor poderão ser livremente pactuados entre as partes. § 1º O valor presente do fluxo futuro das prestações, compostas de amortização do principal e juros, geradas pelas operações de que trata o caput, deve ser calculado com a utilização da taxa de juros pactuada no contrato, não podendo resultar em valor diferente ao do empréstimo ou do financiamento concedido.”.

QUESTÃO 43. A Lei nº 8.245/1991, também conhecida como Lei do Inquilinato, é a principal norma que regula as relações entre locadores e locatários de imóveis urbanos no Brasil. Ela estabelece regras para a locação, sublocação e despejo de imóveis, além de tratar de outros temas como a garantia locatícia, a cobrança de aluguel e os direitos e deveres das partes envolvidas. Considerando que tal normativa busca equilibrar os interesses dos proprietários e inquilinos, garantindo o direito à moradia e à segurança jurídica nas relações locatícias, analise as afirmativas a seguir.

I. Nas locações ajustadas por escrito e por prazo igual ou superior a trinta meses, a resolução do contrato ocorrerá findo o prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso.



II. Findo o prazo ajustado, se o locatário continuar na propriedade do imóvel alugado por mais de trinta dias sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação por prazo indeterminado, mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.

III. Ocorrendo a prorrogação da locação residencial, o locador poderá denunciar o contrato a qualquer tempo, concedido o prazo legal de sessenta dias para desocupação.

IV. Quando ajustada verbalmente ou por escrito e como prazo inferior a trinta meses, findo o prazo estabelecido, a locação prorroga-se automaticamente, por prazo indeterminado.

Está correto o que se afirma apenas em

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e III.

d) II e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está correto, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.245: “Nas locações ajustadas por escrito e por prazo igual ou superior a trinta meses, a resolução do contrato ocorrerá findo o prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso.”.

O item II está incorreto, nos termos do art. 46, § 1º, da Lei nº 8.245: “Findo o prazo ajustado, se o locatário continuar na posse do imóvel alugado por mais de trinta dias sem oposição do locador, presumir - se - á prorrogada a locação por prazo indeterminado, mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.”.

O item III está incorreto, nos termos do art. 46, § 2º, da Lei nº 8.245: “Ocorrendo a prorrogação, o locador poderá denunciar o contrato a qualquer tempo, concedido o prazo de trinta dias para desocupação.”.

O item IV está correto, nos termos do art. 47 da Lei nº 8.245: “Quando ajustada verbalmente ou por escrito e como prazo inferior a trinta meses, findo o prazo estabelecido, a locação prorroga - se automaticamente, por prazo indeterminado, somente podendo ser retomado o imóvel:”.

QUESTÃO 44. Luiz (locador) celebrou com Pedro (locatário) contrato de locação de um apartamento de sua propriedade, localizado na região central de São José de Ribamar-MA, pelo prazo de vinte e quatro meses. No contrato, o locador fez constar de forma expressa que o vencimento do aluguel, estipulado em R\$ 3.000,00 (três mil reais), se dará em todo dia 01 de cada mês, sob pena de multa de 2%, a partir da data do vencimento, bem como de juros moratórios de 1% ao mês, *pro rata die*. Em razão de considerável diminuição em sua renda provocada por crise no comércio local, Pedro, a partir do sétimo mês de vigência do contrato, passou unilateralmente a pagar o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de aluguel e continuou a fazê-lo durante todo os dezoito meses restantes do contrato, sem qualquer oposição ou cobrança por parte de Luiz. Findo o vigésimo quarto mês da locação, Pedro manifestou por escrito a vontade de devolver o imóvel. Luiz não aceitou receber as chaves, bem como ajuizou ação em que pleiteia o recebimento dos valores em aberto, correspondente à diferença entre o valor convencionado e o efetivamente adimplido, com os acréscimos decorrentes dos juros e da multa. A ação em questão foi ajuizada contra César que, na condição de único fiador de Pedro, ao anuir ao contrato de locação, renunciou expressamente ao benefício de ordem. Considerando o caso, é correto afirmar que



a) quanto à natureza jurídica do contrato de locação celebrado entre Luiz e Pedro, esse possui as seguintes características: bilateral ou sinalagmático; oneroso; aleatório; consensual; informal e não solene; de execução continuada.

b) findo o prazo estipulado no contrato, caso o locatário continue na posse do imóvel objeto da locação, sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogado o negócio jurídico sem prazo determinado, sendo devido o aluguel que o locador arbitrar a seu exclusivo critério.

c) ao admitir, sem qualquer oposição ou resistência, o pagamento em quantia menor, durante dezoito meses, Luiz fez surgir para o locatário o direito de arcar com um valor menor a título de aluguel. Trata-se, no caso em questão de hipótese de aplicação do instituto da *supressio*, enquanto desdobramento do princípio da boa-fé objetiva.

d) na eventualidade de ter realizado benfeitorias no imóvel de Luiz, Pedro tem direito de retenção quanto às úteis e necessárias. Em relação às demais benfeitorias, o locatário só terá direito de retenção se forem previamente autorizadas. Por outro lado, nos contratos de locação, é válida a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o contrato de locação não é aleatório. O contrato aleatório é definido no art. 458 do CC/02: “Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assumo, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.”.

A alternativa B está incorreta. São mantidas as demais cláusulas e condições do contrato. Segundo o art. 56, parágrafo único, da Lei nº 8.245: “Findo o prazo estipulado, se o locatário permanecer no imóvel por mais de trinta dias sem oposição do locador, presumir - se - á prorrogada a locação nas condições ajustadas, mas sem prazo determinado.”.

A alternativa C está correta. Segundo Flávio Tartuce (Manual de Direito Civil, 2021): “(...) quanto à *supressio* (Verwirkung), esta significa a supressão, por renúncia tácita, de um direito ou de uma posição jurídica, pelo seu não exercício com o passar dos tempos.”.

A alternativa D está incorreta, nos termos dos arts. 35 e 36 da Lei nº 8.245: “Salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção.” e “As benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.”.

QUESTÃO 45. Marcelo, nascido em 03 de abril de 2008, e Carolina, nascida em 11 de fevereiro de 2002, acarretam dano ao patrimônio de uma Escola Pública Municipal de São Luís-MA, consistente na destruição de dez computadores, mediante incêndio provocado através do lançamento de arma química incendiária conhecida como coquetel molotov. Após rigorosa investigação do incidente, restou comprovado que Marcelo, filho de Cláudia e Pedro, reside com a mãe, que detém a guarda unilateral do filho em razão de acordo homologado em juízo, quando do divórcio dos pais. A propósito de estar sob a guarda de Cláudia e de ter todas as suas despesas custeadas por Pedro, Marcelo é o único proprietário de um bem imóvel de natureza comercial, localizado no centro de Imperatriz-MA, que recebeu através de doação realizada pelo



seu padrinho. Carolina, que é órfã, é estudante universitária, não trabalha e reside com os avós, Geraldo e Wilma. Considerando a situação hipotética e o sistema de Responsabilidade Civil no Código Civil de 2002, é correto afirmar que

a) Cláudia, mãe de Marcelo, enquanto titular da guarda unilateral do menor, detém a responsabilidade exclusiva pelo prejuízo causado pelo filho.

b) Cláudia e Pedro, pais de Marcelo, assim como Geraldo e Wilma, avós de Carolina, são responsáveis pela integral reparação do dano causado pelos agentes, uma vez que incorreram em culpa *in vigilando*.

c) Marcelo, por possuir patrimônio próprio, é o único responsável, na esfera civil, pela reparação integral dos prejuízos causados ao Poder Público, restando automaticamente afastada a responsabilidade de Carolina.

d) Uma vez comprovada a ausência de recursos financeiros por parte de Carolina, bem como dos responsáveis legais por Marcelo, ele responderá com o seu patrimônio pessoal, sendo que, na hipótese em questão, a indenização será equitativa e não poderá privar o menor do necessário para o seu sustento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Segundo o Enunciado nº 450 da V Jornada de Direito Civil: “Considerando que a responsabilidade dos pais pelos atos danosos praticados pelos filhos menores é objetiva, e não por culpa presumida, ambos os genitores, no exercício do poder familiar, são, em regra, solidariamente responsáveis por tais atos, ainda que estejam separados, ressalvado o direito de regresso em caso de culpa exclusiva de um dos genitores.”.

A alternativa B está incorreta. Não se fala mais em culpa *in vigilando*, pois é adotada a responsabilidade objetiva, ou seja, independe de culpa. Nesse sentido, o Enunciado nº 451 da V Jornada de Direito Civil: “A responsabilidade civil por ato de terceiro funda-se na responsabilidade objetiva ou independente de culpa, estando superado o modelo de culpa presumida.”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 942 do CC/02: “Art. 942. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.”.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 928, *caput* e parágrafo único, do art. 932, I e do art. 933, todos do CC/02: “O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes. Parágrafo único. A indenização prevista neste artigo, que deverá ser equitativa, não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.”; “São também responsáveis pela reparação civil: I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;” e “As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos.”.

QUESTÃO 46. No dia 01 de julho de 2020, quarta-feira, foi publicada a "Lei II" que revogava a "Lei I", tendo a nova Lei, entrado em vigência na data da sua publicação. Contudo, no dia 10 de agosto de 2020, segunda-feira, foi publicada a "Lei III" uma norma ampla e geral, que tratou de vários assuntos, tendo, inclusive, regulado inteiramente e de forma incompatível com a norma imediatamente anterior, os temas tratados pela "Lei II", bem como restaurou a vigência da "Lei I". A "Lei III" também entrou em vigência na mesma



data em que foi publicada. A "Lei III" não dispôs expressamente sobre eventual revogação da "Lei II". Sobre a situação retratada, é correto afirmar que

- a) a ab-rogação ocorre quando uma lei nova torna sem efeito parte de uma lei anterior.
- b) a "Lei III", ao regular inteiramente os assuntos tratados na lei imediatamente anterior, revogou de forma expressa a "Lei II".
- c) a lei revogada volta a vigor quando a lei revogadora for declarada inconstitucional ou quando for concedida a suspensão cautelar da eficácia da norma impugnada.
- d) o efeito repristinatório é aquele pelo qual uma norma revogada volta a valer no caso de revogação da norma revogadora. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro admite a possibilidade da lei revogada anteriormente repristinar no caso da perda da vigência da norma revogadora.

Comentários

A alternativa possui duas alternativas corretas, as **letras C e D, por isso é passível de anulação.**

A alternativa A está incorreta. Ab-rogação é a revogação total da norma. Conforme Flávio Tartuce (Manual de Direito Civil, 2021): "(...) ocorre quando se torna sem efeito uma norma de forma integral, com a supressão total do seu texto por uma norma emergente."

A alternativa B está incorreta, pois ocorreu uma revogação tácita. Segundo o art. 2º, § 1º, da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro: "A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior."

A alternativa C está correta. Segundo Flávio Tartuce (Manual de Direito Civil, 2021): "Contudo, excepcionalmente, a lei revogada volta a vigor quando a lei revogadora for declarada inconstitucional ou quando for concedida a suspensão cautelar da eficácia da norma impugnada – art. 11, § 2º, da Lei 9.868/1999.". Segundo o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.868: "A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário".

A alternativa D está correta, pois a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro admite a possibilidade da lei revogada anteriormente repristinar no caso da perda da vigência da norma revogadora. Segundo o art. 2º, § 3º: "Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

QUESTÃO 47. Wilson Melo, com 60 anos, e Isabel Machado, com 50 anos, casados, embarcaram em um avião monomotor para uma viagem de comemoração aos vinte e cinco anos de casamento. Em razão de uma pane elétrica durante o voo, a aeronave caiu no mar em Tutoia, região litorânea que está localizada no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão. Durante duas semanas, foram realizadas buscas incessantes pelos passageiros e pelos tripulantes, sem que as autoridades competentes tivessem logrado êxito na empreitada. Alguns destroços do avião foram localizados a 700 km de São Luís-MA. Marinha, Aeronáutica e Corpo de Bombeiros encerram as buscas no dia 01 de abril de 2023, sem que os corpos fossem encontrados. Os filhos de Wilson e de Isabel desejam adotar as providências necessárias à transmissão do patrimônio deixado pelo casal. Considerando a situação hipotética e nos termos da legislação em vigor, é correto afirmar que

- a) se Wilson Melo e Isabel Machado reaparecerem nos dez anos seguintes à abertura da sucessão provisória, receberão os bens existentes no estado em que se encontrarem.



b) no caso em questão, somente após a necessária decretação da ausência, com a estrita observância de suas três fases, sendo a última delas a sucessão definitiva, será possível presumir a morte de Wilson Melo e Isabel Machado.

c) em sendo comprovada a morte simultânea do casal Wilson Melo e Isabel Machado, restará configurada comoriência que, por sua vez, tem como pressupostos cumulativos: a morte na mesma ocasião e a impossibilidade de verificar, de forma técnica, a ordem dos óbitos. O direito brasileiro afastou o requisito da existência de relações sucessórias entre os comorientes.

d) encerradas as buscas é cabível o reconhecimento da morte presumida do casal, sem declaração de ausência, devendo constar da sentença a data provável do óbito. Tal previsão consta tanto do Código Civil quanto da Lei de Registros Públicos, sendo, na última, indicada como morte por justificação. No procedimento de justificação, preenchidos os seus requisitos, expede-se imediatamente a certidão de óbito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 39 do CC/02: “Regressando o ausente nos dez anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, ou algum de seus descendentes ou ascendentes, aquele ou estes haverão só os bens existentes no estado em que se acharem, os sub-rogados em seu lugar, ou o preço que os herdeiros e demais interessados houverem recebido pelos bens alienados depois daquele tempo.”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 7º, I, do CC/02: “Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: I - se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida;”.

A alternativa C está incorreta. A comoriência só é pertinente quando se referir a morte de pessoas que tenham direitos sucessórios entre si.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 8º do CC/02 e do art. 88 da Lei de Registros Públicos: “Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos”; e “Poderão os Juízes togados admitir justificação para o assento de óbito de pessoas desaparecidas em naufrágio, inundações, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, quando estiver provada a sua presença no local do desastre e não for possível encontrar-se o cadáver para exame.”.

QUESTÃO 48. A teoria do negócio jurídico ocupa posição de destaque na Parte Geral do Código Civil de 2002. Sobre o tema, é correto afirmar que

a) na simulação relativa, o negócio simulado é anulável, mas o dissimulado será válido se não ofender a lei nem causar prejuízo a terceiros.

b) o reconhecimento da nulidade de uma cláusula penal inserida em um determinado contrato compromete a essência do pacto, de modo que a invalidade da obrigação acessória implica a da obrigação principal.

c) o contrato celebrado por relativamente incapaz sem a devida assistência é anulável. A incapacidade relativa de uma parte, por sua vez, não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, isso porque a alegação de incapacidade constitui uma exceção pessoal.

d) a caracterização da lesão dependerá exclusivamente da constatação de um elemento objetivo, constituído pela desproporção das prestações, a gerar uma onerosidade excessiva a uma das partes. No



caso concreto, configurada a lesão, pode o contratante prejudicado optar por não pleitear a anulação do negócio jurídico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 167 do CC/02: “É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 184 do CC/02: “Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.”.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 105 e do art. 171, I, do CC/02: “A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.” e “Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: I - por incapacidade relativa do agente;”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 157, *caput* e § 2º, do CC/02: “Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. § 2º Não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.”.

QUESTÃO 49. Pablo, brasileiro, mora na cidade de São Luís-MA há quarenta anos. Em visita a parentes que residem em Buenos Aires-Argentina conhece Eva, residente em Paris-França, com quem passa a ter um relacionamento amoroso. Após dez anos de namoro a distância, Pablo e Eva ficam noivos e celebram matrimônio em território francês. De comum acordo, o casal estabelece seu primeiro domicílio na cidade de São Paulo, onde ambos possuem oportunidade de trabalho. Considerando o caso hipotético, é correto afirmar que:

a) No que se refere ao regime de bens que disciplinará os direitos patrimoniais decorrentes do casamento de Pablo e de Eva, será aplicada a lei do local da realização do casamento, isto é, o direito civil francês.

b) No que concerne ao começo e ao fim da personalidade, o direito brasileiro adota a regra do domicílio, pela qual devem ser aplicadas as normas do país em que for domiciliada a pessoa, inclusive quanto ao nome, à capacidade e aos direitos sucessórios.

c) No que se refere aos bens imóveis, prevê a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que deve ser aplicada a norma do país de domicílio ou de último domicílio do proprietário. Quando se tratarem de bens móveis transportados, incide a norma do local em que esses se situam.

d) A sentença estrangeira de divórcio consensual produz efeitos no Brasil, independentemente de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Razão pela qual fica admitida a averbação direta, por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assento de casamento, sem a necessidade de homologação judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, mas é passível de recurso.



A alternativa A está incorreta, nos termos do § 4º do art. 7º da LINDB: “O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.”. Assim, será aplicada a lei brasileira.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 7º e do art. 10 da LINDB: do CC/02: “A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.”; e “A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 8º, § 1º, e do art. 12, § 1º, da LINDB: “Aplicar-se-á a lei do país em que for domiciliado o proprietário, quanto aos bens móveis que ele trouxer ou se destinarem a transporte para outros lugares.”; e “Só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.”.

A alternativa D está incorreta, porém depende da interpretação do comando. A sentença estrangeira de divórcio consensual produz efeitos no Brasil, independentemente de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), desde que seja divórcio consensual simples ou puro, ou seja, desde que trate apenas da dissolução do casamento. Conforme o entendimento do STJ (SEC 11643 / EX): “1. A regra inserta no art. 961, § 5º, do CPC/2015, de que “[a] sentença estrangeira de divórcio consensual produz efeitos no Brasil, independentemente de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça”, aplica-se apenas aos casos de divórcio consensual puro ou simples e não ao divórcio consensual qualificado, que dispõe sobre a guarda, alimentos e/ou partilha de bens, nos termos dos artigos 1º e 2º do Provimento n. 56/2016 do Conselho Nacional de Justiça.”. Segundo o art. 961, § 5º, do CPC: “A sentença estrangeira de divórcio consensual produz efeitos no Brasil, independentemente de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça”. A alternativa, na primeira parte, não trouxe essa ressalva. Quanto à segunda parte, a afirmativa está completa e, portanto, correta.

QUESTÃO 50. O Código Civil de 2002, de forma análoga ao Código de 1916, inaugurou a sua parte geral com o tratamento jurídico das pessoas naturais. Para tanto, o Código atual estabeleceu em seu Art. 1º que "toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil". A norma transcrita introduz, em linhas gerais e em sentido amplo, o tratamento jurídico da capacidade. Sobre a teoria geral da capacidade e da personalidade no direito civil, é correto afirmar que

- a) são relativamente incapazes os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.**
- b) no tocante aos direitos da personalidade, o nome da pessoa não pode ser empregado em publicações que a exponham ao desprezo público. O pseudônimo, por sua vez, goza de proteção diferente daquela reservada ao nome civil da pessoa.**
- c) à luz dos direitos da personalidade e em conformidade com o direito civil brasileiro, é correto afirmar que a disposição do próprio corpo é permitida para depois da morte, para fins científicos, vedada a possibilidade de revogação do ato de disposição.**
- d) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, os menores de dezesseis anos e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, são, respectivamente, relativamente incapazes, relativamente incapazes, absolutamente incapazes e relativamente incapazes.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.



A alternativa A está incorreta. Não há mais essa previsão, pois foi revogada com o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Não se considera mais as pessoas com deficiência como relativamente incapazes.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 19 do CC/02: “O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 14, *caput* e parágrafo único, do CC/02: “É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte. Parágrafo único. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.”.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 3º e do art. 4º, II e III, do CC/02: “São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.”; e “São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico; III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;”.

QUESTÃO 51. Maria, médica, viúva, com quarenta e dois anos e detentora de considerável acervo patrimonial, transferiu para o seu filho Fábio Júnior, nascido em 01 de fevereiro de 2010, mediante contrato de doação pura, celebrado em conformidade com a lei, um imóvel residencial situado na Ilha dos Lençóis (Cururupu-MA), avaliado em quinhentos mil reais. Clarice, que também é filha de Maria e que só tomou conhecimento da transação após a formalização do negócio, pretende tornar sem efeito a doação realizada pela mãe. A respeito da situação hipotética e da legislação que regulamenta a doação no direito brasileiro, é correto afirmar que:

a) é anulável a doação de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

b) no caso em análise, restará dispensada a aceitação de Fábio Júnior, hipótese em que a doação se aperfeiçoará com o registro da escritura de doação do bem imóvel.

c) Maria, na condição jurídica de doadora, responderá, perante Fábio Júnior, pelos vícios redibitórios e pela evicção que eventualmente possam recair sob o imóvel residencial objeto da doação.

d) a doação realizada por Maria poderá ser revogada em caso comprovada ingratidão de Fábio Júnior. Em sendo o pedido de revogação fundado em crime contra a honra de Maria, que tenha sido praticado por Fábio Júnior, o direito de pleitear a revogação se transmite a Clarice, haja vista se tratar herdeira legítima da doadora.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 544 do CC/02: “A doação de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, importa adiantamento do que lhes cabe por herança.”.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 543 do CC/02: “Se o donatário for absolutamente incapaz, dispensa-se a aceitação, desde que se trate de doação pura.”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 552 do CC/02: “O doador não é obrigado a pagar juros moratórios, nem é sujeito às conseqüências da evicção ou do vício redibitório. Nas doações para casamento com certa e determinada pessoa, o doador ficará sujeito à evicção, salvo convenção em contrário.”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 560, do CC/02: “O direito de revogar a doação não se transmite aos herdeiros do doador, nem prejudica os do donatário. Mas aqueles podem prosseguir na ação



iniciada pelo doador, continuando-a contra os herdeiros do donatário, se este falecer depois de ajuizada a lide.”.

QUESTÃO 52. "A", proprietário de um imóvel há trinta anos, desfrutava de uma bela vista da capital maranhense, quando o prédio vizinho iniciou uma construção em altura mais elevada, privando-o desse panorama. A partir do instituto das servidões prediais é correto afirmar que

a) o proprietário "A" poderá manejar ação de usucapião, considerando tratar-se de posse de mais de vinte anos, aparente e contínua, apta a gerar a declaração judicial da prescrição aquisitiva.

b) o proprietário "A" não obterá uma prestação jurisdicional de procedência, por não ser a hipótese uma servidão de vista, tratando-se de mera faculdade da qual não decorre o direito de posse a ser tutelado.

c) o proprietário "A" pode manejar ação confessória, de caráter petitório, cujo objetivo é obter o provimento judicial declaratório positivo quanto à existência de uma servidão, considerando tratar-se de uma servidão contínua e aparente.

d) o proprietário "A" não obterá uma prestação jurisdicional de procedência, considerando que, ao manejar a denominada ação negatória, obterá uma declaração negativa do direito de servidão, autorizando o prédio vizinho a erguer a construção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de servidão não aparente, ou seja, exige um não fazer. Dessa forma não preenche os requisitos do art. 1.379 do CC/02: “O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, nos termos do art. 1.242, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião.”.

A alternativa B está correta. A servidão de vista é mera faculdade da qual não decorre o direito de posse a ser tutelado. Nesse sentido, o entendimento do STJ (REsp 935.474): Há de se distinguir as servidões prediais legais das convencionais. As primeiras correspondem aos direitos de vizinhança, tendo como fonte direta a própria lei, incidindo independentemente da vontade das partes. Nasce em função da localização dos prédios, para possibilitar a exploração integral do imóvel dominante ou evitar o surgimento de conflitos entre os respectivos proprietários. As servidões convencionais, por sua vez, não estão previstas em lei, decorrendo do consentimento das partes. - Na espécie, é incontroverso que, após o surgimento de conflito sobre a construção de muro lindeiro, as partes celebraram acordo, homologado judicialmente, por meio do qual foram fixadas condições a serem respeitadas pelos recorridos para preservação da vista da paisagem a partir do terreno dos recorrentes. Não obstante inexistir informação nos autos acerca do registro da transação na matrícula do imóvel, essa composição equipara-se a uma servidão convencional, representando, no mínimo, obrigação a ser respeitada pelos signatários do acordo e seus herdeiros.”.

A alternativa C está incorreta. Não se trata de servidão aparente, visto que se busca um não fazer: não construir.

A alternativa D está incorreta, conforme o fundamento exposto na alternativa B.

QUESTÃO 53. O Banco Alfa firmou um contrato de arrendamento mercantil financeiro com Diego por 36 meses, que incluía, além do principal, um valor adiantado como garantia residual (VRG). Diego parou de pagar no 24º mês, o que motivou a instituição financeira a entrar com uma ação judicial para retomar a



posse do bem objeto do contrato. Considerando a situação hipotética e à luz da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

a) A ação adequada a ser proposta pelo arrendador para recuperar o bem é a cautelar de busca e apreensão.

b) Apesar da natureza mista da obrigação (locação, financiamento e compra e venda), o contrato de arrendamento mercantil é título executivo extrajudicial.

c) No contrato de arrendamento mercantil (leasing), é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora, salvo se houver cláusula resolutiva expressa.

d) A cobrança antecipada do Valor Residual Garantido (VRG) descaracteriza, necessariamente, o contrato de arrendamento mercantil, transformando-o em compra e venda a prestação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O CPC/73 dispunha acerca da Busca e Apreensão em seus artigos 839 a 843, elencados no Livro III – DO PROCESSO CAUTELAR; Título Único – Das Medidas Cautelares; Capítulo II – Dos Procedimentos Cautelares Específicos. O CPC/15, por sua vez, buscando atender aos princípios da economia processual, da instrumentalidade das formas e da celeridade, suprimiu as cautelares nominadas, prevendo, implicitamente, o que se pode denominar de poder geral de cautela dos juízes, permitindo-lhes o deferimento de medidas emergenciais conservativas ou satisfativas, desde que estejam os requisitos necessários para tanto (*periculum in mora* e *fumus boni juris*). Para retomada do bem pelo arrendador, o CPC/15 prevê, nos arts. 560 a 566, a ação de reintegração de posse.

A alternativa B está correta. “O contrato de arrendamento mercantil é título executivo extrajudicial apto a instrumentalizar a ação de execução forçada” – REsp 1.699.184-SP, julgado em 25/10/2022.

A alternativa C está incorreta. Nos termos da Súmula 369, STJ: “No contrato de arrendamento mercantil (leasing), ainda que haja cláusula resolutiva expressa, é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora.”

A alternativa D está incorreta. Nos termos da Súmula 293, STJ: “A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil.”

QUESTÃO 54. A empresa Alfa contratou uma cooperativa para fornecer 50 toneladas de açúcar, mas a cooperativa não entregou o produto mesmo após o pagamento integral. A Alfa entrou com um pedido de tutela cautelar antecedente para apreender o açúcar e esclareceu que apresentaria o pedido principal para a execução do contrato. O juiz deferiu a tutela requerida, mas apenas 30 toneladas de açúcar foram encontradas e apreendidas, faltando 20 toneladas. Após mais de 30 dias da apreensão, Alfa não apresentou o pedido principal. Considerando a situação hipotética, à luz das regras processuais e da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

a) O processo deverá ser extinto, uma vez que não é cabível, com base no CPC/2015, pedido de tutela cautelar em caráter antecedente.

b) O processo não deverá ser extinto, pois o prazo assinado para a propositura da ação principal só inicia após o cumprimento integral da medida liminar.



c) O magistrado deverá extinguir o processo sem resolução de mérito, uma vez que a falta de ajuizamento da ação principal no prazo de trinta dias acarreta a perda da eficácia da liminar deferida e a extinção do processo cautelar.

d) O ressarcimento de eventuais prejuízos advindos com o deferimento da tutela provisória posteriormente revogada por sentença que extingue o processo sem resolução de mérito deverá ser liquidado em autos apartados em obediência ao princípio do devido processo legal.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A alternativa A está incorreta. O pedido de tutela cautelar em caráter antecedente está previsto no CPC nos arts. 305 a 310, “Capítulo III - do procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente” do Título II “Da tutela de urgência”.

A alternativa B está correta, nos termos do REsp n. 1.954.457: “O cumprimento parcial da tutela de urgência não tem o condão de fazer com que o prazo de 30 (trinta) dias comece a fluir para a formulação do pedido principal. A medida somente poderá ter eficácia depois do seu total implemento.”

A alternativa C está incorreta, pois a medida somente poderá ter eficácia depois do seu total implemento. “Art. 308. Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.” c/c art. 309, I, CPC “Art. 309. Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se: I - o autor não deduzir o pedido principal no prazo legal;”

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 302, §único, CPC “Art. 302. Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se: Parágrafo único. A indenização será liquidada nos autos em que a medida tiver sido concedida, sempre que possível.”

QUESTÃO 55. Em determinado processo, o exequente obteve certidão comprobatória da admissibilidade da execução por ele ajuizada, averbando-a posteriormente no registro de veículos no qual constava inscrito um bem do devedor, além de ter comunicado tal providência ao juízo competente. Antes de ser citado, o executado alienou a propriedade desse bem para um terceiro. No curso do processo, o veículo em questão foi indicado pelo exequente para ser penhorado; porém, verificou-se que não mais integrava o patrimônio do devedor. Diante do cenário hipotético, à luz da disciplina do processo de execução, assinale a afirmativa correta.

a) A alienação efetuada após a averbação presume-se que foi feita em fraude à execução.

b) A alienação realizada não constitui fraude à execução, pois ocorreu antes da citação válida.

c) A averbação não é permitida, pois não há previsão legal que autorize a emissão de certidão para este propósito.

d) A averbação premonitória realizada equivale à penhora, razão pela qual induz preferência do credor em prejuízo daquele em favor do qual foi realizada a constrição judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.



A alternativa A está correta, de acordo com o art. 828, caput e, §4º, CPC: “Art. 828. O exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade. § 4º Presume-se em fraude à execução a alienação ou a oneração de bens efetuada após a averbação”.

A alternativa B está incorreta, de acordo com o art. 828, §4º, CPC, “§ 4º Presume-se em fraude à execução a alienação ou a oneração de bens efetuada após a averbação”.

A alternativa C está incorreta, de acordo com o art. 828, CPC: “Art. 828. O exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade”.

A alternativa D está incorreta, de acordo com o REsp nº 1.334.635/RS. O STJ decidiu, no âmbito do REsp 1.334.635/RS, que a averbação premonitória anteriormente averbada no Cartório de Registro de Imóveis não gera preferência em relação a penhora posterior registrada por outro credor.

QUESTÃO 56. Acerca do que dispõe o Código de Processos Civil (CPC) no tocante às provas, assinale a afirmativa correta.

a) É vedado ao réu revel produzir provas no decorrer do processo judicial.

b) Na hipótese de laudo pericial considerado insuficiente, é cabível ao juiz ordenar a realização de uma segunda perícia que, necessariamente, substituirá a primeira.

c) A anotação feita pelo credor em qualquer parte de um documento que represente uma obrigação, mesmo que não assinada, tem valor probatório favorável ao devedor.

d) A ata notarial é um documento público que pode servir de prova em processo judicial, porquanto materializa fatos com o objetivo de resguardar direitos, devendo conter a assinatura de testemunhas que corroborem a existência dos fatos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, de acordo com a Súmula 231, STF: “O revel, em processo civil, pode produzir provas, desde que compareça em tempo oportuno”.

A alternativa B está incorreta, de acordo com o art. 480, §3º, CPC. “Art. 480. § 3º A segunda perícia não substitui a primeira, cabendo ao juiz apreciar o valor de uma e de outra”.

A alternativa C está correta, em consonância com o art. 416, CPC. “Art. 416. A nota escrita pelo credor em qualquer parte de documento representativo de obrigação, ainda que não assinada, faz prova em benefício do devedor.”

A alternativa D está incorreta. “Ao contrário das escrituras públicas, na Ata Notarial é incabível o comparecimento de testemunhas para sua validade, posto que, registrando fatos observados pelo Tabelião, é ele a “testemunha profissional” do acontecimento que, com o manto da fé pública, não prescinde de qualquer testemunha. Poderá, sim, fazer alusão à presença delas no momento da observação do fato”. (disponível em <https://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/documentos/valmir-goncalves.pdf>)



QUESTÃO 57. Sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), assinale a afirmativa correta à luz das regras processuais e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) Caso não seja o requerente, é facultativa a participação do Ministério Público no incidente.
- b) A desistência ou o abandono do processo que deu causa ao incidente, antes do julgamento final, impede o exame de seu mérito.
- c) A revisão da tese firmada no incidente somente poderá ocorrer em grau de recurso interposto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou ao Supremo Tribunal Federal (STF), conforme o caso.
- d) É cabível a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas diretamente no Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos casos de competência recursal ordinária e de competência originária, desde que preenchidos os demais requisitos previstos em lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, de acordo com o art. 976, §2º, CPC. “§ 2º Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono”.

A alternativa B está incorreta, de acordo com o art. 976, §1º, CPC. “§ 1º A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente”.

A alternativa C está incorreta, de acordo com o art. 986, CPC. “Art. 986. A revisão da tese jurídica firmada no incidente far-se-á pelo mesmo tribunal, de ofício ou mediante requerimento dos legitimados mencionados no art. 977, inciso III”.

A alternativa D está correta, de acordo com o entendimento do STJ, no AgInt na Pet 11.838, “A instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas diretamente no Superior Tribunal de Justiça é cabível apenas nos casos de competência recursal ordinária e de competência originária e desde que preenchidos os requisitos do art. 976 do CPC.”

QUESTÃO 58. Túlio propôs uma ação ordinária contra Flávio, em que o pedido foi julgado parcialmente procedente em primeira instância. Ambas as partes apelaram ao tribunal de justiça, que confirmou a sentença. O acórdão do TJ foi publicado no dia 06/03/2023. No dia 08/03/2023, Flávio opôs embargos de declaração afirmando que a decisão do TJ foi contraditória em relação a alguns pontos. Antes do julgamento dos embargos, no dia 09/03/2023, Túlio interpôs recurso especial alegando que a decisão do TJ contrariava a Lei Federal. Considerando a situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- a) É necessária a ratificação do recurso especial, caso tenha sido interposto antes dos embargos de declaração.
- b) Se alterado o julgado anterior pelo julgamento dos embargos de declaração, faz-se necessária a interposição de novo recurso especial.
- c) A ratificação do recurso especial não é exigida se o julgamento dos embargos de declaração não acarretar nenhuma modificação no resultado anterior.
- d) Se os embargos forem providos, alterando o resultado do acórdão do TJ, Túlio terá que ratificar o recurso especial já interposto, mas não poderá complementá-lo.



Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 1024, §5º, CPC c/c Súmula 579, STJ. Vide comentário à alternativa C.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 1024, §5º, CPC c/c Súmula 579, STJ. Vide comentário à alternativa C.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 1024, §5º, CPC c/c Súmula 579, STJ. Vejamos: “Art. 1.024, § 5º Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação.” c/c Súmula 579, STJ “Não é necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, quando inalterado o resultado anterior.”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 1024, §4º, CPC, “§ 4º Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de complementar ou alterar suas razões, nos exatos limites da modificação, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração”.

QUESTÃO 59. Em 2018, Luísa ingressou com ação de usucapião com o objetivo de obter a propriedade de um determinado imóvel em posse de Raquel. O pedido foi julgado procedente e a sentença transitou em julgado em 2019. Posteriormente, em 2022, Raquel ajuizou uma ação rescisória, buscando a desconstituição da decisão, alegando que, nesse ano, surgiram duas testemunhas, cuja existência era desconhecida anteriormente, que afirmaram que Luísa não exerceu a posse do imóvel pelo lapso temporal necessário para a configuração da usucapião. Considerando a situação hipotética, à luz das regras processuais e da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

a) Com base no conceito de prova nova, a parte pode trazer, em sede de rescisória, novos argumentos ao processo.

b) O judiciário não deve conhecer a ação rescisória proposta por Raquel, uma vez que a prova foi descoberta somente após o trânsito em julgado da sentença.

c) Consoante o ordenamento jurídico processual, qualquer tipo de prova, inclusive a testemunhal, é hábil para fundamentar o pedido de desconstituição do julgado rescindendo na ação rescisória.

d) Na hipótese de rescisão embasada em prova nova, cuja existência era desconhecida e que foi obtida após o trânsito em julgado, o prazo para ingresso com a ação rescisória tem como termo inicial a data da descoberta da prova nova, respeitando o limite máximo de dois anos, contado a partir do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, conforme entendimento do STJ exarado no AR 5.196-RJ “A apresentação de nova prova é um vício rescisório quando, apesar de preexistente ao julgado, não foi juntada ao processo originário pelo interessado por desconhecimento ou por impossibilidade”.



A alternativa B está incorreta, de acordo com o art. 975, §2º, CPC “§ 2º Se fundada a ação no inciso VII do art. 966, o termo inicial do prazo será a data de descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.” c/c “Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: VII - obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;”

A alternativa C está correta, conforme entendimento do STJ, REsp 1770123/SP “O Código de Processo Civil de 2015, com o nítido propósito de alargar o espectro de abrangência do cabimento da ação rescisória, passou a prever, no inciso VII do artigo 966, a possibilidade de desconstituição do julgado pela obtenção de "prova nova" em substituição à expressão "documento novo" disposta no mesmo inciso do artigo 485 do código revogado. No novo ordenamento jurídico processual, qualquer modalidade de prova, inclusive a testemunhal, é apta a amparar o pedido de desconstituição do julgado rescindendo.” e Enunciado 656, FPPC: (art. 966, VII): “A expressão “prova nova” do inciso VII do art. 966 do CPC/2015 engloba todas as provas típicas e atípicas”.

A alternativa D está incorreta, de acordo com o art. 975, §2º, CPC, “§ 2º Se fundada a ação no inciso VII do art. 966, o termo inicial do prazo será a data de descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.” c/c “Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: VII - obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.”

QUESTÃO 60. Sobre a gratuidade da justiça, à luz das regras processuais e da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- a) O estrangeiro não-residente no Brasil possui direito à gratuidade da justiça.
- b) A gratuidade não engloba os emolumentos das serventias notariais e registrais.
- c) Não é admitida a concessão de assistência judiciária gratuita a um jurisdicionado que tenha firmado um contrato de honorários com seu advogado que contenha cláusula *ad exitum*.
- d) Caso a parte favorecida pela assistência judiciária gratuita seja perdedora ao término do processo, ela será isenta do pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois o art. 98 do CPC não discrimina estrangeiro residente do não-residente: “Art. 98. Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.”

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 98, §1º, IX, CPC, “Art. 98. § 1º A gratuidade da justiça compreende: IX - os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.”



A alternativa C está incorreta, conforme entendimento do STJ no REsp 1504432/RJ “É possível o gozo da assistência judiciária gratuita mesmo ao jurisdicionado contratante de representação judicial com previsão de pagamento de honorários advocatícios *ad exitum*.”

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 98, §3º, CPC, “§ 3º Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.”

QUESTÃO 61. Maurício Sérgio, 34 anos, comete crime de estupro contra Emanuelle, sua esposa. Sabe-se que a perícia constatou que, durante a prática do delito, Maurício Sérgio estava com sua saúde mental perturbada, não sendo capaz de entender totalmente o caráter ilícito de sua conduta. Considerando a situação hipotética mencionada, a doutrina, a legislação pátria e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

a) Poderá ser reconhecida a inimputabilidade de Maurício Sérgio, vez que houve o reconhecimento pela perícia de que ele não era capaz de entender totalmente o caráter ilícito de sua conduta, devendo, portanto, cumprir pena reduzida de 1/3 a 2/3.

b) Haja vista o reconhecimento da semi-imputabilidade do agente pela perícia, e, não havendo periculosidade, reconhecido por laudo de insanidade mental, deverá ser imposto a Maurício Sérgio uma pena atenuada a qual deve variar de 1/3 a 2/3, caso entenda o juiz ser a pena a melhor opção.

c) Poderá ser reconhecida a inimputabilidade de Maurício Sérgio, vez que houve o reconhecimento pela perícia de que ele não era capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, presume-se que possua periculosidade, devendo, portanto, obrigatoriamente, cumprir medida de segurança.

d) Haja vista o reconhecimento da semi-imputabilidade do agente pela perícia, deverá ser avaliado se há ou não periculosidade de Maurício Sérgio, caso em que, havendo periculosidade, deverá ele cumprir uma pena atenuada que pode variar de 1/3 a 2/3 e após o seu cumprimento, deverá cumprir medida de segurança, pois no Brasil vigora o sistema duplo binário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Maurício Sérgio não era inimputável, mas sim semi-imputável, uma vez que não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, nos termos do art. 26, parágrafo único do CP.

A alternativa B está correta. Maurício Sérgio foi considerado semi-imputável pela perícia, de maneira que sua pena pode ser reduzida de um a dois terços, de acordo com o art. 26, parágrafo único do CP, que assim dispõe: “Art. 26. Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.”

A alternativa C está incorreta. Maurício Sérgio não era inimputável, mas sim semi-imputável, uma vez que não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, nos termos do art. 26, parágrafo único do CP.



A alternativa D está incorreta. O Direito Penal brasileiro adota o sistema vicariante ou unitário, de maneira que ao semi-imputável será aplicada a pena atenuada ou a medida de segurança.

QUESTÃO 62. No dia 23 de abril de 2023, Judas convence Pedro a praticar furto de bens em uma determinada residência em São Luiz do Maranhão na mesma data. Embora o imóvel estivesse em zona urbana, estava desabitada. No dia seguinte, o proprietário do imóvel, Lucas, 56 anos, toma conhecimento do ocorrido e procura a polícia, que identifica Judas e Pedro no curso do inquérito como responsáveis pelo furto. Durante a investigação, a polícia ainda verificou que Judas sabia que o imóvel era de seu pai adotivo, Lucas, fato este desconhecido por Pedro. Considerando a situação hipotética mencionada, a doutrina, a legislação pátria e o entendimento das cortes superiores, assinale a afirmativa correta.

a) Judas e Pedro responderão por furto qualificado, pois a circunstância especial somente incidiria caso Judas possuísse parentesco sanguíneo com a vítima.

b) Judas estará isento de pena; porém, Pedro responderá por furto qualificado, já que a condição de descendente de Judas possui natureza subjetiva e, portanto, não se comunica a Pedro.

c) Judas e Pedro poderão ser condenados por furto qualificado, pois o desconhecimento de Pedro quanto à condição do lesado afasta a relevância desta circunstância para ambos.

d) Judas não responderá por nada, já que o fato praticado por Judas é atípico, tendo em vista que a vítima era seu ascendente, enquanto Pedro responderá por furto simples, pois a circunstância tem natureza subjetiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

A alternativa B está correta. O crime praticado no caso em tela trata-se de furto qualificado pelo concurso de pessoas, previsto no art. 155, §4º, IV, do CP, que conta com a seguinte redação: “Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: § 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido: IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas.”. Judas estará isento de pena, tendo em vista que se aplica a escusa absolutória prevista no art. 181, II, do CP, que assim dispõe: “Art. 181 - É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo: II - de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.”. Pedro responderá pelo furto qualificado, somente, pois a condição de descendente de Judas possui natureza subjetiva e, portanto, não se comunica a Pedro, nos termos dos arts. 30 e 183, II, do CP, que assim dispõe: “Art. 30. Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.” e “Art. 183 - Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores: II - ao estranho que participa do crime.”

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Vide comentário à alternativa B.

QUESTÃO 63. Marcelo, em um passeio turístico tradicional de mergulho em Natal-RN, ao perceber que o barco em que se encontrava já em alto mar estava afundando pelo fato de não saber nadar e, também, não existir colete salva-vidas para todos, com intuito de ficar com o colete, agride Jonas, causando-lhe a morte. Ocorre que o barco não estava em alta profundidade, mas, em um local de corais, ou seja, em um local raso, de forma que Marcelo conseguiria ficar de pé, sem que a água lhe encobrisse para aguardar o



socorro. Considerando a situação hipotética anteriormente mencionada, a doutrina, a legislação pátria e o entendimento das cortes superiores Marcelo não deverá ser responsabilizado, segundo a Lei brasileira, já que

a) se tratou de uma das possibilidades de exclusão da ilicitude, qual seja, legítima defesa.

b) se tratou de uma das possibilidades de exclusão da ilicitude, qual seja, estado de necessidade.

c) se tratou de uma das possibilidades de exclusão de tipicidade, já que não agiu nem com dolo e nem com culpa.

d) apesar de tratar-se de uma figura tipicamente prevista no Código Penal brasileiro, é uma situação plenamente justificável pelas circunstâncias, excluindo a culpabilidade e isentando Marcelo da pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

A alternativa D está correta, entretanto, é cabível recurso, quanto à questão falar da “isenção de pena” como consequência da discriminante putativa por erro de tipo inevitável, eis que há divergência na doutrina.

No caso em apreço, houve uma falsa percepção da realidade em relação aos pressupostos fáticos da situação (profundidade das águas), de modo que fica configurada a existência de erro de tipo permissivo, o qual recai sobre os pressupostos de uma excludente de ilicitude (no caso, estado de necessidade putativo). Assim, Marcelo estará isento de pena, nos termos do art. 20, §1º do CP, que conta com a seguinte redação: “Art. 20 § 1º - É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo.”.

Entretanto, quanto à questão falar da “isenção de pena” como consequência da discriminante putativa por erro de tipo inevitável, há divergência na doutrina. A maioria da doutrina diz que a consequência de todo erro inevitável sobre um fato relevante para configuração do crime (erro de tipo ou erro de tipo permissivo), haverá afastamento do dolo, com opção da teoria limitada da culpabilidade.

No entanto, há divergência, conforme exponho a seguir, razão pela qual a questão se torna passível de recurso.

A teoria limitada da culpabilidade possui os mesmos fundamentos teóricos da teoria normativo pura. Também se concebem como elementos da culpabilidade a imputabilidade, a exigibilidade de conduta diversa e a potencial consciência da ilicitude. Para Luiz Flávio Gomes, ela é na verdade uma das teorias que surgem a partir da concepção normativa pura do finalismo.

Sua grande diferenciação com a teoria normativa pura se restringe à natureza jurídica das discriminantes putativas sobre os fatos, ou seja, aquelas que decorrem da incorreta percepção da realidade pelo agente. Vejamos como a teoria limitada da culpabilidade diferencia as discriminantes putativas:

O erro sobre os fatos, nas discriminantes putativas, é tratado como erro de tipo, um erro de tipo permissivo. Ou seja, o erro sobre os pressupostos fáticos, sobre a realidade, que faz o agente pensar estar acobertado por uma excludente de ilicitude, deve ser tratado como erro de tipo. É a chamada discriminante putativa



por erro de tipo, também denominada de erro de tipo permissivo. Se inevitável, exclui a tipicidade. Se evitável, possibilita a punição da conduta a título de culpa, se a lei prever a modalidade culposa do delito;

Por sua vez, se o agente acredita estar acobertado por uma causa excludente da ilicitude por incorreta interpretação da norma, temos uma discriminante putativa por erro de proibição ou, como também podemos denominá-lo, um erro de proibição indireto. Também pode ser denominado de erro de permissão. Se a conduta for inevitável, há isenção de pena, por exclusão da culpabilidade. Se a conduta for evitável, a pena deve ser diminuída de um sexto a um terço.

A teoria limitada da culpabilidade, portanto, diferencia a discriminante putativa de acordo com a espécie de erro em que incorre o agente. Segundo o entendimento dominante e a Exposição de Motivos, essa é a teoria adotada pelo Código Penal conforme se depreende das leituras dos seus artigos 20, § 1º, e 21:

Erro sobre elementos do tipo

Art. 20 - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

Descriminantes putativas

§ 1º - É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

(...)

Art. 21 - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

Parágrafo único - Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

Cláudio Brandão, a esse respeito, ressalva que a base da culpabilidade, no Código Penal, é da teoria normativa pura, conforme o desenvolvimento da teoria finalista. Ao analisar a teoria do erro, o autor concorda com a doutrina majoritária de que o CP adotou a teoria limitada da culpabilidade, conforme leitura do artigo 20, § 1º, do CP, bem como da própria Exposição de Motivos.

Entretanto, há quem defenda uma posição mais literal, considerando que o CP usa o termo “isenção de pena” para excludentes da culpabilidade, ou seja, para dirimentes ou exculpantes. É a adoção da teoria extremada *sui generis* da culpabilidade.

Sua diferenciação com a teoria normativa pura e com a teoria limitada da culpabilidade também se refere à natureza jurídica das discriminantes putativas sobre os fatos. Tal como as outras duas, entende serem elementos da culpabilidade: a imputabilidade, a exigibilidade de conduta diversa e a potencial consciência da ilicitude.

Entretanto, concebe que o tratamento da discriminante putativa decorrente da equivocada percepção da realidade deve depender de ser tal erro evitável ou não. Deste modo, o erro sobre a excludente de ilicitude com base nos pressupostos fáticas possui natureza jurídica diversa, caso seja considerado escusável ou inescusável. Parece ser a posição de Luiz Flávio Gomes.

Se o erro for inevitável, entende como a teoria extremada, com isenção de pena do agente. O tratamento é o de erro de proibição.



Se for evitável, segue o entendimento da teoria limitada, punindo o fato a título de culpa, por ter sido descuidada a conduta do agente. Deste modo, segue as consequências do erro de tipo.

QUESTÃO 64. Em virtude de progressivo e elevado número de crimes contra o patrimônio no Município de São Luís do Maranhão, em cinco de setembro de 2022, foi editada uma medida provisória com previsão de alteração da pena de furto do Art. 155 do Código Penal que é de reclusão, de 1 a 4 anos, e multa para uma pena de reclusão de 6 a 9 anos e multa. Marcos, em 15 de setembro de 2022, subtrai para si um televisor. Considerando a situação hipotética mencionada, a doutrina, a legislação pátria e o entendimento das cortes superiores, assinale a afirmativa correta em relação à pena que deverá ser aplicada, caso haja condenação, atentando o julgamento em 18 de setembro de 2022.

- a) 6 a 9 anos de reclusão e multa, pois no caso de medida provisória tem ultratividade gravosa.
- b) 6 a 9 anos de reclusão e multa, pois aplica-se o princípio do *tempus regit actum* (tempo rege o ato).
- c) 1 a 4 anos de detenção e multa, pois a Constituição prevê o princípio da ultratividade da lei penal mais benéfica ao réu.
- d) 1 a 4 anos de reclusão e multa, pois medida provisória não pode servir para criar tipo incriminador nem cominar penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à alternativa D.

A alternativa D está correta. Continuará sendo aplicada a redação original do art. 155 do CP, que prevê pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa, tendo em vista que medida provisória não pode versar sobre matéria relativa a direito penal, nos termos do art. 62, §1º, alínea “b” do CP, que assim dispõe: “Art. 62. § 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: I - relativa a: b) direito penal, processual penal e processual civil;”

QUESTÃO 65. Jaqueline e Márcio, capazes e casados, no dia 20 de abril de 2023, após longa discussão, praticaram lesão corporal de natureza leve e de forma recíproca. Considerando a situação hipotética mencionada anteriormente, a doutrina, a legislação pátria e o entendimento majoritário das cortes superiores, assinale a afirmativa correta.

- a) Será possível a aplicação do Instituto da Transação Penal, tanto para Jaqueline quanto para Márcio.
- b) Neste caso, por ter sido praticada lesão corporal leve e recíproca, na constância do casamento, será a ação penal de natureza distinta, em relação a cada um dos cônjuges.
- c) Como a violência foi recíproca e de natureza leve, retira-se o âmbito de proteção da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) em relação à mulher, já que ela também é autora.
- d) Em relação à esposa Jaqueline, não é possível a aplicação dos benefícios da Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais), haja vista a expressa vedação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006); porém, é possível a aplicação do acordo de não persecução penal ao marido Márcio.



Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 41 da Lei nº 11.340/2006, “Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.” Assim, sendo a Transação Penal um instituto previsto na Lei dos Juizados Especiais, não será possível sua aplicação para Márcio em razão da violência doméstica.

A alternativa B está correta. No caso da lesão corporal praticada por Márcio contra Jaqueline, a ação penal será pública incondicionada, de acordo com a Súmula 542 do STJ, que conta com a seguinte redação: “Súmula 542, STJ. A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.” Já em relação à lesão corporal praticada por Jaqueline contra Márcio, a ação penal será pública condicionada à representação, de acordo com o art. 88 da Lei nº 9.099/95, segundo o qual “Art. 88. Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.”

A alternativa C está incorreta. Incidirão as disposições da Lei nº 11.340/2006 mesmo que Jaqueline tenha causado lesões corporais em Márcio, pois não há qualquer previsão legal afastando a aplicação da referida lei no caso de a violência ser recíproca.

A alternativa D está incorreta. Os benefícios previstos na Lei nº 9.099/1995 são aplicáveis à Jaqueline, mas não a Márcio. Além disso, não se aplica o acordo de não persecução penal a Márcio, em virtude do disposto no art. 28-A, §2º, IV, do Código de Processo Penal, que assim dispõe: “Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: (...) § 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses: IV - nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.”

QUESTÃO 66. Júlia, mãe de Douglas, criança de 3 anos de idade, foi condenada por crime hediondo a pena de 30 anos de reclusão. Dentre as peculiaridades do crime, sabe-se que Júlia é primária, que o crime foi cometido sem violência ou grave ameaça contra pessoa e que a vítima não foi seu filho Douglas. Considerando a situação hipotética mencionada anteriormente, a doutrina, a legislação pátria e o entendimento das cortes superiores, assinale a afirmativa correta.

a) Como Júlia praticou crime sem violência à pessoa ou grave ameaça, como ela é primária, atingirá o requisito objetivo para a progressão de regime quando cumpridos, ao menos, 20% da pena.

b) Como Júlia é mãe de criança, atingirá o requisito objetivo para a próxima progressão do regime quando cumprido 1/6 da pena no regime anterior, já que o crime praticado não envolveu violência ou grave ameaça à pessoa.

c) Como Júlia praticou crime considerado hediondo, independente de ser mãe de criança ou adolescente, sendo ela primária, atingirá o requisito objetivo para a progressão do regime quando cumpridos, ao menos, 50% da pena.



d) Por ser Júlia mãe de criança, e por não ter cometido crime com violência ou grave ameaça, nem ter sido a vítima do crime o seu próprio filho, uma vez cumprido 1/8 da pena, ainda que esse crime seja hediondo, poderá ela progredir de regime de pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à assertiva D.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à assertiva D.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à assertiva D.

A alternativa D está correta. A alternativa descreve corretamente os requisitos cumulativos para progressão de regime da mulher mãe de criança, os quais estão previstos no art. 112 da Lei nº 7.210/1984, que assim dispõe: “Art. 112, § 3º No caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime são, cumulativamente: I - não ter cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa; II - não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente; III - ter cumprido ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior; IV - ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento; V - não ter integrado organização criminosa.”.

QUESTÃO 67. Thales, Márcio e Gustavo, todos funcionários da prefeitura de São Luiz do Estado do Maranhão, foram denunciados pelo Ministério Público do Estado do Maranhão pela prática de crime de peculato, incurso no Art. 312 do CP, tendo sido o processo distribuído para a primeira vara criminal da respectiva capital. Considerando a situação hipotética mencionada, a doutrina, a legislação pátria e o entendimento das cortes superiores, assinale a afirmativa correta.

a) O juiz deverá dar-se por impedido, nos casos prescritos em lei. Mas, se não o fizer, poderá ser recusado apenas pelo Ministério Público nos crimes praticados por funcionários públicos.

b) Caso o juiz, na sentença, modifique a descrição do fato contido na denúncia, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que tenha como consequência aplicar pena mais grave.

c) Tendo em vista se tratar do processo e o julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, o juiz, ao verificar que a denúncia está em devida forma, mandará autuá-la e ordenará a notificação dos acusados, Thales, Márcio e Gustavo para responder por escrito, dentro do prazo de trinta dias.

d) Caso o juiz, no processo e julgamento da hipótese em comento, por se tratar de crime de responsabilidade dos funcionários públicos, convencer-se de que houve inexistência do crime ou improcedência da ação, pelas respostas dos denunciados Thales, Márcio e Gustavo ou de seus respectivos defensores, deverá rejeitar a denúncia em despacho fundamentado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Não é somente o Ministério Público que poderá arguir o impedimento do juiz, mas sim as partes de modo geral, nos termos do art. 112 do CPP: “Art. 112. O juiz, o órgão do Ministério Público, os serventuários ou funcionários de justiça e os peritos ou intérpretes abster-se-ão de servir no processo, quando houver incompatibilidade ou impedimento legal, que declararão nos autos. Se não se der



a abstenção, a incompatibilidade ou impedimento poderá ser argüido pelas partes, seguindo-se o processo estabelecido para a exceção de suspeição.”

A alternativa B está incorreta. No sistema acusatório, o juiz não pode modificar a descrição dos fatos contidos na denúncia. Ademais, a *emendatio libelli*, prevista no art. 383 do CPP tem como pressuposto a manutenção da descrição do fato contido na denúncia. Vejamos: “Art. 383. O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.”.

A alternativa C está incorreta. O prazo contido na assertiva está errado, nos termos do art. 514 do CPP: “Art. 514. Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias”.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 516 do CPP, que assim dispõe: “Art. 516. O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.”.

QUESTÃO 68. Juliano, 40 anos, é servidor público do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão há mais de 14 anos. Acontece que, enquanto exercia sua função e, no exercício de suas funções, foi vítima de difamação praticada por Jéssica, uma jurisdicionada. Considerando a situação hipotética mencionada, a doutrina, a legislação pátria e o entendimento das cortes superiores, assinale a afirmativa correta.

a) Juliano somente poderá ajuizar a ação penal mediante queixa-crime.

b) Juliano não poderá apresentar queixa-crime, já que, necessariamente, quem deve propor é o Ministério Público por meio de ação penal pública incondicionada.

c) Trata-se de uma ação penal privada e, somente poderá ser ajuizada pelo Ministério Público, uma vez que Juliano é funcionário público e estava no exercício de suas funções.

d) Tanto Juliano, mediante queixa-crime, quanto o Ministério Público, mediante representação do ofendido, poderão propor a ação, já que possuem legitimidade concorrente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Vide comentário à assertiva D.

A alternativa B está incorreta. Vide comentário à assertiva D.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário à assertiva D.

A alternativa D está correta. A questão apresenta hipótese de crime contra a honra (difamação) praticado por uma jurisdicionada contra um servidor público no exercício de suas funções. Assim será aplicada a súmula 714 do STF, que dispõe: “Súmula 714. É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.”. De fato, nesse caso, a ação penal procede-se mediante queixa ou representação, nos termos do art. 145, do CP: “ Art. 145 - Nos crimes previstos neste Capítulo somente se procede mediante queixa, salvo quando, no caso do art. 140, § 2º, da violência resulta lesão corporal. Parágrafo único. Procede-se mediante requisição do Ministro da Justiça, no caso do inciso I do caput do art. 141 deste Código, e mediante representação do ofendido, no caso do inciso II do mesmo artigo, bem como no caso do § 3o do art. 140 deste Código.” e “Art. 141 - As penas cominadas neste Capítulo



aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido: II - contra funcionário público, em razão de suas funções, ou contra os Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal.”

QUESTÃO 69. Em relação à dívida ativa e a sua correspondente Certidão de Dívida Ativa (CDA), analise as afirmativas a seguir.

I. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a possibilidade de protesto da CDA somente veio a ser válida no ordenamento jurídico brasileiro com a edição da Lei nº 12.767/2012, que expressamente positivou esse meio de cobrança.

II. A Fazenda Pública pode substituir a CDA até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material, de erro formal ou da modificação do sujeito passivo da execução.

III. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito desta natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O Item I está incorreto, pois de acordo com o decidido no EREsp 1.109.579-PR, é possível o protesto da CDA desde a entrada em vigor da Lei n. 9.492/1997.

O Item II está incorreto, de acordo com Súmula 392 do STJ: “A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.”

O Item III está correto, conforme dispõe art. 201 do CTN: “Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.”

QUESTÃO 70. A conformação do regime jurídico tributário cada vez mais vem sendo feita pelo Poder Judiciário, em especial pelo Supremo Tribunal Federal. Este, inclusive, já editou diversas Súmulas Vinculantes sobre matérias pertinentes ao direito tributário. Assim, diante das Súmulas Vinculantes já editadas, assinale a afirmativa correta.

- a) O princípio da anterioridade tributária, previsto na Constituição Federal, não se aplica à hipótese de mera alteração do prazo de recolhimento de obrigação tributária.
- b) Por se enquadrar no conceito de serviço, a locação de bens móveis constitui fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) a ser cobrado pelos municípios.



c) É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, em razão da vedação trazida pela Constituição Federal.

d) A taxa cobrada, exclusivamente, em razão dos serviços públicos de limpeza de logradouros públicos, coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola a Constituição Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme teor da Súmula Vinculante 50: “Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.”

A alternativa B está incorreta, conforme teor da Súmula Vinculante 31: “É inconstitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS sobre operações de locação de bens móveis.”

A alternativa C está incorreta, conforme teor da Súmula Vinculante 29: “É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.”

A alternativa D está incorreta, conforme Súmula Vinculante 19: “A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal”. Observe que o teor da Súmula não inclui “limpeza de logradouros públicos”.

QUESTÃO 71. Ao lado do avanço das Estatais no Brasil, também vêm sendo desenvolvidas as regras relacionadas a sua tributação. Assim, sobre o regime jurídico aplicável às Estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista) e sua tributação, analise as afirmativas a seguir.

I. Mesmo sendo pessoas jurídicas de direito privado, a imunidade tributária recíproca da Constituição Federal alcança empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais e exclusivos, desde que não tenham intuito lucrativo, enquanto mantidos os requisitos.

II. Desde que não haja a cobrança de tarifa como contraprestação do serviço, as empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca.

III. A imunidade recíproca deve ser reconhecida em favor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ainda que o patrimônio, renda ou serviço desempenhado pela entidade não esteja, necessariamente, relacionado ao privilégio postal.

Assim, a referida empresa pública faz jus à imunidade reci-proca para o fim de afastar a incidência do IPVA sobre os seus veículos.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.



Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Questão passível de anulação.

O Item I está incorreto. De acordo com o Tema de Repercussão Geral 1140 do STF: “As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, ‘a’, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.”

Veja que a tese fixada não fala em impedimento de lucro, mas sim impedimento da distribuição dos lucros. Portanto, o Item I encontra-se incorreto.

O Item II está incorreto. Conforme o Tema de Repercussão Geral 1140 do STF, acima mencionado, é possível a cobrança de tarifas.

O Item III está correto. Conforme Tema de Repercussão Geral 235 do STF: “Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, inclusive aqueles em que a empresa não age em regime de monopólio, estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca (CF, art. 150, VI, a e §§ 2º e 3º).

QUESTÃO 72. Em relação aos princípios tributários, assinale a afirmativa correta.

a) É inaplicável o princípio da anterioridade tributária na hipótese de majoração indireta decorrente de revogação de benefícios fiscais.

b) Viola a isonomia tributária a concessão, por lei complementar, de isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as operações de aquisição de automóveis por servidores públicos de determinado Estado-membro.

c) Na jurisprudência atual Supremo Tribunal Federal (STF), não se acolhe a chamada “legalidade suficiente”, sendo inviável que ocorra o diálogo da lei com os regulamentos para a fixação do aspecto quantitativo da regra matriz de incidência.

d) Lei que restringe os contribuintes da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP) aos consumidores de energia elétrica do Município ofende o princípio da isonomia, uma vez que não abarca todos os usuários do serviço de iluminação pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, conforme entendimento do STF: “Aplica-se o princípio da anterioridade tributária, geral e nonagesimal, nas hipóteses de redução ou de supressão de benefícios ou de incentivos fiscais, haja vista que tais situações configuram majoração indireta de tributos. STF. Plenário. RE 564225 AgR-EDv-AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 20/11/2019.”

A alternativa B está correta, conforme decidido pelo STF no julgamento da ADI 4.276: “Concessão de isenção à operação de aquisição de automóveis por oficiais de justiça estaduais. (...) A isonomia tributária (CF, art. 150, II) torna inválidas as distinções entre contribuintes “em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida”, máxime nas hipóteses nas quais, sem qualquer base axiológica no postulado da razoabilidade, engendra-se tratamento discriminatório em benefício da categoria dos oficiais de justiça estaduais. (ADI 4.276, rel. min. Luiz Fux, j. 20-8-2014, P, DJE de 18-9-2014.)”.



A alternativa C está incorreta, pois vai de encontro ao Tema de Repercussão Geral 829 do STF: “Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que não pode ser atualizado por ato do próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.”

A alternativa D está incorreta, conforme decidido pelo STF no RE 573.675/SC: “Lei que restringe os contribuintes da COSIP aos consumidores de energia elétrica do município não ofende o princípio da isonomia, ante a impossibilidade de se identificar e tributar todos os beneficiários do serviço de iluminação pública”.

QUESTÃO 73. O sistema tributário nacional é tratado na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) a partir do Art. 145. Nele são tratados os impostos. Sobre estes tributos, nos termos da CRFB, analise as afirmativas a seguir.

I. A União poderá instituir, na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

II. União, Estados, Distrito Federal e Municípios possuem competência para a instituição de impostos não previstos na CRFB, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos nela discriminados.

III. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

IV. Podem ser instituídos e cobrados pelo Município os impostos sobre propriedade predial e territorial urbana; sobre serviços de qualquer natureza, excetuados os serviços de competência do ICMS; e, sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II, III e IV.
- b) I e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O Item I está correto, conforme art. 154, II, da CF: “A União poderá instituir: II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.”

O Item II está incorreto, pois apenas a União poderá instituir os impostos residuais, conforme disposto no art. 154, I, da CF: “A União poderá instituir: I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;”



O Item III está correto, conforme art. 145, § 1º, da CF: “Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.”

O Item IV está incorreto, pois conforme art. 155, I, da CF, o ITCMD é imposto de competência dos Estados, e não dos Municípios: “Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.”

QUESTÃO 74. O Código Tributário Nacional (CTN), Lei nº 5.172/1966, traz disposições sobre a interpretação e integração da legislação tributária. A este respeito, nos termos dispostos no CTN, analise as afirmações a seguir.

I. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

II. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, a analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; e, a equidade.

III. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

IV. Interpreta-se, literalmente, a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I e III, apenas.

c) II e IV, apenas.

d) III e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O Item I está correto, pois traz exatamente o teor do art. 108, § 1º, do CTN: “O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.”

O Item II está correto, pois traz exatamente o teor do art. 108, caput e incisos I a IV, do CTN: “Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: I - a analogia; II - os princípios gerais de direito tributário; III - os princípios gerais de direito público; IV - a equidade.”

O Item III está correto, pois traz exatamente o texto do art. 112, IV, do CTN: “A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto: IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.”

O Item IV está correto, pois traz exatamente o texto do art. 111, I, do CTN: “Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: I - suspensão ou exclusão do crédito tributário;”



QUESTÃO 75. A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) dispõe sobre as chamadas limitações ao poder de tributar. Nelas vislumbram-se os princípios e imunidades tributárias. Considerando as imunidades tributárias, nos termos da CRFB, analise as afirmações a seguir.

I. As imunidades de fonogramas e videofonogramas musicais – produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras, em geral, interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser – são estabelecidas somente sobre impostos.

II. A imunidade recíproca é concedida somente a pessoas jurídicas de direito público interno, não alcançando a chamada administração indireta.

III. As imunidades de livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão imuniza tais produtos do imposto de importação.

IV. Os templos de qualquer culto são imunes de imposto predial territorial urbano.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) II, apenas.

c) I, III e IV, apenas.

d) II, III e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O Item I está correto, conforme art. 150, VI, alínea e, da CF: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

O Item II está incorreto, conforme art. 150, § 2º, da CF: “A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes”. Ainda, necessário observar o decidido pelo STF no Tema 1140 de Repercussão Geral: “As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.”

O Item III está correto, conforme teor da Súmula Vinculante 57: “A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (e-book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), ainda que possuam funcionalidades acessórias.”

O Item IV está correto, conforme art. 156, inciso I, e § 1º-A, da CF: “Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana;” e “O imposto previsto no inciso I do caput deste artigo



não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade de que trata a alínea "b" do inciso VI do caput do art. 150 desta Constituição sejam apenas locatárias do bem imóvel.”

QUESTÃO 76. A legislação tributária adota o chamado sistema pentapartite no que se refere aos tipos de tributos, nele incluídos os empréstimos compulsórios. Sobre estes tributos, com características bem peculiares e nos termos da CRFB e do Código Nacional Tributário (CNT), analise as afirmativas a seguir.

I. Podem ser instituídos somente pela União.

II. Empréstimos compulsórios são tributos restituíveis, devendo ser estabelecidos mediante lei complementar.

III. Poderão ser instituídos para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; e, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, devendo a aplicação dos recursos dele provenientes ser vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

IV. A lei fixará, obrigatoriamente, o prazo do empréstimo e as condições de seu resgate.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I e III, apenas.

c) I e IV, apenas.

d) II, III e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

O Item I está correto, conforme art. 148, caput, da CF: “A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:”

O Item II está correto, conforme art. 148, caput, da CF: “A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:”

O Item III está correto, conforme art. 148, incisos I e II, e parágrafo único, da CF: “A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios: I - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, alínea b. Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.”

O Item IV está correto, conforme art. 15, parágrafo único, do CTN: “A lei fixará obrigatoriamente o prazo do empréstimo e as condições de seu resgate, observando, no que for aplicável, o disposto nesta Lei.”

QUESTÃO 77. Empresária opôs embargos à execução, que se lastreou em duplicatas mercantis, que não chegaram a circular. Ela fundamenta seu pleito com base na ausência da assinatura do emitente da cártula, o que afirma ser um requisito indispensável à formação do título. É correto afirmar que assinatura do sacador/emitente da duplicata é um requisito:



A) Essencial para a validade do título de crédito.

B) Decorrente do princípio da literalidade indireta.

C) Suprível, caso ausente, pois a duplicata é um título causal.

D) Determinante para atestar a natureza de título de crédito

Comentários

As alternativas corretas são as **letras B e C**.

Questão pode ser objeto de recurso, pois as **letras B e C** podem ser consideradas corretas, mas pelo contexto do enunciado a letra C se apresenta com a mais provável de indicação como correta pela banca.

A alternativa A está incorreta e a alternativa C está correta. Embora conste do artigo 2º, §1º, IX, da Lei 5.474/68 que a assinatura do emitente deverá constar da duplicata, ou seja, elemento/requisito do título, em recente julgado, o STJ entendeu que é um elemento que pode ser suprido caso ausente no momento da execução.

Os fundamentos para tal entendimento foram que a própria lei dispensa a apresentação física da duplicata (artigo 13, §1º, da Lei 5.474/68), bem como a natureza causal do título de crédito torna sua existência diferente dos demais modelos de títulos.

Vejamos o teor do julgado: "(...) 5. A Lei Uniforme de Genebra, aplicável subsidiariamente às duplicatas, prevê, no entanto, que nem todos os requisitos legais são essenciais, pois, nos termos de seu art. 2º, existem aqueles cujos defeitos podem ser supridos, desde que exista uma solução objetiva e segura para a correção da irregularidade. 6. A duplicata é título de crédito causal no momento da emissão e adquire abstração e autonomia, desvinculando-se do negócio jurídico subjacente, com o aceite e a circulação. Precedente da 2ª Seção. 7. Com fundamento no protesto por indicação do art. 13, § 1º, da Lei 5.474/68, a jurisprudência desta Corte entendeu pela dispensabilidade da apresentação física da duplicata, bastando, para a constituição de título executivo extrajudicial i) os boletos de cobrança bancária; ii) os protestos por indicação; e iii) os comprovantes de entrega de mercadoria ou de prestação de serviços, o que permitiu a execução da denominada duplicata virtual. Precedentes. 8. Se o boleto que subsidia o protesto por indicação é suficiente para o protesto, o qual, somado ao comprovante da entrega de mercadorias, justifica o ajuizamento de ação executiva, deve-se entender que alguns dos elementos mencionados no art. 2º, § 1º, da Lei 5.474/68 admitem suprimento, podendo ser corrigidos por formas que não prejudiquem a segurança na tramitação da duplicata. 9. A assinatura do emitente na cártula cumpre as funções de representar a declaração de vontade unilateral que dá origem ao título de crédito e a de vincular o sacador, na hipótese de circulação do documento, como um dos devedores do direito nele inscrito. 10. A duplicata, por ser um título causal, permite a incidência da literalidade indireta, que autoriza a identificação de seus elementos no documento da compra e venda mercantil ou da prestação de serviços que lhe serve de ensejo, pois o devedor tem a ciência de que aquela obrigação também tem seus limites definidos em outro documento (...)" REsp 1790004/PR

A letra B está correta. Segundo o princípio da literalidade indireta, a assinatura do emitente pode ser verificada por meio de outros documentos integrantes do negócio jurídico que deu causa à duplicata, como notas fiscais ou faturas.

A letra D está incorreta. A assinatura não se mostra como determinante para a natureza do título, já que a natureza do título é definida pelo motivo de sua origem (título causal), diferente dos demais títulos de crédito, que são definidos por elementos presentes da cártula e decorrentes da vontade das partes.



QUESTÃO 78. Foi submetido a registro perante o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas o estatuto que constituiu cooperativa. De acordo com o Código Civil, o titular do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas deverá conferir que o ato constitutivo, obrigatoriamente, tenha

a) concurso de sócios em números mínimo e máximo necessários a compor a administração da sociedade e que haja a previsão de capital social mínimo.

b) que a responsabilidade seja limitada e que haja a previsão de capital social mínimo, prevendo o direito de voto de acordo com o capital social integralizado.

c) concurso de sócios em número mínimo necessário à administração da sociedade, sem limitação de número máximo e variabilidade ou dispensa do capital social.

d) intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, salvo no caso de herança, e que preveja o direito de cada sócio a um só voto nas deliberações.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Não há necessidade de número máximo de sócios, bem como capital mínimo, conforme artigo 1.094, I e II, do CC: “Art. 1.094. São características da sociedade cooperativa: I - variabilidade, ou dispensa do capital social; II - concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo”.

A alternativa B está incorreta. A responsabilidade poderá ser tanto limitada como ilimitada, conforme artigo 1.095 do CC: “Art. 1.095. Na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada”. Ainda, não há necessidade de capital mínimo e o voto não é proporcional ao capital social integralizado, conforme artigo 1.094, I e VI, do CC: “Art. 1.094. São características da sociedade cooperativa: I - variabilidade, ou dispensa do capital social; VI - direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação”.

A alternativa C está correta. Conforme literalidade do artigo 1.094, I e II, do CC: “Art. 1.094. São características da sociedade cooperativa: I - variabilidade, ou dispensa do capital social; II - concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo”.

A alternativa D está incorreta. As quotas não são transferíveis por herança, conforme artigo 1.094, IV, do CC: “Art. 1.094. São características da sociedade cooperativa: IV - intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança”.

QUESTÃO 79. Foi apresentado cheque perante o tabelião de Protestos sem a cláusula expressa "à ordem" e com a cláusula "sem protesto". O tabelião verificou a ocorrência de endosso puro e simples no título. De acordo com a Lei nº 7.357/1985 (Lei do Cheque), o tabelião, atendidos os demais requisitos previstos na legislação, deverá

a) recusar o protesto por irregularidade formal no endosso.

b) recusar o protesto pela existência da cláusula "sem protesto".

c) registrar o protesto, sendo o título transmissível por endosso.

d) registrar o protesto, mas o endosso é inválido pela ausência da cláusula "à ordem".



Comentários

A alternativa correta é a letra C.

As alternativas A e D estão incorretas. Não há irregularidade no endosso, pois mesmo sem constar expressamente a cláusula “à ordem” o título é transmissível por endosso, conforme artigo 17 da Lei 7.357/85: “Art. 17 O cheque pagável a pessoa nomeada, com ou sem cláusula expressa ‘à ordem’, é transmissível por via de endosso.”

A alternativa B está incorreta. Mesmo com a cláusula “sem protesto” o portador pode realizar o protesto do título, sendo uma faculdade sua, conforme expressamente traz o artigo 50, §3º, da Lei 7.357/85: “Art. 50 O emitente, o endossante e o avalista podem, pela cláusula ‘sem despesa’, ‘sem protesto’, ou outra equivalente, lançada no título e assinada, dispensar o portador, para promover a execução do título, do protesto ou da declaração equivalente. §3º Se, apesar de cláusula lançada pelo emitente, o portador promove o protesto, as despesas correm por sua conta. Por elas respondem todos os obrigados, se a cláusula é lançada por endossante ou avalista”.

A alternativa C está correta. Conforme acima exposto, o protesto é possível, bem como a transmissão pelo endosso, na forma do artigo 17 da Lei 7.357/85: “Art. 17 O cheque pagável a pessoa nomeada, com ou sem cláusula expressa ‘à ordem’, é transmissível por via de endosso.”

QUESTÃO 80. Considerando a Lei nº 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária, prevê hipóteses de ineficácia e revogação de atos praticados antes da falência, o seguinte ato pode ser praticado e é eficaz em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção de fraudar credores:

a) a renúncia à herança ou a legado, até dois anos antes da decretação da falência.

b) a averbação relativa a imóveis realizada após a decretação da falência, caso tenha havido prenotação anterior.

c) a constituição de direito real de garantia, inclusive a retenção, dentro do termo legal, tratando-se de dívida contraída anteriormente.

d) a prática de atos a título gratuito, desde dois anos antes da decretação da falência, desde que tenham sido previstos e realizados na forma definida no plano de Recuperação Judicial ou Extrajudicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Conforme literalidade do artigo 129, V, da Lei 11.101/05: “Art. 129. São ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores: V – a renúncia à herança ou a legado, até 2 (dois) anos antes da decretação da falência”.

A alternativa B está correta. Conforme literalidade do artigo 129, V, da Lei 11.101/05: “Art. 129. São ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores: VII – os registros de direitos reais e de transferência de propriedade entre vivos, por título oneroso ou gratuito, ou a averbação relativa a imóveis realizados após a decretação da falência, salvo se tiver havido prenotação anterior”.



A alternativa C está incorreta. Conforme literalidade do artigo 129, III, da Lei 11.101/05: “Art. 129. São ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores: III – a constituição de direito real de garantia, inclusive a retenção, dentro do termo legal, tratando-se de dívida contraída anteriormente; se os bens dados em hipoteca forem objeto de outras posteriores, a massa falida receberá a parte que devia caber ao credor da hipoteca revogada”.

A alternativa D está incorreta. Tal ato, expresso no inciso IV do artigo 129, não é previsto como exceção das causas de ineficácia conforme 131 da Lei 11.101/05: “Art. 131. Nenhum dos atos referidos nos incisos I, II, III e VI do caput do art. 129 desta Lei que tenham sido previstos e realizados na forma definida no plano de recuperação judicial ou extrajudicial será declarado ineficaz ou revogado.”

QUESTÃO 81. Uma empresa de pequeno porte, devedora de título protestado, realizou o pagamento do título em cartório e solicitou o cancelamento do registro do respectivo protesto. O devedor provou sua qualidade de microempresa ou de empresa de pequeno porte perante o tabelionato de protestos de títulos e o pagamento foi, regularmente, liquidado. De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, o tabelionato deverá cancelar o registro de protesto

a) independentemente da declaração de anuência do credor após o pagamento de emolumentos do tabelião e das taxas, custas e contribuições para o estado que incidam sobre os emolumentos.

b) somente após a declaração de anuência do credor, mesmo quando apresentado o original protestado, não incidindo sobre os emolumentos do tabelião quaisquer taxas, custas e contribuições para o estado.

c) independentemente da declaração de anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado, não incidindo sobre os emolumentos do tabelião quaisquer taxas, custas e contribuições para o estado.

d) somente após o pagamento do título em cartório mediante cheque de emissão de estabelecimento bancário após o pagamento de emolumentos do tabelião e das taxas, custas e contribuições para o estado que incidam sobre os emolumentos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Não há pagamento de taxas, custas ou contribuições para o Estado, conforme artigo 73, I, da Lei Complementar 123/06: “Art. 73. O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes condições: I - sobre os emolumentos do tabelião não incidirão quaisquer acréscimos a título de taxas, custas e contribuições para o Estado ou Distrito Federal, carteira de previdência, fundo de custeio de atos gratuitos, fundos especiais do Tribunal de Justiça, bem como de associação de classe, criados ou que venham a ser criados sob qualquer título ou denominação, ressalvada a cobrança do devedor das despesas de correio, condução e publicação de edital para realização da intimação”.

A alternativa B está incorreta e a alternativa C está correta. Conforme literalidade do artigo 73, III, da Lei Complementar 123/06: “Art. 73. O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes condições: III - o cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, será feito independentemente de declaração de anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado”.



A alternativa D está incorreta. Como dito acima, não há pagamento de taxas, custas e contribuições, ainda, não é exigido o pagamento em cheque de emissão, conforme artigo 73, III, da Lei Complementar 123/06: “Art. 73. O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes condições: II - para o pagamento do título em cartório, não poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário, mas, feito o pagamento por meio de cheque, de emissão de estabelecimento bancário ou não, a quitação dada pelo tabelionato de protesto será condicionada à efetiva liquidação do cheque”.

QUESTÃO 82. Foi apresentada para protesto, por falta de pagamento, uma triplicata sem aceite. O referido documento corresponde a duas faturas extraídas em decorrência de contrato de compra e venda mercantil em que se efetuou a entrega comprovada de mercadorias. De acordo com a Lei nº 5.474/1968 (Lei das Duplicatas), o referido documento

- a) é regular e protestável, tendo em vista a observância de todos os requisitos formais previstos na lei.**
- b) descumpre requisito formal por corresponder a duas faturas, mas a inexistência de aceite não impediria protesto.**
- c) é protestável por falta de pagamento somente se apresentada dentro trinta dias a contar da data do vencimento.**
- d) é protestável por falta de aceite, mas não é protestável por falta de pagamento, tendo em vista a inexistência de aceite do comprador.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não há pagamento de taxas, custas ou contribuições para o Estado, conforme artigo 73, I, da Lei Complementar 123/06: “Art. 73. O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes condições: I - sobre os emolumentos do tabelião não incidirão quaisquer acréscimos a título de taxas, custas e contribuições para o Estado ou Distrito Federal, carteira de previdência, fundo de custeio de atos gratuitos, fundos especiais do Tribunal de Justiça, bem como de associação de classe, criados ou que venham a ser criados sob qualquer título ou denominação, ressalvada a cobrança do devedor das despesas de correio, condução e publicação de edital para realização da intimação”.

A alternativa B está correta. Conforme literalidade dos artigos 2º, §2º, e 13, §2º, ambos da Lei 5.474/68: “Art. 2º. §2º Uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura (...) Art. 13. §2º O fato de não ter sido exercida a faculdade de protestar o título, por falta de aceite ou de devolução, não elide a possibilidade de protesto por falta de pagamento”.

A alternativa C está incorreta. Não há essa previsão em lei.

A alternativa D está incorreta. O título pode ser protestado por falta de pagamento, mesmo que ausente o aceite ou seu protesto, conforme artigo 13, §2º, da Lei 5.474/68: “§2º O fato de não ter sido exercida a faculdade de protestar o título, por falta de aceite ou de devolução, não elide a possibilidade de protesto por falta de pagamento”.

QUESTÃO 83. De acordo com as jurisprudências dos tribunais superiores, o contrato de arrendamento mercantil é uma espécie que se caracteriza da seguinte forma:



- a) natureza jurídica de contrato de comodato e de promessa bilateral de compra e venda, sendo possível a cobrança antecipada do valor residual garantido.
- b) é contrato complexo, com características de locação, de promessa unilateral de venda e de financiamento, sendo que o pagamento dos aluguéis não confere propriedade dos bens ao arrendatário.
- c) compra e venda com direito real de garantia, cuja transferência antecipada da propriedade é realizada ao arrendatário que esteja adimplente com os aluguéis, sendo o bem integrado ao ativo fixo deste.
- d) possibilidade de aquisição do bem pelo arrendatário pelo valor de mercado ao final, não sendo possível a cobrança antecipada do valor residual garantido sob pena de descaracterização da natureza jurídica contratual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não há no arrendamento mercantil elementos do comodato (empréstimo gratuito de coisa imóvel), já que é previsto o pagamento de aluguel pelo uso do bem objeto do contrato.

A alternativa B está correta. Conforme REsp 1699184: “O arrendamento mercantil é contrato complexo, com características de locação, promessa unilateral de venda e financiamento. O pagamento dos aluguéis pelo arrendatário durante a vigência do contrato de arrendamento, por si só, não confere ao devedor adimplente a propriedade do bem arrendado, uma vez que cumpre tão somente a função de remunerar o uso do bem pelo período em que se encontra na posse do devedor”.

A alternativa C está incorreta. Como dito acima, a natureza do arrendamento mercantil é de contrato complexo e a transferência da propriedade do bem não se dá apenas pelo pagamento dos aluguéis.

A alternativa D está incorreta. A cobrança antecipada do valor residual garantido não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, conforme súmula 293 do STJ.

QUESTÃO 84. Foi submetida a registro no Registro Civil de Pessoas Jurídicas sociedade estrangeira. De acordo com a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) e a Lei nº 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), o registrador deverá

- a) realizar o registro, independentemente de aprovação do Poder Executivo e início de fato das atividades no país.
- b) realizar o registro, independentemente de aprovação do Poder Executivo, não podendo funcionar antes do registro.
- c) realizar o registro somente após a aprovação do funcionamento pelo Poder Executivo mediante a individuação de representante permanente no exterior.
- d) realizar o registro somente após a aprovação do funcionamento pelo Poder Executivo e solicitar a individuação de seu representante permanente no Brasil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

As alternativas A e B estão incorretas. A sociedade estrangeira que pretenda funcionar no Brasil deverá ter autorização do poder executivo, conforme artigo 1.134 do CC: “Art. 1.134. A sociedade estrangeira, qualquer que seja o seu objeto, não pode, sem autorização do Poder Executivo, funcionar no País, ainda que por



estabelecimentos subordinados, podendo, todavia, ressalvados os casos expressos em lei, ser acionista de sociedade anônima brasileira”.

A alternativa C está incorreta e a alternativa D está correta. Conforme artigo 1.138 do CC, a sociedade estrangeira deve ter representante permanente no Brasil e não no exterior: “Art. 1.138. A sociedade estrangeira autorizada a funcionar é obrigada a ter, permanentemente, representante no Brasil, com poderes para resolver quaisquer questões e receber citação judicial pela sociedade”.

QUESTÃO 85. Randolpho é servidor público do Estado de Alagoas e, pelo cometimento de infração capitaneada no estatuto disciplinar dos servidores públicos, está respondendo a um processo administrativo. Ocorre que a conduta perpetrada por Randolpho também se amolda a um tipo penal previsto no Código Penal, na parte atinente aos crimes contra a administração pública, pelo que foi investigado e está sendo processado criminalmente por sua conduta. No decorrer das investigações criminais, o juiz competente autorizou a quebra do sigilo bancário de Randolpho, o que serviu de prova no âmbito do processo criminal. Considerando os elementos angariados no bojo do procedimento investigativo criminal, que contém pertinência com os fatos apurados na seara administrativa, o superior hierárquico de Randolpho, responsável pela condução do processo administrativo, solicitou ao juízo criminal o compartilhamento de provas. Considerando o fato narrado, analise as afirmativas a seguir.

I No âmbito do processo administrativo, caso seja compartilhada, Randolpho possui direito ao contraditório em relação à prova produzida durante as investigações criminais.

II Os princípios da ampla defesa e do contraditório, aplicáveis aos processos administrativos, são considerados princípios setoriais.

III No âmbito do processo administrativo, Randolpho tem direito, ao recurso administrativo, não lhe podendo ser exigido depósito prévio de dinheiro ou bens para a sua admissibilidade.

IV Randolpho, na qualidade de acusado em processo administrativo, terá a faculdade de nomear advogado para exercício de sua defesa técnica.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) II e IV, apenas.

c) I, II e III, apenas.

d) I, III e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A assertiva I está correta, uma vez que alinhada à jurisprudência do STJ, segundo a qual “Esta Corte tem firme o entendimento de que é possível a utilização, em processo administrativo disciplinar, como prova emprestada, de interceptações telefônicas obtidas no curso de investigação criminal ou de instrução processual penal, desde que obtidas com autorização judicial e assegurada a garantia do contraditório.” (AgInt no MS n. 22.757/DF, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, julgado em 3/3/2022, DJe de 8/3/2022.)

Como daí se extrai, o STJ admite a prova emprestada, produzida no âmbito de processo penal, tal como no caso ora versado, mas exige a observância ao princípio do contraditório, exatamente como foi sustentado



pela Banca. É claro que o mesmo entendimento também se aplica à quebra de sigilo bancário, como seria o caso da questão em análise, o que torna acertada a presente afirmativa.

A assertiva II está incorreta, porquanto os princípios setoriais são aqueles pertinentes a um determinado ramo do direito, de modo específico, o que não é o caso dos princípios da ampla defesa e do contraditório, eis que se aplicam a vários segmentos do direito, e não apenas à esfera do Direito Administrativo, de sorte que devem ser tidos como princípios gerais do direito, e não como princípios meramente setoriais.

A assertiva III está correta, eis que o servidor, de fato, teria direito à interposição de recurso administrativo, sendo igualmente acertado aduzir que não seria possível exigir do recorrente um depósito prévio de dinheiro ou bens, conforme impõe a Súmula Vinculante 21 do STF: “É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.”

A assertiva IV está correta, eis que a representação por advogado, em sede de processo administrativo, deve ser tida como mera faculdade, e não como genuíno dever legal, o que tem esteio na Súmula Vinculante n.º 5 do STF, de seguinte redação: “A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.”

QUESTÃO 86. Rosa é titular do 1º Ofício Extrajudicial no município de Imperatriz. No desempenho de suas atribuições, ela praticou infração de considerável gravidade, pelo que foi necessário o afastamento preventivo de Rosa das suas funções. Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 14/1991, assinale a afirmativa correta.

- a) Enquanto estiver afastada preventivamente, Rosa fará jus à terça parte da renda líquida da serventia.**
- b) Rosa poderá ser suspensa preventivamente de suas funções pelo prazo de noventa dias, prorrogável por igual período.**
- c) Tão logo seja afastada preventivamente das funções, o Corregedor-Geral da Justiça ou o juiz processante nomeará interventor para responder pela serventia.**
- d) O afastamento de Rosa poderá ser determinado pelo Corregedor-Geral da Justiça ou pelo juiz processante, sendo que, neste último caso, o prazo máximo de afastamento será de trinta dias.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois, nos termos do art. 150, §3º, da Lei Complementar estadual 14/91, “Excluídos a remuneração do interventor e os encargos com a manutenção dos serviços, metade da renda líquida das serventias será entregue ao titular afastado, e a outra metade será depositada em caderneta de poupança.” Portanto, equivocado afirmar que o titular afastado preventivamente deva receber a terça parte da renda líquida da serventia, visto que a norma de regência afirma que tal remuneração, após os descontos ali indicados, deve corresponder à metade da renda líquida, e não à terça parte.

A alternativa B está incorreta, uma vez que, de acordo com o art. 149, caput, da Lei Complementar estadual 14/91, a possibilidade de prorrogação do prazo de suspensão preventiva não é pelo mesmo período (mais 90 dias), e sim, tão somente, por mais 30 dias.

A alternativa C está incorreta, eis que a nomeação de interventor não se dá de forma automática. Na realidade, de acordo com o art. 150, caput e §1º, da Lei Complementar estadual 14/91, em princípio, deve responder pela serventia o substituto do serviço notarial ou de registro, sendo que, apenas se este também



for acusado das mesmas faltas, ou ainda se a medida se revelar conveniente, aí sim, o corregedor-geral da Justiça designará interventor para responder pela serventia.

A alternativa D está correta, pois devidamente amparada no que dispõem os §§ 1º e 2º do art. 149 da Lei Complementar estadual 14/91, segundo os quais “§1º O afastamento será determinado pelo corregedor-geral da Justiça ou pelo juiz processante. §2º O juiz processante só poderá determinar o afastamento pelo prazo máximo de trinta dias.”

QUESTÃO 87. Rosário é tabelião no município de Riacho, localizado no Estado X. No exercício de suas funções, Rosário deixou de registrar alguns atos notariais e de recolher os emolumentos dos serviços prestados. Isso ocorreu diversas vezes, tendo Rosário se apropriado de tais valores e abandonado o exercício das funções, sem deixar rastro de seu paradeiro. Stanley, particular lesado pela conduta do tabelião, propôs ação de indenização em face do Estado X, requerendo a reparação do dano causado. Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a) O Estado X responde objetivamente pelos atos de Rosário que causaram danos a Stanley, e tem o dever de regresso em face do tabelião, para aferir a sua responsabilidade subjetiva.

b) Rosário é pessoa natural delegatária de serviço público e, por isso, civilmente responsável por todos os prejuízos causados a terceiros, não sendo o caso de se imputar ao Estado a responsabilidade pela conduta do tabelião.

c) Os serviços notariais são exercidos em caráter privado, por meio de delegação do Poder Público. Muito embora exerçam competências estatais e estejam sujeitos à fiscalização do Poder Judiciário, os tabeliões não podem ser considerados agentes públicos.

d) Prescreve em cinco anos o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas integrantes da administração pública direta e indireta. Este prazo não se estende às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos por concessão, permissão ou autorização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, uma vez que alinhada à jurisprudência do STF que, em repercussão geral (Tema 777), fixou tese no sentido de que “O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliões e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa”.

A alternativa B está incorreta, pois, de acordo com o mesmo precedente jurisprudencial acima indicado, a responsabilidade primária e objetiva, pelos danos causados pelo notário ou tabelião, no exercício de suas funções, pertence ao Estado, razão pela qual é equivocado aduzir que o próprio tabelião deva responder por todos os prejuízos causados a terceiros.

A alternativa C está incorreta, eis que, consoante também pontuado pelo STF, os tabeliões e notários classificam-se como particulares em colaboração com o Poder Público, de modo que devem, sim, ser considerados abrangidos pelo conceito amplo de agentes públicos, como ensina a doutrina.

A alternativa D está incorreta, uma vez que afronta a norma do art. 1º-C da Lei 9.494/97, segundo a qual “Prescreverá em cinco anos o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos”, de



modo que o mesmo prazo prescricional de cinco anos também se aplica às pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

No mesmo sentido, ainda, a jurisprudência do STJ, de acordo com a qual “A pessoa jurídica de direito privado que preste serviço público tem obrigação constitucional de reparar os prejuízos causados a terceiros. A hipótese é regulada pelo art. 1º-C da Lei n. 9.494/1997 quanto ao prazo prescricional, fixado em 5 anos.” (AREsp n. 1.893.472/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 21/6/2022, DJe de 28/6/2022.)

QUESTÃO 88. O Congresso Nacional editou a Lei XXX, que concede aos servidores públicos civis da União um auxílio no valor de cinquenta reais por dia trabalhado, a título de alimentação. A Lei deixou a cargo do Presidente da República, por meio de decreto, a forma de sua concessão. Cinco dias após a publicação da referida Lei no Diário Oficial, o Presidente da República editou um regulamento que, dentre outros pontos, disciplinou que o auxílio não seria devido aos servidores dos quadros dos órgãos das forças de segurança pública. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a) O ato normativo editado pelo Presidente da República é do tipo originário, pois editado para explicitar e complementar a Lei XXX.

b) O decreto presidencial é do tipo autônomo, pois tratou de tema atinente à organização da administração pública federal. Assim, como exceção constitucional, perfeitamente possível que o decreto limitasse direitos.

c) O decreto presidencial, ao excluir da esfera de abrangência da Lei XXX todos os servidores dos órgãos de segurança pública da União, extrapolou os limites de atuação do Poder Normativo, pois inovou no mundo jurídico.

d) O decreto presidencial é válido, pois, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), os órgãos de segurança pública, devido à condição de serem forças armadas do Estado, não gozam de determinados direitos, na mesma linha de vedações impostas aos militares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o regulamento mencionado no enunciado da questão não poderia ser tido como um ato normativo originário, já que não teria retirado seu fundamento de validade diretamente do texto da Constituição. Na verdade, seria caso de um decreto regulamentar de caráter secundário, com fundamento de validade na lei a ser regulamentada.

A alternativa B está incorreta, por razões semelhantes às acima esposadas. Não seria caso de decreto autônomo, mas, sim, de decreto regulamentar, eis que editado para fins de dar fiel cumprimento à lei, de modo que não é verdadeiro aduzir se tratar de decreto que tenha pretendido dispor acerca de organização e funcionamento da administração pública.

A alternativa C está correta. De fato, considerando que a lei regulamentada não continha restrições, não poderia o decreto regulamentador estabelecer exclusões, em ordem a retirar da abrangência legal os servidores integrantes dos órgãos de segurança pública da União. Ao assim determinar, o ato normativo infralegal acabou por inovar indevidamente a ordem jurídica, extrapolando, com isso, os limites de exercício legítimo do poder regulamentar.



A alternativa D está incorreta, uma vez que, como sustentado linhas acima, o decreto citado no enunciado da questão teria exorbitado os limites de exercício legítimo do poder regulamentar, no ponto em que inseriu restrições sem amparo na lei a ser regulamentada. Portanto, ao assim agir, a Chefia do Executivo acabou por produzir, ao menos neste aspecto, ato normativo inválido.

QUESTÃO 89. A organização não-governamental denominada "Vigilantes da Floresta" atua em ações de preservação das reservas florestais e na educação ambiental no âmbito do Estado X. Com este, a ONG celebrou um convênio que prevê a destinação de recursos públicos para fins de manutenção dos programas em educação para a preservação do meio ambiente. Júlio, gestor e administrador da entidade privada, através de conduta dolosa, deixou de fazer a devida prestação de contas dos recursos públicos recebidos pela organização, a fim de ocultar irregularidades que estavam sendo praticadas em sua gestão. Considerando este fato, analise as afirmativas a seguir.

I É possível a responsabilização da ONG "Vigilantes da Floresta" por conduta que importa em ato de Improbidade Administrativa.

II Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade, nos limites de sua participação, se comprovadamente houver participação e benefícios diretos.

III Dentre as recentes alterações promovidas na Lei de Improbidade Administrativa, temos a impossibilidade de conversão da ação de improbidade administrativa em ação civil pública, ainda que ausentes os requisitos para aplicação das sanções por improbidade.

IV O particular que, em conluio com agente público, deixa de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, para ocultar irregularidades, incorre em conduta que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II, III e IV.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A assertiva I está correta, pois o art. 2º, parágrafo único, da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA), dispõe no sentido de que “No que se refere a recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente.” Portanto, a norma é clara ao contemplar a possibilidade de responsabilização de pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas, que venham a celebrar convênios com a Administração, envolvendo recursos de origem pública, como seria o caso em análise.

Ademais, a possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica é reforçada por interpretação, a contrário senso, da regra do art. 3º, §2º, da LIA, segundo o qual as sanções da lei de improbidade somente não irão se aplicar às pessoas jurídicas caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato



lesivo à administração pública de que trata a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção). Logo, não se tratando de ato punido na forma deste último diploma, prevalece a possibilidade, como regra geral, de responsabilização da pessoa jurídica.

A assertiva II está correta, pois encontra fundamento na ressalva contida na segunda parte do art. 3º, §1º, da LIA, de acordo com o qual “§ 1º Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.”

A assertiva III está incorreta, na medida em que viola a regra do art. 17, §16, da LIA, que contempla, sim, a possibilidade de conversão da ação de improbidade administrativa em ação civil pública, nos seguintes termos: “§ 16. A qualquer momento, se o magistrado identificar a existência de ilegalidades ou de irregularidades administrativas a serem sanadas sem que estejam presentes todos os requisitos para a imposição das sanções aos agentes incluídos no polo passivo da demanda, poderá, em decisão motivada, converter a ação de improbidade administrativa em ação civil pública, regulada pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.”

A assertiva IV está correta, pois a conduta aqui descrita consiste, realmente, em ato de improbidade administrativa atentatório a princípios da administração pública, consoante previsto no art. 11, VI, da LIA: “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (...)VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades;”

E, quanto à possibilidade de o particular incorrer neste ilícito, a base normativa resulta do art. 3º, caput, da LIA, de acordo com o qual, “As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.”

Do exposto, estão corretas as proposições I, II e IV.

QUESTÃO 90. Um município denominado Caramandu sofre constantemente com os efeitos da escassez de água e o seu atual prefeito, preocupado com a situação e diante da complexidade do problema, quer buscar junto aos particulares soluções para a falta de água no município. Sendo assim, o prefeito decide, nos termos da Lei nº 14.133/2021, proceder com a abertura de diálogo competitivo, oportunidade em que os particulares poderão apresentar formalmente propostas que visam minimizar o problema enfrentado pelo ente público. Considerando este fato, analise as afirmativas a seguir.

I A modalidade licitatória do diálogo competitivo decorre do direito comparado, que tem fundamento nos procedimentos licitatórios da União Europeia.

II O município de Caramandu deverá apresentar, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de vinte e cinco dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.

III O município de Caramandu deverá designar uma comissão de contratação composta de pelo menos três servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da administração pública.

IV O edital licitatório deverá ser divulgado obrigatoriamente no Portal Nacional de Contratações Públicas, no diário oficial e no site eletrônico do município.



Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I e III, apenas.

c) II e IV, apenas.

d) I, II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A assertiva I está correta. Realmente, a modalidade diálogo competitivo restou introduzida em nosso ordenamento, por meio da Lei 14.133/2021, com inspiração no direito europeu, razão pela qual nada há de equivocado em se aduzir que tal modalidade decorre do direito comparado, assim como que tem fundamento nos procedimentos licitatórios da União Europeia.

A assertiva II está correta, eis que inteiramente fundada no art. 32, §1º, I, da Lei 14.133/2021, em vista do qual “§ 1º Na modalidade diálogo competitivo, serão observadas as seguintes disposições: I - a Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação;”

A assertiva III está correta, porquanto em perfeita sintonia com a regra do art. 32, §1º, XI, da Lei 14.133/2021, in verbis: “§ 1º Na modalidade diálogo competitivo, serão observadas as seguintes disposições: (...)XI - o diálogo competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão;”

A assertiva IV está incorreta, pois em desacordo ao que estabelece o art. 54, caput e §§ 1º e 2º, da Lei 14.133/2021, a seguir reproduzidos: “Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). § 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação. § 2º É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim.”

Como daí se depreende, a lei fixa como obrigatória, na verdade, a divulgação do extrato do edital em jornal diário de grande circulação, ao passo que a divulgação do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial é meramente facultativa, a teor do §2º, acima transcrito.

QUESTÃO 91. Em 2009, Sílvia ocupava um cargo de Promotor de Justiça do Estado X. Em 2010, no desempenho de suas funções institucionais, Sílvia, dolosamente, revelou fato de que tinha ciência em razão do cargo e com isso beneficiou, com informações privilegiadas, uma pessoa que era parte em um processo judicial. Diante da conduta ímproba de Sílvia, foi instaurada a competente ação para apuração da prática de ato de Improbidade Administrativa e ela foi condenada, dentre outras sanções, à perda da função. Contudo, somente em 2022, quando Sílvia já ocupava outro cargo público e na área da educação,



é que a sentença condenatória transitou em julgado. É correto afirmar que a) não é possível a Sílvia celebrar acordo de não persecução cível, pois já prolatada a sentença condenatória.

b) Sílvia ficará sujeita à perda da função pública que estiver ocupando no momento do trânsito em julgado, ainda que seja diferente daquela que ocupava no momento da prática do ato de improbidade.

c) o juiz poderá, de forma excepcional, aplicar a perda da função pública a Sílvia, tendo em vista que a sua conduta configurou ato de Improbidade Administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

d) Sílvia não estará sujeita à perda da função pública, pois esta penalidade, como regra, atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público detinha com o poder público na época do cometimento da infração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B. Questão passível de recurso.**

A alternativa A está incorreta, uma vez que, conforme reza o art. 17-B, §4º, da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA), “§ 4º O acordo a que se refere o caput deste artigo poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória”, de maneira que o acordo de não persecução cível pode ser celebrado após a prolação de sentença condenatória, inclusive depois de ocorrido o trânsito em julgado, já durante a fase de execução.

A alternativa B está correta, pois, apesar de o art. 12, §1º, da Lei 8.429/92, com redação dada pela Lei 14.230/2021, ter pretendido limitar, em regra, a perda da função pública, ao vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público detinha no momento do cometimento da infração, tal limitação foi suspensa pelo STF, em sede de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade.

Trata-se de decisão monocrática, da lavra do Ministro Alexandre de Moraes, nos autos da ADI 7236 MC/DF. No particular, pontuou o Ministro que “ao estabelecer que a aplicação da sanção de perda da função pública atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente detinha com o poder público no momento da prática do ato de improbidade, o art. 12, § 1º, da nova LIA, traça uma severa restrição ao mandamento constitucional de defesa da probidade administrativa, que impõe a perda de função pública como sanção pela prática de atos ímprobos independentemente da função ocupada no momento da condenação com trânsito em julgado.”

Assim sendo, prevalece a possibilidade de perda da função pública detida pelo agente no momento do trânsito em julgado da sentença condenatória, ainda que diferente daquela que o agente possuía ao tempo da prática do ato de improbidade.

No entanto, a presente assertiva é questionável, considerando a possível retroatividade da Lei 14.230/2021, que excluiu, dentre as sanções cabíveis para os atos de improbidade atentatórios de princípios da administração pública, justamente a pena de perda da função pública.

E, no caso ora versado, a hipótese seria exatamente de ato ímprobo violador de princípios da administração, a teor do art. 11, III, da LIA: “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (...)III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado;”



Portanto, considerando que, à luz do enunciado da questão, o trânsito em julgado somente teria ocorrido em 2022, isto é, após o advento da Lei 14.230/2021, seria possível, em tese, a retroatividade das disposições deste diploma, em ordem a beneficiar a infratora, razão por que a pena de perda da função pública não mais poderia lhe ser aplicada, o que tornaria equivocada a opção ora sob análise.

A alternativa C está incorreta. A uma, pois, na verdade, a excepcionalidade versada neste item não se dirige aos atos de improbidade atentatórios de princípios da administração pública, mas, sim, aos atos geradores de enriquecimento ilícito, que são aqueles cujas penalidades encontram-se arroladas no art. 12, I, da Lei 8.429/92.

É esta a conclusão que se retira da segunda parte do art. 12, §1º, da LIA, ao assim enunciar: “§ 1º A sanção de perda da função pública, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público ou político detinha com o poder público na época do cometimento da infração, podendo o magistrado, na hipótese do inciso I do caput deste artigo, e em caráter excepcional, estendê-la aos demais vínculos, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade da infração.” Ora, o inciso I, aí mencionado, na parte final deste dispositivo, é o que elenca as sanções pertinentes aos atos que ocasionam enriquecimento ilícito, e não os atos atentatórios aos princípios da administração pública.

A duas, pois, como já dito anteriormente, este dispositivo legal, de qualquer forma, encontra-se com sua eficácia suspensa, por força de medida cautelar deferida na ADI 7236.

A alternativa D está incorreta, uma vez que, não obstante corresponda, com exatidão, à letra do art. 12, §1º, da LIA, acima já reproduzido, trata-se de norma com eficácia suspensa em razão do deferimento de liminar em medida cautelar na ADI 7236, conforme se pontuou linhas acima.

Por fim, em conclusão, considerando-se como questionável a letra B, a presente questão não teria resposta correta, sendo, portanto, passível de recurso e anulação.

QUESTÃO 92. O Presidente da República tem a intenção de conceder indulto às pessoas condenadas no Brasil pela prática de receptação culposa. Devido a compromissos internacionais que o afastarão do país pelo período de dez dias, resolveu delegar ao Procurador-Geral da República a atribuição de dispor mediante decreto, durante sua ausência, sobre o referido indulto. Considerando o fato narrado, trata-se de competência

- a) constitucionalmente delegável.
- b) privativa e, portanto, indelegável.
- c) exclusiva e, portanto, indelegável.
- d) para edição de ato normativo e, portanto, indelegável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. O art. 84, De acordo com art. 84, XII, da CF, dispõe o seguinte: “Compete privativamente ao Presidente da República: (...) XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei”. Ademais, no parágrafo único do mencionado dispositivo, a CF determina: “O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.”

Portanto, trata-se de competência delegável.



QUESTÃO 93. Um dos temas mais relevantes dentro do direito constitucional é o controle de constitucionalidade. Trata-se da possibilidade de se realizar uma filtragem de certos atos normativos tendo por parâmetro o texto Constitucional vigente. No que tange à sistemática do controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a afirmativa correta.

a) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é possível que se utilize de ação direta de inconstitucionalidade para o controle de decreto regulamentar de lei estadual.

b) Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), pela aplicação do princípio da simetria, é possível a realização de controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais contra a Lei Orgânica respectiva.

c) Para o Supremo Tribunal Federal (STF), as Leis Orçamentárias que materializem atos de aplicação primária da Constituição Federal, por possuírem efeitos concretos, não podem ser submetidas a controle de constitucionalidade em processos objetivos.

d) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) exige, para a caracterização da legitimidade ativa das entidades de classe e confederações sindicais, nas ações de controle concentrado de constitucionalidade, que a entidade represente toda a respectiva categoria, e não apenas fração dela.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois decreto regulamentar é ato normativo secundário e, portanto, não está sujeito à ADI, conforme art. 102, I, alínea a, da CF: “Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;”

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com o julgamento da ADI 5.548, o STF não admite a realização de controle concentrado de constitucionalidade frente à Lei Orgânica Municipal. Veja: “Não se admite controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da Lei Orgânica respectiva. STF. Plenário. ADI 5548/PE, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 16/8/2021.”

A alternativa C está incorreta, de acordo com entendimento do STF, fixado no julgamento da ADI 5.449: “É possível a impugnação, em sede de controle abstrato de constitucionalidade, de leis orçamentárias. Assim, é cabível a propositura de ADI contra lei orçamentária, lei de diretrizes orçamentárias e lei de abertura de crédito extraordinário. STF. Plenário. ADI 5449 MC-Referendo/RR, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 10/3/2016.”

A alternativa D está correta, de acordo com entendimento do STF, fixado no julgamento da ADI 6.465: “Para que as confederações sindicais e as entidades de classe possam propor ADI e ADC, o STF exige o cumprimento dos seguintes requisitos: a) a caracterização como entidade de classe ou sindical, decorrente da representação de categoria empresarial ou profissional; b) a abrangência ampla desse vínculo de representação, exigindo-se que a entidade represente toda a respectiva categoria, e não apenas fração dela; c) o caráter nacional da representatividade, aferida pela demonstração da presença da entidade em pelo menos 9 (nove) estados brasileiros; e d) a pertinência temática entre as finalidades institucionais da entidade e o objeto da impugnação. STF. Plenário. ADI 6465 AgR/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 19/10/2020”.



QUESTÃO 94. O Tribunal de Contas da União (TCU) foi criado no Brasil em 1890, tendo Rui Barbosa como idealizador, que expôs que as leis orçamentárias seriam uma das instituições mais relevantes para o movimento regular do mecanismo administrativo e político de um povo, mas ao mesmo tempo em nenhuma outra figura haveria maior facilidade aos mais graves e perigosos abusos. Sobre os tribunais de contas e suas competências, assinale a afirmativa correta.

a) Compete ao Tribunal de Contas julgar as contas do chefe do executivo, emitindo, para tanto, parecer prévio sobre as contas de governo.

b) Faz parte das competências constitucionais dos tribunais de contas declarar a inelegibilidade dos gestores que tiveram suas contas reprovadas.

c) É inconstitucional lei estadual ou emenda à Constituição do Estado, de iniciativa parlamentar, que trate sobre organização ou funcionamento do Tribunal de Contas Estadual.

d) Nos processos perante os tribunais de contas, faz se necessário o contraditório e a ampla defesa para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois a competência para julgar as contas do Chefe do Executivo é do Poder Legislativo, conforme disposto no art. 49, IX, da CF: “É da competência exclusiva do Congresso Nacional: IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;”. Ademais, mencione-se que o parecer prévio do Tribunal de Contas tem caráter opinativo, conforme dispõe art. 71, I, da CF: “O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;”

A alternativa B está incorreta, pois o Tribunal de Contas, conforme art. 71, II, apenas julga tais contas, não sendo de sua competência a declaração de inexigibilidade: “O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;”

A alternativa C está correta, conforme decidido pelo STF no julgamento da ADI 4.643: “É inconstitucional lei estadual, de origem (iniciativa) parlamentar, que discipline a organização e o funcionamento do Tribunal de Contas estadual (TCE). Isso porque os Tribunais de Contas possuem reserva de iniciativa (competência privativa) para apresentar os projetos de lei que tenham por objetivo tratar sobre a sua organização ou o seu funcionamento (art. 96, II c/c arts. 73 e 75 da CF/88). Os Tribunais de Contas, conforme reconhecido pela CF/88 e pelo STF, gozam das prerrogativas da autonomia e do autogoverno, o que inclui, essencialmente, a iniciativa privativa para instaurar processo legislativo que pretenda alterar sua organização e funcionamento. STF. Plenário. ADI 4643/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 15/5/2019.”

A alternativa D está incorreta, pois a Súmula Vinculante 3 excepciona a observância prévia do contraditório e da ampla defesa na apreciação da legalidade do ato de concessão de aposentadoria, reforma e pensão pelo Tribunal de Contas da União: “Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o



contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.”

QUESTÃO 95. Direitos fundamentais são essenciais para que se possa falar em democracia dentro de uma perspectiva substancial. Trata-se de elemento estrutural primordial na maior parte dos textos constitucionais pós-Segunda Guerra Mundial, servindo como uma das âncoras contra abusos e autoritarismos estatais. Neste contexto, assinale a afirmativa correta sobre os direitos e garantias fundamentais.

a) É inconstitucional, por ofensa aos princípios da isonomia, liberdade religiosa e da laicidade do Estado, norma que obrigue a manutenção de exemplar da bíblia em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais.

b) Pela sua amplitude e conteúdo, a liberdade de expressão alberga, inclusive, a prática de discursos dolosos, mesmo com intuito manifestamente difamatório, de juízos depreciativos de mero valor, de injúrias em razão da forma ou de críticas aviltantes.

c) Não é possível a utilização do habeas data para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte, constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da Administração Fazendária dos entes estatais.

d) É compatível com a Constituição Federal a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme julgado pelo STF na ADI 5.256: “A imposição legal de manutenção de exemplares de Bíblias em escolas e bibliotecas públicas estaduais configura contrariedade à laicidade estatal e à liberdade religiosa consagrada pela Constituição da República de 1988. STF. Plenário. ADI 5258/AM, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 12/4/2021.”

A alternativa B está incorreta, conforme jurisprudência do STF: “A liberdade de expressão não alcança a prática de discursos dolosos (actual malice), com intuito manifestamente difamatório, de juízos depreciativos de mero valor, de injúrias em razão da forma ou de críticas aviltantes. STF. 2ª Turma. Pet 8242, 8259, 8262, 8263, 8267 e 8366 AgR/DF, Rel. Min. Celso de Mello, redator do acórdão Min. Gilmar Mendes, julgados em 3/5/2022.”

A alternativa C está incorreta, conforme decidido pelo STF no julgamento do RE 673.707: “O habeas data é a garantia constitucional adequada para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais. STF. Plenário. RE 673707/MG, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 17/6/2015 (Repercussão Geral – Tema 582).”

A alternativa D está incorreta, conforme decidido pelo STF no julgamento do RE 1.010.606: “É incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados



em meios de comunicação social analógicos ou digitais. STF. Plenário. RE 1010606/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 11/2/2021 (Repercussão Geral – Tema 786).”

QUESTÃO 96. A Constituição Federal de 1988 trata em seu Título III sobre a “Organização do Estado”. Logo em seu Art. 18 prescreve que “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”. Mais adiante, dentro do mesmo título, traz a repartição de competências, materiais e legislativas, dos entes federativos, bem como as regras acerca da intervenção federal e estadual, temas que são da mais alta relevância e que frequentemente são objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal. Assim, sobre a organização do Estado brasileiro e suas decorrências, assinale a afirmativa correta.

- a) É competente o Estado-Membro para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- b) É constitucional norma estadual, visando a uniformizar as regras linguísticas, que proíbe o uso da linguagem neutra nas escolas.
- c) É inconstitucional a norma de Constituição Estadual que estabeleça hipótese de intervenção estadual no município inédita em relação ao rol taxativo previsto na Constituição Federal.
- d) Diante da ausência das Leis Complementares Federais exigidas pela Constituição Federal, é constitucional lei estadual que permita a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois conforme teor da Súmula Vinculante 38, tal competência é dos Municípios: “É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.”

A alternativa B está incorreta, conforme julgamento da ADI 7.019 pelo STF: “É inconstitucional — por violar a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, XXIV, CF/88) — lei estadual que veda a adoção da “linguagem neutra” na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas e privadas, assim como em editais de concursos públicos locais. STF. Plenário. ADI 7019/RO, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 10/02/2023.”

A alternativa C está correta, pois tais hipóteses são taxativas, conforme decidido pelo STF no julgamento da ADI 6.616: “A Constituição Estadual não pode trazer hipóteses de intervenção estadual diferentes daquelas que são elencadas no art. 35 da Constituição Federal. As hipóteses de intervenção estadual previstas no art. 35 da CF/88 são taxativas. STF. Plenário. ADI 6616/AC, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 26/4/2021.”

A alternativa D está incorreta, conforme julgamento da ADI 4.711 pelo STF: “É inconstitucional lei estadual que permita a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios sem a edição prévia das leis federais previstas no art. 18, § 4º, da CF/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 15/96. STF. Plenário. ADI 4711/RS, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 3/9/2021.”

QUESTÃO 97. Os serviços notariais e de registro estão previstos expressamente no texto constitucional, dispondo o Art. 236 que eles são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. Sobre esta atividade delegada, analise as afirmativas a seguir.



I. Há incidência do teto remuneratório constitucional aos substitutos interinos de serventias extrajudiciais declaradas vagas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

II. O concurso público é providência necessária tanto para o ingresso nas serventias extrajudiciais quanto para a remoção e, inclusive, para a permuta.

III. A titularidade de serventia preenchida sem concurso público após a Constituição de 1988 pode ser mantida, caso se verifique a incidência da decadência para a invalidação do ato de delegação.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O Item I está correto, de acordo com o julgamento do RE 808.202 pelo STF, proferido em sede de repercussão geral: “Os substitutos ou interinos designados para o exercício de função delegada não se equiparam aos titulares de serventias extrajudiciais, visto não atenderem aos requisitos estabelecidos nos arts. 37, inciso II; e 236, § 3º, da Constituição Federal para o provimento originário da função, inserindo-se na categoria dos agentes estatais, razão pela qual se aplica a eles o teto remuneratório do art. 37, inciso XI, da Carta da República. STF. Plenário. RE 808202 RS, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 24/08/2020 (Repercussão Geral – Tema 779).”

O Item II está correto, conforme julgamento do MS 29.415, proferido pelo STF em 2016: “As normas estaduais que admitem a remoção na atividade notarial e de registro independentemente de prévio concurso público, são incompatíveis com o art. 236, § 3º, da Constituição, razão pela qual não foram por essa recepcionadas. STF. 1ª Turma. MS 29415/DF, rel. orig. Min. Marco Aurélio, red. p/ o ac. Min. Luiz Fux, julgado em 27/09/2016.”

Ademais, veja o que o STF decidiu no julgamento do Agravo Regimental na Ação Rescisória 2.690/DF: “1. O concurso público é providência necessária tanto para o ingresso nas serventias extrajudiciais quanto para a remoção e para a permuta (art. 236, § 3º, do CRFB/88). Precedentes.”

O Item III está incorreto, pois o STF já decidiu que a decadência (art. 54 da Lei 9.784/99, e art. 91, parágrafo único, do RICNJ) não se aplica a situações inconstitucionais. No julgamento do MS 28.371-AgRg, ficou assentado que: “(...) a regra de decadência é inaplicável ao controle administrativo feito pelo Conselho nacional de Justiça nos casos em que a delegação notarial ocorreu após a promulgação da Constituição de 1988, sem anterior aprovação em concurso público de provas (...).”

QUESTÃO 98. Sobre as funções essenciais à Justiça e a interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal, no que tange ao seu regime jurídico, analise os itens a seguir.

I. Os princípios institucionais e as prerrogativas funcionais do Ministério Público e da Defensoria Pública, em razão da simetria, podem ser estendidos às Procuradorias de Estado por lei estadual.



II. É constitucional a atribuição de iniciativa privativa ao governador do Estado para as leis que disponham sobre a organização do Ministério Público estadual.

III. Com base na teoria dos poderes implícitos, é constitucional lei estadual que confere o poder de requisição de documentos e informações à Defensoria Pública.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I, apenas.

c) II, apenas.

d) III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O Item I está incorreto, conforme julgamento da ADI 5.029 pelo STF: “Os princípios institucionais e as prerrogativas funcionais do Ministério Público e da Defensoria Pública não podem ser estendidos às Procuradorias de Estado, porquanto as atribuições dos procuradores de estado – sujeitos que estão à hierarquia administrativa – não guardam pertinência com as funções conferidas aos membros daquelas outras instituições. STF. Plenário. ADI 5029, Rel. Luiz Fux, julgado em 15/04/2020.”

O Item II está incorreto, conforme julgamento da ADI 400 pelo STF: “É inconstitucional a atribuição de iniciativa privativa a governador de estado para leis que disponham sobre a organização do Ministério Público estadual. STF. Plenário. ADI 400/ES, Rel. Min. Nunes Marques, redator do acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 20/6/2022.”

O Item III está correto, conforme julgamento da ADI 6.860 pelo STF: “É constitucional lei complementar estadual que, desde que observados os parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade, confere à Defensoria Pública a prerrogativa de requisitar, de quaisquer autoridades públicas e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias ao exercício de suas atribuições. STF. Plenário. ADI 6860/MT, ADI 6861/PI e ADI 6863/PE, Rel. Min. Nunes Marques, julgados em 13/9/2022.”

QUESTÃO 99. No que diz respeito ao Poder Judiciário, ao Conselho Nacional de Justiça e à edição de Súmulas Vinculantes, analise as afirmativas a seguir.

I. A revogação ou modificação do ato normativo em que se fundou a edição de enunciado de Súmula vinculante acarreta, em regra, à necessidade de sua revisão ou cancelamento pelo Supremo Tribunal Federal, conforme o caso.

II. Descabe o controle, pelo Conselho Nacional de Justiça, cujas atribuições são, exclusivamente, administrativas, de controvérsia submetida à apreciação do Poder Judiciário.

II. É constitucional lei estadual que fixa limites etários para ingresso na magistratura, em atenção ao estipulado na Constituição Federal.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.



c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O Item I está correto, conforme art. 5º da Lei 11.417/2006: “Revogada ou modificada a lei em que se fundou a edição de enunciado de súmula vinculante, o Supremo Tribunal Federal, de ofício ou por provocação, procederá à sua revisão ou cancelamento, conforme o caso.”

O Item II está correto, conforme julgamento do MS 28.825 pelo STF: “Não cabe ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cujas atribuições são exclusivamente administrativas, o controle de controvérsia que está submetida à apreciação do Poder Judiciário. STF. 1ª Turma. MS 28845/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 21/11/2017.”

O Item III está incorreto, conforme julgamento da ADI 5.329 pelo STF: “A fixação de limite etário, máximo e mínimo, como requisito para o ingresso na carreira da magistratura viola o disposto no art. 93, I, da Constituição Federal. STF. Plenário. ADI 5329/DF, rel. orig. Min. Marco Aurélio, rel. p/ o ac. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 14/12/2020.”

QUESTÃO 100. Em relação aos movimentos constitucionalistas, analise as afirmativas a seguir.

I. É possível detectar embriões do que viria a ser o constitucionalismo já na Antiguidade, como se nota da organização da Cidade-Estado de Atenas na Grécia e no modelo de governo do povo hebreu.

II. Consideram-se pilares de todo e qualquer movimento constitucionalista a concessão/proteção de direitos fundamentais e a limitação do poder estatal.

III. A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão surgiu na França, anteriormente até mesmo à promulgação da Constituição francesa pós-revolução, tendo um papel de destaque no constitucionalismo francês.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O Item I está correto. Karl Loewenstein, filósofo germânico, defende tal ideia. Para ele, o constitucionalismo, que é a limitação do poder público por meio da previsão de direitos e garantias fundamentais e da separação dos poderes, é um fenômeno moderno, mas cujas raízes vêm desde a Antiguidade. A limitação e a organização do poder político ocorrem em qualquer sociedade política, pois é necessária uma mínima organização para a sociedade funcionar. Desde a época dos povos hebreus e da República Romana, com as Assembleias e o Senado, já se tinham embriões do constitucionalismo.



O Item II está correto. Conforme explicado no Item I, é característico do constitucionalismo moderno a limitação do poder político, a qual se dá através da previsão de direitos e garantias fundamentais e da separação dos poderes.

O Item III está correto. A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão surgiu em 1789, logo que eclodiu a Revolução Francesa, após a queda da Bastilha. Já a Constituição Francesa somente é promulgada em 1791, influenciada pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)

